

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
Período de Análise: junho de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis

Índice

Motosserra sem ideologia – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 01/06/2010	7
Motosserra sem ideologia – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 01/06/2010.....	8
Orgânicos ganham mercado – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – Capa – 02/06/2010	10
Orgânicos ganham mercado – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – Capa – 02/06/2010.....	11
Orgânicos ganham mercado – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – Capa – 02/06/2010	12
Orgânicos ganham mercado – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – Capa – 02/06/2010	13
Código ambiental permitirá compensações - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Mercado – 03/06/2010.....	14
Código ambiental permitirá compensações – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Mercado – 03/06/2010	15
Volta ao passado na Amazônia? – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 04/06/2010	16
Queimada anula ganho com queda no desmatamento – Estado de São Paulo – Capa – 04/06/2010.....	17
Queimadas na Amazônia anulam ganhos da queda no desmatamento – Afra Balazina e Hertton Escobar – Estado de São Paulo – Vida – 04/06/2010	18
Queimada anula ganho da redução do desmate – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 04/06/2010	19
Combate a queimada é difícil e demorado – Reinaldo Lopes – Folha de São Paulo – 04/06/2010	20
Sustentabilidade como parte do negócio - Carlos Brito – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 04/06/2010	20
Queimada anula ganho da redução do desmate – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 04/06/2010	21
Combate a queimada é difícil e demorado - Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 04/06/2010	22
Agricultura familiar é a maior aliada do meio ambiente – Sítio Eletrônico da Fetraf – 05/06/2010.....	23
O Código Florestal Brasileiro deve ser modificado? – Legislação Atual é Inaceitável – Aldo Rebelo – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 05/06/2010.....	25

O Código Florestal Brasileiro deve ser modificado? – Thomas Lewinsohn, Jean P. Metzger, Carlos Joly e Ricardo Rodrigues – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 05/06/2010.....	27
Norma ambiental faz companhias buscarem crédito – Folha de São Paulo – Mercado – 06/06/2010	28
Floresta em pé pode gerar mais renda do que desmatamento – Ediane Tiago – Valor Econômico – Gestão da Incerteza Terceira parte – 07/06/2010.....	28
Relator quer estadualizar proteção às florestas – Nancy Dutra – Folha de São Paulo – Ciência – 08/06/2010.....	30
Pantanal some mais depressa que a Amazônia, indica satélite – Larissa Guimarães – Folha de São Paulo – Ciência – 08/06/2010.....	30
Código Florestal pode ser esartejado – Cesar Sanson – MST – 08/06/2010	31
Deputado questiona consultoria da CNA em relatório – MST – 08/06/2010	33
De Boer diz não acreditar em corte de emissões suficiente nesta década – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 08/06/2010	34
A agricultura e o Código Florestal – Aldo Rebelo – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 08/06/2010	35
Desmate no Pantanal chega a 15%, diz estudo – Ligia Fomenti – Estado de São Paulo – Vida – 07/06/2010.	37
Desmatador pode ter cinco anos de moratória – Marta Salomon - Estado de São Paulo – Vida – 08/06/2010	37
Relatório do Código Florestal é apresentado na Câmara dos Deputados – Sítio Eletrônico da CPT – 08/06/2010	38
Consultora do agronegócio ajudou a elaborar relatório do Código Florestal – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 08/06/2010	39
Relator quer estadualizar proteção às florestas – Nancy Dutra – Folha de São Paulo – Ciência - 08/06/2010.....	40
Pantanal some mais depressa que a Amazônia, indica satélite – Larissa Guimarães – Folha de São Paulo – Ciência – 08/06/2010.....	40
Leitura do relatório sobre as alterações no Código Florestal é encerrada – MST – 09/06/2010	41
Ambientalistas e ruralistas duelam por código Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 09/06/2010.....	44
Código Florestal reduz área protegida – Marta Salomon - Estado de São Paulo – Vida – 09/06/2010	46
Sociedade civil debate propostas do relatório – Karina Nini – Estado de São Paulo – Vida – 09/06/2010	47

Desmate equivale a 3,5 vezes o Estado de SP – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 09/06/2010	48
Proposta de lei anistia desmatadores – Nancy Dutra e Larissa Guimarães – Folha de São Paulo – Ciência - 09/06/2010.....	48
Parlamentar comunista vira ideólogo da bancada ruralista - CLAUDIO ANGELO – Folha de São Paulo – Ciência – 09/06/2010.....	49
Redução de reserva legal anula meta nacional de CO2 - Folha de São Paulo – Ciência – 10/06/2010	50
Ambientalistas trabalham para adiar votação – O Globo – 10/06/2010 ...	51
Ambientalistas trabalham para adiar votação – Fábio Fabrini – O Globo – O País – 10/06/2010	53
Marina: mudança no Código Florestal é retrocesso – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 10/06/2010.....	54
Estudo aponta diminuição da atividade madeireira na Amazônia – Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil – 10/06/2010.....	55
Negociadores descartam acordo amplo este ano sobre mudança climática – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 10/06/2010	56
Código Florestal – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 10/06/2010.....	57
Retrocesso florestal – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 10/06/2010.....	58
Proposta de lei de floresta anula meta nacional de CO2 - BERNARDO MELLO FRANCO e LARISSA GUIMARÃES – Folha de São Paulo – Ciência – 10/06/2010.....	59
Proposta é equilibrada e não dá muito poder a Estados, diz Aldo – Larissa Guimarães – Folha de São Paulo – Ciência – 10/06/2010.....	61
Produção madeireira diminui 50% em dez anos na Amazônia – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 10/06/2010	61
Desmate será livre em 90% dos imóveis – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 11/06/2010	62
Novo código impedirá País de cumprir meta de clima – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida – 11/06/2010	63
Marina quer usar militares para proteger a Amazônia - BERNARDO MELLO FRANCO – Folha de São Paulo – Poder – 11/06/2010	63
Novo código permite ao agronegócio desmatar ainda mais – Sítio eletrônico do MST – 12/06/2010.....	64
Principal problema é o desrespeito ao Código – Miriam Leitão – O Globo – 12/06/2010.....	66
Novo código permite ao agronegócio desmatar ainda mais – Eduardo Sales – MST – 12/06/2010.....	68
Lei florestal revista pode criar "chuva de processo" – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 13/06/2010	70

FNMA vai investir em recuperação florestal – Sítio Eletrônico do MMA – 14/06/2010.....	71
Cerrado receberá investimentos de US\$ 42 milhões nos próximos 4 anos – Ana Flora Caminha - Sítio Eletrônico do MMA – 14/06/2010	72
Ministra do Meio Ambiente critica mudanças no Código Florestal – MST – 14/06/2010.....	73
Estudo do Banco Mundial aponta que o Brasil cresce com menos carbono – Sitio Eletrônico do MMA – 17/06/2010	75
Polícia Ambiental multa assentados em R\$ 3mi – Sandro Villar e José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 19/06/2010	75
Novo Código Florestal deixa impune desmatadora Kátia Abreu – Sítio Eletrônico do MST – 18/06/2010	76
PA pode ter alta de desmate fraudado – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 19/06/2010	77
"Não há como controlar plano fraudulento" – Folha de São Paulo – Ciência – 19/06/2010.....	78
Aldo aceita mudar projeto para florestas – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 19/06/2010.....	79
Fazendas aqui, florestas aqui – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Mercado – 19/06/2010	80
'A reforma permite desmatamento desenfreado' – Entrevista com Luiz Antonio Martinelli – O Globo – O País – 19/06/2010	81
Brigas, acordos e o Código Florestal – Roberto Klabin – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 20/06/2010.....	85
Proteger floresta no Brasil faz bem para a agricultura dos EUA – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 21/06/2010	86
Especialista denuncia falsa dicotomia no Código Florestal – Sítio eletrônico do MST – 21/06/2010	87
Código Florestal – Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 21/06/2010	93
Código Florestal: a comida ficará mais cara – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 21/06/2010	94
"Novo Código pode abrir guerra ambiental", diz ministra do Meio Ambiente – Sítio eletrônico do MST – 22/06/2010.....	96
‘Código pode abrir guerra ambiental’ – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 22/06/2010	98
Kátia Abreu: “Código Florestal não deve ser tratado como dogma” – Sítio Eletrônico da CNA – 23/06/2010	99
Metade da África reduz pobreza no ritmo certo – Folha de São Paulo – Mercado – 23/06/2010	101

Ruralistas anunciam acordo para votar Código Florestal - Sítio Eletrônico do MST - 24/06/2010	101
Vice de associação ruralista está em lista suja do Ibama - Claudio Angelo - Folha de São Paulo - Ciência - 24/06/2010	102
Justiça susta multa a senadora por desmatamento irregular - Folha de São Paulo - Ciência - 25/06/2010.....	103
Empresas e governo descumprem promessas de reflorestamento - Gabriela Moreira e Felipe Werneck - Estado de São Paulo - Vida - 28/06/2010.....	104
Serviço Florestal apresenta sistema de monitoramento das concessões florestais - Sítio Eletrônico do MMA - 29/06/2010	105
Comissão do Código Florestal se reúne nesta terça-feira - Sítio Eletrônico do MST - 29/06/2010	107
Deputado recua em projeto de lei de florestas - Nancy Dutra - Folha de São Paulo - Ciência - 30/06/2010.....	109
ONG propõe frear "escalada de consumo" com imposto - Claudio Angelo - Folha de São Paulo - Ciência - 30/06/2010	110

Motosserra sem ideologia – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto
– 01/06/2010

Há quem imagine que pequenos agricultores sejam mais ecológicos que grandes produtores rurais. Políticos que se julgam da “esquerda” propagam que a agricultura familiar faz bem à natureza, enquanto o agronegócio destrói o meio ambiente. Pura ideologia. Nunca nenhum estudo da realidade comprovou isso.

O equívoco desse pensamento mostra origens remotas. Desde 1775, quando o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, em seu famoso discurso sobre a origem da desigualdade, conceituou o “bom selvagem”, constrói-se certa imagem de que o homem perdeu sua pureza no processo civilizatório. Antes, vivia em harmonia total. Depois, chegou a maldade sobre a Terra.

Oraciocínio bem-aventurado procura se aplicar, hoje, aos indígenas.

Ambientalistas argumentam que os povos da floresta, na Amazônia, por exemplo, vivem de forma ecológica. *Avatar*, belo filme, sublima essa questão, agradando sobremaneira aos defensores da natureza. Antropólogos, todavia, não corroboram facilmente tal ideia.

Orlando Villas Boas, uma lenda nacional, afirmava serem os índios, que conhecia tão bem, nada ecológicos. Ao visitar a Unesp de Jaboticabal, nos anos 1980, contou uma pequena história aos alunos de Ciências Agrárias. Disse o grande indigenista que, certo dia, ao ver um índio derrubar uma palmeira de açaí para lhe retirar o cacho e colher os negros frutinhas, perguntou-lhe: “Porque você não sobe e corta apenas o cacho, sem derrubar a palmeira?” O índio não entendeu: “Qual é o problema?”

“Ora”, retrucou Villas Boas, “evitar a devastação da floresta!”

Mas o índio explicou: “Não se preocupe. Eu corto esta palmeira aqui, mas lá tem outra, outra lá adiante, tá cheio de açaizeiro por aí...”. Para o índio, era infinito o estoque de palmeiras. Podia surrupiar à vontade.

Sem entender a História não se compreende a questão ambiental de nosso tempo. A pressão sobre os recursos naturais do planeta tornou-se um problema apenas após a intensa industrialização do século 19. Sua plena percepção ocorreu então somente há 50 anos, quando a agenda da degradação entrou na preocupação pública.

Quem criou o problema ecológico foi a explosão populacional humana.

Nem os brasileiros coletores da floresta, nem os índios norte-americanos caçadores de bisões tinham pensamento ecológico. Estes, quando descobriremos rifles dos mercadores de peles, ajudaram a destruir, sem piedade, o rebanho dos peludos bichões. A tecnologia potencializou a destruição da natureza.

No Brasil, a discussão sobre ecologia e tamanho da propriedade permeia os estudos sobre reforma agrária. Os agraristas ortodoxos, normalmente de origem comunista, nunca mostraram nenhuma predileção pelo tema da preservação ambiental.

Sempre propugnaram pela desapropriação das “áreas ociosas” no campo, pouco se importando elas estavam cobertas com florestas originais. Sua visão produtivista se aproximava da manifestada pelos desbravadores do território, com a diferença, claro, de que a terra deveria estar dividida, não concentrada. Menos mal.

Na história da reforma agrária brasileira contam-se infindáveis casos em que os

projetos de assentamento rural recaíram sobre valiosas áreas naturais, seja em florestas densas do Pará ou de Mato Grosso, seja nos remanescentes de mata atlântica interiorana, seja nos frágeis ecossistemas litorâneos do sul da Bahia ou no Rio Grande do Norte. Onde procurar se acha um estrago ecológico, cometido em nome do combate à miséria rural.

O complicado tema veio à tona da opinião pública em 1997, num relatório apresentado à CPI do Congresso Nacional que investigava a atuação de madeiras asiáticas na Amazônia. O então deputado federal Gilney Vianna, do PT-MT, demonstrou que 50% do desmatamento da região advinha dos assentamentos de reforma agrária. Os pequenos desmatavam tanto quanto os grandes. Deu um quiproquó na esquerda.

Nota do núcleo agrário do PT desmoralizou o relatório e enquadrou seu político rebelde, baixando o silêncio sobre o assunto. A senadora Marina Silva, defensora dos assentamentos extrativistas, também se aquietou.

Mas não havia como tapar o sol com a peneira. Os sem-terra, tanto quanto madeireiros e grandes fazendeiros, faziam arder a floresta sem dó. Machado e motosserra não têm ideologia.

Novos estudos, mais recentes, especialmente os conduzidos pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), comprovam que boa parte da pressão contra a floresta amazônica se originou da reforma agrária. Sem maldade. Nem exclusivo é da Hileia. Nacaatinga nordestina, que sofre uma tremenda ameaça, a lenha vira cinza na cozinha das famílias pobres do Semiárido.

Subsistência básica.

Meses atrás, quando Carlos Minc ainda ocupava o Ministério do Meio Ambiente, patrocinou-se uma proposta estranha que concedia brechas no Código Florestal para os agricultores familiares, discriminando

os demais produtores. Nada indica que esse favorecimento ajude a preservação ambiental do País. Reservas florestais belíssimas são mantidas por grandes fazendeiros.

A ideia do “small is beautiful” serviu a Ernest Schumacher, um visionário escritor inglês de origem germânica que defendia, na década de 1970, as tecnologias brandas, menos intensivas em recursos naturais. Seu famoso livro com esse título inspirou esse viés do ambientalismo, ultrapassado pelo avanço da tecnologia.

Qualidade ambiental independente do tamanho do negócio rural.

Passarinhos que odigam. Eles nunca perceberam distinção entre as crianças que os caçam impiedosamente com estilingue e os adultos que os aprisionam para cantar na gaiola. Quem faz a diferença é a consciência humana.

Depende da educação.

Motosserra sem ideologia – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto
- 01/06/2010

Ha quem imagine que pequenos agricultores sejam mais ecológicos que grandes produtores rurais. Políticos que se julgam da “esquerda” propagam que a agricultura familiar faz bem a natureza, enquanto o agronegócio destrói o meio ambiente. Pura ideologia. Nunca nenhum estudo da realidade comprovou isso. O

equivoco desse pensamento mostra origens remotas. Desde 1775, quando o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, em seu famoso discurso sobre a origem da desigualdade, conceituou o “bom selvagem”, constrói-se certa imagem de que o homem perdeu sua pureza no processo civilizatório. Antes, vivia em harmonia total. Depois, chegou a maldade sobre a Terra. Oraciocínio bem-aventurado procura se aplicar, hoje, aos indígenas. Ambientalistas argumentam que os povos da floresta, na Amazônia, por exemplo, vivem de forma ecológica. *Avatar*, belo filme, sublima essa questão, Agradando sobre maneira aos defensores da natureza. Antropólogos, todavia, não corroboram facilmente tal idéia. Orlando Villas Boas, uma lenda nacional, afirmava serem os índios, que conhecia tão bem, nada ecológicos. Ao visitar a Unesp de Jaboticabal, nos anos 1980, contou uma pequena história aos alunos de Ciências Agrárias. Disse o grande indigenista que, certo dia, ao ver um índio derrubar uma palmeira de açaí para lhe retirar o cacho e colher os negros frutinhas, perguntou-lhe: “Porque você não sobe e corta apenas o cacho, sem derrubar a palmeira?” O índio não entendeu: “Qual é o problema?” “Ora”, retrucou Villas Boas, “evitava devastação da floresta!” Mas o índio explicou: “Não se preocupe. Eu corto esta palmeira aqui, mas lá tem outra, outra lá adiante, tá cheio de açaizeiro por aí...”. Para o índio, era infinito o estoque de palmeiras. Podia surrupiar a vontade.

Sem entender a História não se compreende a questão ambiental de nosso tempo. A pressão sobre os recursos naturais do planeta tornou-se um problema apenas após a intensa industrialização do século 19. Sua plena percepção ocorreu tão somente há 50 anos, quando a agenda da degradação entrou na preocupação pública. Quem criou o problema ecológico foi a explosão populacional humana. Nem os brasileiros coletores da floresta, nem os índios norte-americanos caçadores de bisões tinham pensamento ecológico. Estes, quando descobriram os rifles dos mercadores de peles, ajudaram a destruir, sem piedade, o rebanho dos peludos bichões. A tecnologia potencializou a destruição da natureza.

No Brasil, a discussão sobre ecologia e tamanho da propriedade permeia os estudos sobre reforma agrária. Os agraristas ortodoxos, normalmente de origem comunista, nunca mostraram nenhuma predileção pelo tema da preservação ambiental. Sem pré-propugnaram pela desapropriação das “áreas ociosas” no campo, pouco se importando se elas estavam cobertas com florestas originais. Sua visão produtivista se aproximava da manifestada pelos desbravadores do território, com a diferença, claro, de que a terra deveria estar dividida, não concentrada. Menos mal. Na história da reforma agrária brasileira contam-se infindáveis casos em que os projetos de assentamento rural recaíram sobre valiosas áreas naturais, seja em florestas densas do Para ou de Mato Grosso, seja nos remanescentes de mata atlântica interiorana, seja nos frágeis ecossistemas litorâneos do sul da Bahia ou no Rio Grande do Norte. Onde procurar se acha um estrago ecológico, cometido em nome do combate à miséria rural. O complicado tema veio à tona da opinião pública em 1997, num relatório apresentado à CPI do Congresso Nacional que investigava a atuação de madeireiras asiáticas na Amazônia. O então deputado federal Gilney Vianna, do PT-MT, demonstrou que 50% do desmatamento da região advinha dos assentamentos de reforma agrária. Os pequenos desmatavam tanto quanto os grandes. Deu um quiproquo na esquerda. Nota do núcleo agrário do PT desmoralizou o relatório e enquadrado seu político rebelde, baixando o silêncio sobre o assunto.

A senadora Marina Silva, defensora dos assentamentos extrativistas, também se aquietou. Mas não havia como tapar o sol com a peneira. Os sem-terra, tanto quanto madeireiros e grandes fazendeiros, faziam arder a floresta sem dó. Machado e motosserra não tem ideologia.

Novos estudos, mais recentes, especialmente os conduzidos pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), comprovam que boa parte da pressão contra a floresta amazônica se origina da reforma agrária. Sem maldade. Nem exclusivo e da Hiléia. Na caatinga nordestina, que sofre uma tremenda ameaça, a lenha vira cinza na cozinha das famílias pobres do Semi-árido.

Subsistência básica.

Meses atrás, quando Carlos Minc ainda ocupava o Ministério do Meio Ambiente, patrocinou-se uma proposta estranha que concedia brechas no Código Florestal para os agricultores familiares, discriminando os demais produtores. Nada indica que esse favorecimento ajude a preservação ambiental do País. Reservas florestais belíssimas são mantidas por grandes fazendeiros. A idéia do “small is beautiful” serviu a Ernest Schumacher, um visionário escritor inglês de origem germânica que defendia, na década de 1970, as tecnologias brandas, menos intensivas em recursos naturais. Seu famoso livro com esse título inspirou esse viés do ambientalismo, ultrapassado pelo avanço da tecnologia. Qualidade ambiental independe do tamanho do negócio rural. Passarinhos que o digam. Eles nunca perceberam distinção entre as crianças que os caçam impiedosamente com estilingue e os adultos que os aprisionam para cantar na gaiola. Quem faz a diferença e a consciência humana. Depende da educação.

Orgânicos ganham mercado – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – Capa – 02/06/2010

Sem a figura do atravessador, agricultores orgânicos estão conseguindo colocar seus produtos nas gôndolas de supermercados. A preocupação do grande varejo em aliar consciência social e ambiental a uma melhor qualidade de vida Para o consumidor tem estimulado o investimento em marcas próprias e na divulgação dos benefícios desses alimentos, dando visibilidade a produtores de frutas e hortaliças. O fornecimento direto para o varejo é feito, normalmente, por meio de parcerias com distribuidoras certificadas. “A distribuidora dá assistência técnica, acompanha o cultivo e responsabiliza-se pela compra de 100% da colheita. O agricultor sabe para quem vender”, diz o sócio da Rio de Una Alimentos, em São José dos Pinhais (PR), Marco Giotto. Canal principal. Ex-produtor orgânico, Giotto fundou a Rio de Una, certificada pelo Instituto Biodinâmico (IBD), que hoje conta com 113 agricultores, responsáveis por 450 hectares. O volume de produção é de 400 toneladas de frutas e hortaliças por mês. “Cerca de 60% dessa produção abastece supermercados.” Ele diz que os supermercados são o principal canal de comercialização. “As feirinhas orgânicas ainda são pouco representativas do ponto de vista do escoamento da produção”, avalia. As vendas, via distribuidora, normalmente são consignadas e o comprador é exigente. “Não é porque o produto não recebeu agrotóxico que o agricultor pode entregar salada com bicho. Eles cobram qualidade.” A questão logística é outro desafio. “Entregamos de loja em loja, três vezes por semana. Para o produto chegar às gôndolas fresco há um esforço logístico tremendo.”

No varejo. No Brasil 90% do consumo é por meio do varejo, diz o produtor Fernando Ataliba, do Sítio Catavento, em Indaiatuba (SP). O sítio possui 36 hectares e há cultivos de mais de 30 itens. Certificado pela Ecocert, escoar 70% da produção –

200 toneladas por ano – via distribuidora, que embala com a marca do varejista e distribui nas lojas. “Varia, mas o produtor fica, em média, com 10% do valor com que o produto chega ao consumidor.” Sem o intermediário de uma distribuidora, o agricultor Joaquim Pires Bueno, de Tietê (SP), negocia diretamente com uma grande rede de supermercados toda a produção de lichia orgânica – 5 toneladas. “Entrego tudo para o supermercado. Antes vendia via atravessador, mas agora é muito melhor, pois recebo três vezes mais, diz ele, que tem 5 hectares, é certificado pela Fundação Mokiti Okada e cultiva outros 15 itens, como cenoura, abobrinha, ervilha-torta, rabanete e quiabo. Ele investiu no sítio para se ajustar às exigências do comprador. “Tenho packing house e água de boa qualidade. O cultivo deve seguir uma cartilha de boas práticas de produção. A colheita de hortaliças, por exemplo, deve ser feita no horário certo para garantir a qualidade do produto até o consumidor.”

Visibilidade.

Para o proprietário da Cio da Terra, em Jarinu (SP), Zuco De Luca, o varejo dá visibilidade aos orgânicos. “Além disso, o agricultor planeja a produção”, diz ele, que trabalha com 100 produtores, em 200 hectares. Cerca de 70% das 10 mil bandejas de produtos são destinadas ao varejo. Os produtores parceiros recebem ainda noções de gestão. “Para atender a uma grande rede, tem de ser profissional, ter os custos no papel”, diz o proprietário da Horta & Arte, em São Roque (SP), Luis Carlos Trento. Ex-produtor, ele tem parceria com 40 agricultores, responsáveis pelo cultivo de 200 hectares, com um volume de 100 toneladas de produtos por mês. O proprietário da Cultivar Orgânicos, em São Roque (SP), Cristiano Nicolau Psillakis, tem 150 produtores parceiros e fornece para o varejo 70 itens. “O varejo exige qualidade, o que estimula a profissionalização do agricultor”, defende Psillakis.

Orgânicos ganham mercado – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – Capa – 02/06/2010

Sem a figura do atravessador, agricultores orgânicos estão conseguindo colocar seus produtos nas gôndolas de supermercados. A preocupação do grande varejo em aliar consciência social e ambiental a uma melhor qualidade de vida para o consumidor tem estimulado o investimento em marcas próprias e na divulgação dos benefícios desses alimentos, dando visibilidade a produtores de frutas e hortaliças. O fornecimento direto para o varejo é feito, normalmente, por meio de parcerias com distribuidoras certificadas. “A distribuidora dá assistência técnica, acompanha o cultivo e responsabiliza-se pela compra de 100% da colheita. O agricultor sabe para quem vender”, diz o sócio da Rio de Una Alimentos, em São José dos Pinhais (PR), Marco Giotto. Canal principal. Ex-produtor orgânico, Giotto fundou a Rio de Una, certificada pelo Instituto Biodinâmico (IBD), que hoje conta com 113 agricultores, responsáveis por 450 hectares. O volume de produção é de 400 toneladas de frutas e hortaliças por mês. “Cerca de 60% dessa produção abastece supermercados.” Ele diz que os supermercados são o principal canal de comercialização. “As feirinhas orgânicas ainda são pouco representativas do ponto de vista do escoamento da produção”, avalia. As vendas, via distribuidora, normalmente são consignadas e o comprador é exigente. “Não é porque o produto não recebeu agrotóxico que o agricultor pode entregar salada com bicho. Eles cobram qualidade.” A questão logística é outro desafio. “Entregamos de loja em loja, três vezes por semana. Para o produto chegar às gôndolas fresco há um esforço logístico tremendo.”

No varejo. No Brasil 90% do consumo é por meio do varejo, diz o produtor Fernando Ataliba, do Sítio Catavento, em Indaiatuba (SP). O sítio possui 36 hectares e há cultivos de mais de 30 itens. Certificado pela Ecocert, escoar 70% da produção – 200 toneladas por ano – via distribuidora, que embala com a marca do varejista e distribui nas lojas. “Varia, mas o produtor fica, em média, com 10% do valor com que o produto chega ao consumidor.” Sem o intermediário de uma distribuidora, o agricultor Joaquim Pires Bueno, de Tietê (SP), negocia diretamente com uma grande rede de supermercados toda a produção de lichia orgânica – 5 toneladas. “Entrego tudo para o supermercado. Antes vendia via atravessador, mas agora é muito melhor, pois recebo três vezes mais, diz ele, que tem 5 hectares, é certificado pela Fundação Mokiti Okada e cultiva outros 15 itens, como cenoura, abobrinha, ervilha-torta, rabanete e quiabo. Ele investiu no sítio para se ajustar às exigências do comprador. “Tenho packing house e água de boa qualidade. O cultivo deve seguir uma cartilha de boas práticas de produção. A colheita de hortaliças, por exemplo, deve ser feita no horário certo para garantir a qualidade do produto até o consumidor.”

Visibilidade.

Para o proprietário da Cio da Terra, em Jarinu (SP), Zuco De Luca, o varejo dá visibilidade aos orgânicos. “Além disso, o agricultor planeja a produção”, diz ele, que trabalha com 100 produtores, em 200 hectares. Cerca de 70% das 10 mil bandejas de produtos são destinadas ao varejo. Os produtores parceiros recebem ainda noções de gestão. “Para atender a uma grande rede, tem de ser profissional, ter os custos no papel”, diz o proprietário da Horta & Arte, em São Roque (SP), Luis Carlos Trento. Ex-produtor, ele tem parceria com 40 agricultores, responsáveis pelo cultivo de 200 hectares, com um volume de 100 toneladas de produtos por mês. O proprietário da Cultivar Orgânicos, em São Roque (SP), Cristiano Nicolau Psillakis, tem 150 produtores parceiros e fornece para o varejo 70 itens. “O varejo exige qualidade, o que estimula a profissionalização do agricultor”, defende Psillakis.

Orgânicos ganham mercado – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – Capa – 02/06/2010

Sem a figura do atravessador, agricultores orgânicos estão conseguindo colocar seus produtos nas gôndolas de supermercados. A preocupação do grande varejo em aliar consciência social e ambiental a uma melhor qualidade de vida para o consumidor tem estimulado o investimento em marcas próprias e na divulgação dos benefícios desses alimentos, dando visibilidade a produtores de frutas e hortaliças. O fornecimento direto para o varejo é feito, normalmente, por meio de parcerias com distribuidoras certificadas. “A distribuidora dá assistência técnica, acompanha o cultivo e responsabiliza-se pela compra de 100% da colheita. O agricultor sabe para quem vender”, diz o sócio da Rio de Una Alimentos, em São José dos Pinhais (PR), Marco Giotto. Canal principal. Ex-produtor orgânico, Giotto fundou a Rio de Una, certificada pelo Instituto Biodinâmico (IBD), que hoje conta com 113 agricultores, responsáveis por 450 hectares. O volume de produção é de 400 toneladas de frutas e hortaliças por mês. “Cerca de 60% dessa produção abastece supermercados.” Ele diz que os supermercados são o principal canal de comercialização. “As feirinhas orgânicas ainda são pouco representativas do ponto de vista do escoamento da produção”, avalia. As vendas, via distribuidora, normalmente são consignadas e o

comprador é exigente. “Não é porque o produto não recebeu agrotóxico que o agricultor pode entregar salada com bicho. Eles cobram qualidade.” A questão logística é outro desafio. “Entregamos de loja em loja, três vezes por semana. Para o produto chegar às gôndolas fresco há um esforço logístico tremendo.”

No varejo. No Brasil 90% do consumo é por meio do varejo, diz o produtor Fernando Ataliba, do Sítio Catavento, em Indaiatuba (SP). O sítio possui 36 hectares e há cultivos de mais de 30 itens. Certificado pela Ecocert, escoia 70% da produção – 200 toneladas por ano – via distribuidora, que embala com a marca do varejista e distribui nas lojas. “Varia, mas o produtor fica, em média, com 10% do valor com que o produto chega ao consumidor.” Sem o intermediário de uma distribuidora, o agricultor Joaquim Pires Bueno, de Tietê (SP), negocia diretamente com uma grande rede de supermercados toda a produção de lichia orgânica – 5 toneladas. “Entrego tudo para o supermercado. Antes vendia via atravessador, mas agora é muito melhor, pois recebo três vezes mais, diz ele, que tem 5 hectares, é certificado pela Fundação Mokiti Okada e cultiva outros 15 itens, como cenoura, abobrinha, ervilha-torta, rabanete e quiabo. Ele investiu no sítio para se ajustar às exigências do comprador. “Tenho packing house e água de boa qualidade. O cultivo deve seguir uma cartilha de boas práticas de produção. A colheita de hortaliças, por exemplo, deve ser feita no horário certo para garantir a qualidade do produto até o consumidor.”

Visibilidade.

Para o proprietário da Cio da Terra, em Jarinu (SP), Zuco De Luca, o varejo dá visibilidade aos orgânicos. “Além disso, o agricultor planeja a produção”, diz ele, que trabalha com 100 produtores, em 200 hectares. Cerca de 70% das 10 mil bandejas de produtos são destinadas ao varejo. Os produtores parceiros recebem ainda noções de gestão. “Para atender a uma grande rede, tem de ser profissional, ter os custos no papel”, diz o proprietário da Horta & Arte, em São Roque (SP), Luis Carlos Trento. Ex-produtor, ele tem parceria com 40 agricultores, responsáveis pelo cultivo de 200 hectares, com um volume de 100 toneladas de produtos por mês. O proprietário da Cultivar Orgânicos, em São Roque (SP), Cristiano Nicolau Psillakis, tem 150 produtores parceiros e fornece para o varejo 70 itens. “O varejo exige qualidade, o que estimula a profissionalização do agricultor”, defende Psillakis.

Orgânicos ganham mercado – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – Capa – 02/06/2010

Sem a figura do atravessador, agricultores orgânicos estão conseguindo colocar seus produtos nas gôndolas de supermercados. A preocupação do grande varejo em aliar consciência social e ambiental a uma melhor qualidade de vida para o consumidor tem estimulado o investimento em marcas próprias e na divulgação dos benefícios desses alimentos, dando visibilidade a produtores de frutas e hortaliças. O fornecimento direto para o varejo é feito, normalmente, por meio de parcerias com distribuidoras certificadas. “A distribuidora dá assistência técnica, acompanha o cultivo e responsabiliza-se pela compra de 100% da colheita. O agricultor sabe para quem vender”, diz o sócio da Rio de Una Alimentos, em São José dos Pinhais (PR), Marco Giotto. Canal principal. Ex-produtor orgânico, Giotto fundou a Rio de Una, certificada pelo Instituto Biodinâmico (IBD), que hoje conta com 113 agricultores, responsáveis por 450 hectares. O volume de produção é de 400 toneladas de frutas e hortaliças por mês. “Cerca de 60% dessa produção abastece supermercados.” Ele diz

que os supermercados são o principal canal de comercialização. “As feirinhas orgânicas ainda são pouco representativas do ponto de vista do escoamento da produção”, avalia. As vendas, via distribuidora, normalmente são consignadas e o comprador é exigente. “Não é porque o produto não recebeu agrotóxico que o agricultor pode entregar salada com bicho. Eles cobram qualidade.” A questão logística é outro desafio. “Entregamos de loja em loja, três vezes por semana. Para o produto chegar às gôndolas fresco há um esforço logístico tremendo.”

No varejo. No Brasil 90% do consumo é por meio do varejo, diz o produtor Fernando Ataliba, do Sítio Catavento, em Indaiatuba (SP). O sítio possui 36 hectares e há cultivos de mais de 30 itens. Certificado pela Ecocert, escoar 70% da produção – 200 toneladas por ano – via distribuidora, que embala com a marca do varejista e distribui nas lojas. “Varia, mas o produtor fica, em média, com 10% do valor com que o produto chega ao consumidor.” Sem o intermediário de uma distribuidora, o agricultor Joaquim Pires Bueno, de Tietê (SP), negocia diretamente com uma grande rede de supermercados toda a produção de lichia orgânica – 5 toneladas. “Entrego tudo para o supermercado. Antes vendia via atravessador, mas agora é muito melhor, pois recebo três vezes mais, diz ele, que tem 5 hectares, é certificado pela Fundação Mokiti Okada e cultiva outros 15 itens, como cenoura, abobrinha, ervilha-torta, rabanete e quiabo. Ele investiu no sítio para se ajustar às exigências do comprador. “Tenho packing house e água de boa qualidade. O cultivo deve seguir uma cartilha de boas práticas de produção. A colheita de hortaliças, por exemplo, deve ser feita no horário certo para garantir a qualidade do produto até o consumidor.”

Visibilidade.

Para o proprietário da Cio da Terra, em Jarinu (SP), Zuco De Luca, o varejo dá visibilidade aos orgânicos. “Além disso, o agricultor planeja a produção”, diz ele, que trabalha com 100 produtores, em 200 hectares. Cerca de 70% das 10 mil bandejas de produtos são destinadas ao varejo. Os produtores parceiros recebem ainda noções de gestão. “Para atender a uma grande rede, tem de ser profissional, ter os custos no papel”, diz o proprietário da Horta & Arte, em São Roque (SP), Luis Carlos Trento. Ex-produtor, ele tem parceria com 40 agricultores, responsáveis pelo cultivo de 200 hectares, com um volume de 100 toneladas de produtos por mês. O proprietário da Cultivar Orgânicos, em São Roque (SP), Cristiano Nicolau Psillakis, tem 150 produtores parceiros e fornece para o varejo 70 itens. “O varejo exige qualidade, o que estimula a profissionalização do agricultor”, defende Psillakis.

Código ambiental permitirá compensações - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo
– Mercado – 03/06/2010

O novo Código Ambiental recebeu ontem novos ajustes e deverá ser apresentado, no próximo dia 8, na Comissão Especial para Reforma do Código Florestal pelo deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Entre as propostas estão que as APPs (áreas de preservação permanente) e as de matas ciliares serão contadas para compor a reserva legal, informou o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR).

O novo código quer dar diretrizes e um conjunto de normas que possam ser cumpridas, ao contrário do atual, que, desde a década de 60, incorporou 16 mil itens e traz uma grande “insegurança jurídica”, diz Micheletto. O projeto de lei, com 35 páginas e 55 artigos, vai definir normas não só para

produtores, mas contempla também as responsabilidades no meio urbano. O plano diretor dos municípios deve se adaptar à nova legislação ambiental. Ou seja, o crescimento das cidades deve respeitar o percentual de preservação da região. As propostas do novo código são de isenção de reserva legal para propriedades com até quatro módulos -no caso do centro-sul seriam 72 hectares. Já as áreas de preservação poderão ser repostas com plantas exóticas. O novo código propõe, ainda, a formação coletiva de reserva dentro do mesmo bioma, segundo Micheletto.

Na avaliação do deputado, o produtor não deve sofrer sozinho o ônus da preservação e que, portanto, será proposta a criação de um fundo com participações federal, estadual e municipal.

Um dos objetivos do código é a desburocratização. As áreas de reserva legal continuam em 80% na Amazônia, 35% no cerrado e 20% em outras regiões, mas os Estados vão ter autonomia para definir a política ambiental conforme o zoneamento ecológico e econômico da região. O código definirá ainda a criação de um cadastramento ambiental dos produtores, que terão responsabilidades civil, penal e administrativa.

Código ambiental permitirá compensações – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Mercado – 03/06/2010

O novo Código Ambiental recebeu ontem novos ajustes e deverá ser apresentado, no próximo dia 8, na Comissão Especial para Reforma do Código Florestal pelo deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP).

Entre as propostas estão que as APPs (áreas de preservação permanente) e as de matas ciliares serão contadas para compor a reserva legal, informou o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR).

O novo código quer dar diretrizes e um conjunto de normas que possam ser cumpridas, ao contrário do atual, que, desde a década de 60, incorporou 16 mil itens e traz uma grande "insegurança jurídica", diz Micheletto.

O projeto de lei, com 35 páginas e 55 artigos, vai definir normas não só para produtores, mas contempla também as responsabilidades no meio urbano. O plano diretor dos municípios deve se adaptar à nova legislação ambiental. Ou seja, o crescimento das cidades deve respeitar o percentual de preservação da região.

As propostas do novo código são de isenção de reserva legal para propriedades com até quatro módulos -no caso do centro-sul seriam 72 hectares. Já as áreas de preservação poderão ser repostas com plantas exóticas. O novo código propõe, ainda, a formação coletiva de reserva dentro do mesmo bioma, segundo Micheletto.

Na avaliação do deputado, o produtor não deve sofrer sozinho o ônus da preservação e que, portanto, será proposta a criação de um fundo com participações federal, estadual e municipal.

Um dos objetivos do código é a desburocratização. As áreas de reserva legal continuam em 80% na Amazônia, 35% no cerrado e 20% em outras regiões, mas os Estados vão ter autonomia para definir a política ambiental conforme o zoneamento ecológico e econômico da região.

O código definirá ainda a criação de um cadastramento ambiental dos produtores, que terão responsabilidades civil, penal e administrativa.

Volta ao passado na Amazônia? – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 04/06/2010

De vários cantos surgem sinais preocupantes sobre aparentes indícios de retomada do crescimento do desmatamento na Amazônia, com a agravante de se estar ingressando numa conjuntura econômico-política favorável a esse desdobramento. Em março de 2010, a taxa de desmatamento foi 35% maior que a de 2009, Segundo o Imazon. E de agosto de 2009 a fevereiro de 2010, foi 23,7% mais alta. Em janeiro último, por exemplo, a taxa foi 26% maior que um ano antes. Até que se colocassem esses dados, a postura oficial parecia otimista, com a informação de que havia caído em 51% a taxa de desmatamento de agosto de 2009 a fevereiro de 2010 (**Estado**, 9/4). Para complicar um pouco mais, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais diz que, de janeiro a fins de maio, cresceram 117,2% as fontes de calor (queimadas) detectadas principalmente em Mato Grosso (3.617, ante 1.665).

O retorno das taxas crescentes vem sendo atribuído a três fatores: 1) Retomada do crescimento da economia; 2) conivência política, em ano eleitoral; e 3) dificuldades na fiscalização, inclusive com a greve na área do Ibama (este último apontado pela direção desse instituto). E ela vem em seguida ao período de menor taxa de desmatamento desde 1988 – embora na última década a média do desmatamento tenha chegado a 17,6 mil km². Em 2009, ano mais favorável, a produção de madeira na Amazônia havia caído 46% (**Estado**, 16/5), de 26 milhões de m³ para 14 milhões, segundo o Serviço Florestal Brasileiro e o Imazon. Uma das evidências de que esses caminhos de fato têm pesado está na notícia da prisão de uma quadrilha fraudadora de licenças para desmatamento e venda de Madeira em Mato Grosso, com a participação de figuras que haviam sido importantes no governo e no licenciamento no Estado.

Pouco desse caminho foram retirados ilegalmente 1,7 milhão de m³ de madeira de 100 áreas indígenas e 20 unidades de conservação.

Também preocupante, nesta hora, é que o governo federal insiste no caminho de licitar florestas públicas para gestão “sustentável” de empresas privadas.

Agora, em 364 mil hectares na Floresta Nacional do Amaná, no Pará (**Estado**, 7/4). É uma área onde campeia a extração ilegal de madeira e a pecuária em áreas invadidas, além de garimpos de ouro (32), em meio a uma população muito pobre (40% do total, segundo o IBGE). A licitação de florestas, como já foi escrito neste espaço muitas vezes, é caminho altamente problemático, condenado por especialistas do porte do professor Aziz Ab’Saber, da USP, que mostra haver ele conduzido vários países à perda de suas florestas; do almirante Ibsen de Gusmão Câmara, especialistas em biodiversidade, segundo quem é alternativa que leva à decadência e perda da diversidade biológica, pois, retirando os melhores espécimes de

cadalote, instaura-se um processo de evolução às avessas, partindo dos mais fracos; e tecnicamente inviável, de acordo como professor Niro Higuchi, pois não seria possível escolher em cada um dos lotes a ser explorado sem um ano (para só voltar a ele 30 anos depois) os melhores espécimes, já que para isso seria preciso conhecer, em cada área, todos os exemplares, uma vez que o tempo de maturação de cada um é muito diferente (e corre-se o risco de explorar espécimes ainda imaturos). Há muitos outros argumentos – nunca respondidos –, mas pode-se ficar com esses.

Não bastasse, não se consegue avançar como zoneamento ecológico/econômico da Amazônia, que pretende proteger 1,7 milhão de km² no sul do bioma – embora admitindo obras do PAC até em áreas de conservação, pavimentação da Rodovia Transamazônica, criando facilidades na BR-316 (iniciativas sob fortes restrições em várias áreas). Sem falar que já se reduziu de 80% para 50% as áreas de reserva legal a serem recompostas ao longo da BR-163 – e que chegaram a provocar polêmicas públicas entre os ministros Carlos Minc e Alfredo Nascimento.

Mas ainda tem mais. Causou certa estupefação – como relatou neste jornal Marta Salomon (26/5) – a portaria do Ministério do Desenvolvimento para regularizar possessões de terras no município de Manoel Urbano, no Acre, desde que o ocupante pague R\$ 2,99 por hectare (mas pode ser menos) em áreas de até 200 hectares; uma área de 1.350 hectares (1,35 km²) poderá ser regularizada por R\$ 638.820, a R\$ 473,20 por hectare. Nada menos que 72 mil ocupantes de terras públicas já se candidataram a 80,1 mil km². Há ocupantes de até mais de 9 mil hectares, entre 300 mil ocupantes de terras públicas, dos quais 180 mil em áreas da União. Podem-se fazer contas: 40,8% das áreas, com até 1.500 hectares, significam 32,68 mil km²; ao preço de R\$ 473 por hectare, pagarão em 20 anos R\$ 1,54 bilhão. Essa área corresponde a 13,1% do território paulista.

Se o valor proposto na Amazônia fosse estendido a todo o território paulista, significaria pouco mais de R\$ 10 bilhões. E nessas áreas a taxa de desmatamento (40,4% da área) é o dobro do limite legal na região. Essas coisas acontecem agora em que avança a consciência sobre a importância da conservação da floresta para a preservação da biodiversidade e para a regularização do clima. Um dos últimos estudos divulgados, do Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG e outras instituições (**Estado**, 26/5), mostra que 595 áreas protegidas da Amazônia têm o potencial de evitar a emissão de 8 bilhões de toneladas de carbono até 2050. Mas é indispensável investir alguns bilhões de reais na proteção dessas áreas – o que pode ser um caminho para o REDD, o sistema de financiamento da preservação de áreas florestais, em discussão na Convenção do Clima.

Mas a Organização Mundial para a Alimentação adverte que o Brasil, embora tenha avançado, continua “campeão mundial” do desmatamento. E a Amazônia brasileira já perdeu 17% de suas florestas.

É preciso reverter com urgência a tendência de volta ao crescimento da devastação.

Queimada anula ganho com queda no desmatamento – Estado de São Paulo –
Capa – 04/06/2010

Estudo publicado por pesquisadores brasileiros na revista *Science* mostra que o fogo usado para limpar áreas para a agropecuária está colocando em risco os ganhos

com a contenção dos desmatamentos na Amazônia. Entre 1998 e 2007, a ocorrência de queimadas aumentou 59% na região que havia registrado redução nas taxas de desflorestamento.

Segundo os pesquisadores, as emissões de gases de efeito estufa economizadas com a redução do desmate podem ser anuladas pelas provenientes dos incêndios.

Queimadas na Amazônia anulam ganhos da queda no desmatamento – Afra Balazina e Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida – 04/06/2010

Agropecuária provocou o aumento das queimadas na Amazônia em áreas onde houve redução do desmatamento. É o que mostra um estudo de pesquisadores brasileiros publicado hoje na revista *Science*. O fogo é usado para limpar as áreas e, muitas vezes, passa despercebido porque as copas das árvores podem esconder, dos satélites usados para monitorar o desmate, o estrago que acontece embaixo delas.

Segundo a pesquisa, que analisou o período 1998-2007, a ocorrência de fogo aumentou 59% na região que teve redução das taxas de desflorestamento. Isso significa que as emissões de gases de efeito estufa economizadas pela diminuição do desmate podem ser anuladas com as emissões provenientes de queimadas.

“A principal mensagem é que as queimadas possuem uma tendência de aumento mesmo com a redução do desmatamento.

Portanto, o resultado revela que a quantidade de carbono resguardada pelo Redd (*Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal*) pode sofrer perdas devido à ocorrência de fogo”, diz Luiz Aragão, da Universidade de Exeter, no Reino Unido.

Ele é um dos autores do trabalho, junto com Yosio Shimabukuro, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Segundo Aragão, isso leva à conclusão de que “uma política de controle de queimadas deve ser implementada em paralelo com o Redd, para que efetivamente se mantenham os estoques de carbono florestal protegidos”.

O pesquisador afirma ainda que os dados são conservadores, pois há incêndios que não puderam ser contabilizados.

Os dados apresentados podem complicar as negociações do Redd. O instrumento, idealizado para que países industrializados financiem a preservação de áreas verdes em nações em desenvolvimento, é o tópico mais adiantado na busca por um acordo climático mundial entre os países. Evitar o desmatamento é visto como uma forma relativamente barata de reduzir as emissões de gases-estufa e, dessa maneira, combater o aquecimento global.

Recentemente, em um encontro em Oslo, países ricos prometeram US\$ 4 bilhões para a conservação de florestas.

O Brasil já tem uma iniciativa que poderia ser enquadrada como Redd, o Fundo Amazônia, em que países doam recursos para preservar a mata. A ação é voluntária – não faz parte do mercado de carbono e não dá direito aos contribuintes de emitir gases-estufa em seu país. A Noruega, por exemplo, comprometeu-se a doar US\$ 1 bilhão até 2015 ao Brasil. Mas há países que defendem que Redd seja colocado no mercado de carbono – o que o País não concorda.

Investimentos. Segundo Aragão, as queimadas naturais são eventos raros na Amazônia. Portanto, para evitar o fogo existe a necessidade de alterar a maneira com

que se usa a terra na região.

Colocar em prática ações ambientalmente adequadas geraria custos com treinamento, suporte técnico e maquinário. E, conseqüentemente, aumentaria o custo de implementação do mecanismo de Redd.“

Mas é um custo necessário se quisermos proteger nosso ecossistema”, defende o pesquisador.

Florestas são peça-chave para o clima

O termo Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) surgiu em 2007, na COP-13, em Bali, na Indonésia. Foi quando se reconheceu o papel das florestas como fundamental para os esforços no combate aos efeitos das mudanças climáticas.

Atualmente, o termo usado nas negociações de clima é Redd+ (ou Redd plus) e remete a um conjunto de medidas que possa ser adotado por países em desenvolvimento – o que inclui reduzir o desmatamento e fortalecer a conservação florestal.

Há quem defenda que Redd seja integrado ao mercado de venda de créditos de carbono, o que o Brasil discorda. Mas as regras para esse mecanismo não foram criadas ainda.

Queimada anula ganho da redução do desmate – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 04/06/2010

Fogo para limpar lavoura na Amazônia gera tanto CO2 quanto mata cortada

Áreas onde diminuiu o desmatamento tendem a concentrar fazendas que usam incêndio para preparar plantações

Reduzir o desmatamento na Amazônia pode se revelar uma vitória apenas aparente contra o aquecimento global, sugere um novo estudo. Mesmo nos anos em que a mata virgem é preservada, queimadas para preparar lavouras podem anular a redução na emissão de gás carbônico. O novo trabalho calculou o impacto do uso do fogo não só para o desmate, mas também para limpar o terreno de uso agrícola em áreas já desmatadas, as quais podem estar ocupadas com floresta secundária, o rebrote da mata. "Não há um monitoramento exato de quanto as queimadas produzem [em gases-estufa], só dados pontuais", conta um dos autores do estudo, o brasileiro Luiz Aragão, da Universidade de Exeter (Reino Unido). "O que se sabe é que o desmatamento libera anualmente cerca de 0,2 bilhão de toneladas de carbono. Em anos de seca forte na Amazônia, o fogo levaria à produção de algo entre 0,1 bilhão e 0,2 bilhão de toneladas de carbono", afirma Aragão.

O PIOR DOS MUNDOS
Contudo, a tendência atual, diretamente ligada ao aquecimento global, é o aumento da seca na região amazônica, explica ele. No pior cenário, portanto, o fogo pode contrabalançar boa parte do que se conseguiu em redução de emissões pela diminuição do desmate, afirma o novo estudo, publicado

na revista "Science". Junto com Yosio Shimabukuro, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Aragão analisou as imagens de satélite que registram a área desmatada e a incidência de fogo na Amazônia Legal entre 1998 e 2007. Embora esse período tenha representado uma tendência de queda na área desmatada na Amazônia - de 18.226 km² para 11.532 km² entre 2000 e 2007, segundo o Inpe-, a ocorrência de fogo aumentou em 59% da Amazônia Legal. Em 31% da região, o fogo segue a redução do desmatamento, e não seu aumento (esse segundo caso é visto em 13% da área). Isso acontece, em parte, porque fragmentos de mata que sobram após a derrubada ficam descaracterizados, secos e mais inflamáveis. Esse problema pode ser combatido com a mudança de práticas de agricultura extensiva a limpeza da lavoura com máquinas. Isso, no início, pode até aumentar as emissões. Após certo limiar, no entanto, o manejo intensivo é capaz de cortar em quase 70% a ocorrência de fogo.

Combate a queimada é difícil e demorado – Reinaldo Lopes – Folha de São Paulo – 04/06/2010

Embora o grande vilão das queimadas seja mesmo a agricultura extensiva e pouco racionalizada, a chamada agricultura intensiva pode, no começo, até aumentar a incidência de fogo, segundo os dados levantados por Aragão e Shimabukuro. "Isso se deve à maneira como as áreas são desmatadas inicialmente. Com a utilização de maquinário para remover a biomassa, é possível retirar não só a parte aérea da vegetação, mas também a biomassa subterrânea, o que leva a uma maior quantidade de biomassa disponível para queimar", diz Aragão. Após certo limiar, no entanto, o manejo intensivo pode diminuir em quase 70% a ocorrência de fogo. "Conclui-se que, primeiro, existe a necessidade de limitar a expansão do agronegócio na Amazônia e, segundo, que pequenos e médios produtores devem adotar práticas livres de fogo", afirma o pesquisador. Isso, claro, é mais fácil falar do que fazer, reconhece ele. "Existe uma necessidade de subsídio financeiro para os produtores, incluindo treinamento, apoio técnico e compra de maquinário." Apesar de algumas iniciativas Amazônia afora, Aragão diz acreditar que medidas punitivas contra quem inicia queimadas não vão funcionar por si só. Segundo ele, seria preciso organizar os agricultores da região para agir em nível comunitário. O dinheiro poderia vir dos projetos de Redd (sigla de "redução de emissões por desmatamento e degradação florestal"), conceito que deve ser incorporado aos futuros tratados globais sobre mudança climática. (RJL)

Sustentabilidade como parte do negócio - Carlos Brito – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 04/06/2010

Mudanças climáticas, escassez de água, independência energética -esses são tópicos das manchetes dos noticiários diariamente.

Não há dúvida de que nossos recursos naturais são limitados e devem ser usados sabiamente, especialmente para diminuir nosso impacto no planeta.

A responsabilidade com o meio ambiente é importante, não só porque é o jeito certo de agir mas também porque é pilar fundamental da nossa estratégia de negócios de longo prazo.

Na Anheuser-Busch InBev, monitoramos nossos impactos ambientais tão de perto quanto nosso desempenho financeiro. E, sendo a maior cervejaria do mundo, temos consciência aguda das necessidades de recursos naturais na nossa cadeia de suprimentos, principalmente em relação ao principal ingrediente nos nossos produtos: a água.

O uso eficiente da água é essencial para o crescimento contínuo e sustentável de nosso negócio em todo o mundo, e é por isso que traçamos a ambiciosa meta de reduzir em 30% nosso consumo desse recurso natural entre 2007 e 2012.

Estamos confiantes de que atingiremos a meta, mesmo porque já obtivemos enormes resultados em algumas cervejarias do mundo, como nos Estados Unidos e na Alemanha.

A cervejaria de Jaguariúna, no Brasil, por exemplo, diminuiu o uso em 9%, de 2007 a 2009, economizando mais de um 1,7 milhão de hectolitros de água. Nenhum progresso teria sido possível sem a engenhosidade e a determinação de nossos funcionários, que diariamente identificam melhorias em cada etapa do processo de fabricação.

A redução do consumo de água é uma das metas ambientais globais agressivas que anunciamos como parte do nosso sonho de ser a "Melhor Cervejaria em um Mundo Melhor" -nosso compromisso de estimular consumo responsável, sustentabilidade ambiental e comprometimento com a comunidade.

Nesse conjunto de ações, estabelecemos ainda a meta de alcançar uma taxa de 99% de reaproveitamento de subprodutos e 10% de redução de emissões de dióxido de carbono e energia por hectolitro produzido até o fim de 2012.

Amanhã, como parte desses esforços, junto com nossos parceiros na comunidade local, estamos celebrando o Dia Mundial do Meio Ambiente, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU). Vimos como essa data pode ser eficaz estímulo para nossos funcionários e parceiros fazerem algo de concreto sobre questões ambientais

Neste ano, decidimos concentrar nossas atividades na conservação da água, conforme a meta de nos tornarmos a cervejaria mais eficiente no consumo de água no mundo, e esperamos envolvimento ainda maior de nossos funcionários.

Apesar de não haver consenso em todas as questões ambientais, cada um de nós precisa fazer sua parte para preservar e proteger o mundo que nos cerca. Neste Dia Mundial do Meio Ambiente, vamos aproveitar a oportunidade para ajudar a realizar o sonho de um mundo melhor para nossa geração e para as gerações que nos seguirão.

CARLOS BRITO, 50, é CEO da Anheuser-Busch InBev.

Reduzir o desmatamento na Amazônia pode se revelar uma vitória apenas aparente contra o aquecimento global, sugere um novo estudo. Mesmo nos anos em que a mata virgem é preservada, queimadas para preparar lavouras podem anular a redução na emissão de gás carbônico.

O novo trabalho calculou o impacto do uso do fogo não só para o desmate, mas também para limpar o terreno de uso agrícola em áreas já desmatadas, as quais podem estar ocupadas com floresta secundária, o rebrote da mata.

"Não há um monitoramento exato de quanto as queimadas produzem [em gases-estufa], só dados pontuais", conta um dos autores do estudo, o brasileiro Luiz Aragão, da Universidade de Exeter (Reino Unido).

"O que se sabe é que o desmatamento libera anualmente cerca de 0,2 bilhão de toneladas de carbono. Em anos de seca forte na Amazônia, o fogo levaria à produção de algo entre 0,1 bilhão e 0,2 bilhão de toneladas de carbono", afirma Aragão.

O PIOR DOS MUNDOS

Contudo, a tendência atual, diretamente ligada ao aquecimento global, é o aumento da secura na região amazônica, explica ele.

No pior cenário, portanto, o fogo pode contrabalançar boa parte do que se conseguiu em redução de emissões pela diminuição do desmate, afirma o novo estudo, publicado na revista "Science".

Junto com Yosio Shimabukuro, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Aragão analisou as imagens de satélite que registram a área desmatada e a incidência de fogo na Amazônia Legal entre 1998 e 2007.

Embora esse período tenha representado uma tendência de queda na área desmatada na Amazônia - de 18.226 km² para 11.532 km² entre 2000 e 2007, segundo o Inpe-, a ocorrência de fogo aumentou em 59% da Amazônia Legal. Em 31% da região, o fogo segue a redução do desmatamento, e não seu aumento (esse segundo caso é visto em 13% da área).

Isso acontece, em parte, porque fragmentos de mata que sobram após a derrubada ficam descaracterizados, secos e mais inflamáveis. Esse problema pode ser combatido com a mudança de práticas de agricultura extensiva a limpeza da lavoura com máquinas. Isso, no início, pode até aumentar as emissões. Após certo limiar, no entanto, o manejo intensivo é capaz de cortar em quase 70% a ocorrência de fogo.

Combate a queimada é difícil e demorado - Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 04/06/2010

Embora o grande vilão das queimadas seja mesmo a agricultura extensiva e pouco racionalizada, a chamada agricultura intensiva pode, no começo, até aumentar a incidência de fogo, segundo os dados levantados por Aragão e Shimabukuro. "Isso se deve à maneira como as áreas são desmatadas inicialmente. Com a utilização de maquinário para remover a biomassa, é possível retirar não só a parte aérea da vegetação, mas também a biomassa subterrânea, o que leva a uma maior quantidade de biomassa disponível para queimar", diz Aragão.

Após certo limiar, no entanto, o manejo intensivo pode diminuir em quase 70% a ocorrência de fogo. "Conclui-se que, primeiro, existe a necessidade de limitar a expansão do agronegócio na Amazônia e, segundo, que pequenos e médios produtores devem adotar práticas livres de fogo", afirma o pesquisador. Isso, claro, é mais fácil falar do que fazer, reconhece ele. "Existe uma necessidade de subsídio financeiro para os produtores, incluindo treinamento, apoio técnico e compra de maquinário."

Apesar de algumas iniciativas Amazônia afora, Aragão diz acreditar que medidas punitivas contra quem inicia queimadas não vão funcionar por si só. Segundo ele, seria preciso organizar os agricultores da região para agir em nível comunitário. O dinheiro poderia vir dos projetos de Redd (sigla de "redução de emissões por desmatamento e degradação florestal"), conceito que deve ser incorporado aos futuros tratados globais sobre mudança climática. **(RJL)**

Agricultura familiar é a maior aliada do meio ambiente – Sítio Eletrônico da Fetraf – 05/06/2010

No Dia Mundial do Meio Ambiente e Ecologia (5 de junho), Elisângela Araújo, coordenadora geral da FETRAF-Brasil/CUT, fala do importante papel da Agricultura Familiar para um planeta sustentável.

Escrito por Elisângela Araújo, coordenadora geral da FETRAF-Brasil/CUT

”Há um consenso em torno de que as mudanças climáticas como secas, chuvas intensas, inundações, vendavais, furacões, tornados, granizo, frio e calor mais intensos, mudanças bruscas de temperatura, são uma realidade e vieram para ficar. São consequências do aquecimento global do planeta, causado pelos gases do efeito estufa, oriundos do modelo de desenvolvimento urbano industrial e agropecuário baseado na agroquímica. Os agricultores familiares precisam pensar o seu desenvolvimento socioeconômico e a produção de alimentos dentro desta nova realidade.

O Censo Agropecuário de 2006 mostra claramente que na agricultura familiar existe mais preservação, mais cobertura florestal e mais respeito ao meio ambiente. Mostra também que produzimos mais com mais eficiência, sem necessariamente destruir nosso entorno. A legislação ambiental brasileira precisa reconhecer esta realidade e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil) persegue este objetivo e comemora os recentes avanços conquistados no tema ambiental.

Participamos de uma série de debates e reuniões onde foram produzidos acordos e consensos, e neste momento vivemos a expectativa de consolidação das políticas referentes ao tema. Acreditamos numa política ambiental diferenciada para a agricultura familiar, que reconheça quem realmente preserva e aponte para uma relação menos conflituosa das populações rurais com o meio ambiente e órgãos de fiscalização.

Para que todos tenham conhecimento, o acordo construído nas intensas negociações durante a V Jornada Nacional de Lutas da Agricultura Familiar e selado em audiência realizada dia 20/05/2009 em Brasília na Agência Nacional das Águas, com participação da Fetraf/Brasil, Contag, Via Campesina, secretários estaduais, senadores, deputados federais e Ongs Ambientalistas, prevê:

- uma política diferenciada para os 4,4 milhões agricultores familiares;
- respeito à ocupação histórica das terras nos diversos biomas (Pampa, Caatinga, Cerrado, Amazônia e Mata Atlântica);
- a Reserva Legal nas propriedades dos agricultores familiares será a soma das áreas de preservação permanentes (APPs), matas ciliares e proteção de fontes d'água e áreas remanescentes preservadas;
- compensação financeira para os agricultores que já preservam áreas superiores as previstas no Código Florestal; estabelecendo remuneração por serviços ambientais;
- apoio para recuperação de áreas, com recursos públicos e ampliação de prazos para execução, e consequente remuneração por serviços ambientais;
- O georeferenciamento das áreas de até 4 módulos rurais será feita pelo Estado Brasileiro, mediante convênios com municípios, estados, Universidades Públicas, com aporte de recursos advindos da Petrobrás, das Hidrelétricas, bem como das multas aplicadas aos grandes poluidores..
- O prazo para averbação das áreas dos agricultores familiares estará submetido ao ritmo das medições.

Com base nos consensos e acordos políticos, o presidente Lula vem tomando uma série de iniciativas legais para facilitar a vida dos agricultores e proteger o meio ambiente entre elas, enviou ao Congresso Nacional, no dia 5 de junho de 2009 o projeto de Lei nº. 5.487/2009, que Institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais, e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais; Publicou no dia 8 de setembro de 2009 as Instruções Normativas 03, 04 e 05; Assinou no dia 10 de dezembro o decreto nº. 7.029 que institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, chamado de "Programa Mais Ambiente" e remeteu resolução ao Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, reconhecendo a Agricultura familiar como prestadora de relevante serviço de interesse social.

Vale Ressaltar que neste momento necessitamos que o Governo Federal finalize o processo e avance na consolidação dos pontos acordados e que ainda aguardam medidas legais, é hora de publicar um Decreto regulamentador e/ou Medida Provisória para atender os pontos acordados que continuam pendentes:

- Fazer novo enquadramento da agricultura familiar dentro do Código Florestal, ampliando dos atuais 30 hectares, para quatro módulos fiscais. - Regularizar as culturas agrícolas anuais e de espécies lenhosas perenes nas inclinações entre 25 a 45

graus. - Permitir o pastoreio extensivo tradicional nas áreas com cobertura vegetal de campos de altitude. - Permitir para a agricultura familiar, nas elevações com inclinação superior a 45 graus a manutenção de culturas agrícolas consolidadas com espécies lenhosas perenes. - Assegurar atividade sazonal para cultivo de ciclo curto em várzea. - Regulamentar mecanismos de cotas de reserva legal, permitindo cedência de áreas entre agricultores familiares dentro da mesma Bacia Hidrográfica, mediante imediata compensação para aqueles que mais preservaram; - Orientar claramente como os agricultores devem proceder para efetivar sua regularização ambiental.

Destaco o papel central do Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc na construção desta aliança, e na efetivação destas medidas. Minc e sua equipe mostraram que é possível construir excelentes propostas a partir do dialogo franco e aberto com as entidades que representam a maioria dos habitantes do meio rural brasileiro.

Nós agricultores familiares não aceitamos ser usados como escudo para defender os interesses de latifundiários e empresas rurais que tentam mudar o Código florestal Brasileiro com o objetivo central de expandir suas fronteiras agropecuárias no Cerrado e na Amazônia.

Alerto que o PL 5367/09 de autoria da Bancada Ruralista distorce a política de serviços ambientais e pretende que seja um "negócio" e não uma política pública, precisamos "afirmar o conceito" de política ambiental diferenciada para agricultura familiar no Congresso Nacional para evitar que sejamos atropelados pelos interesses de "meia dúzia" de empresas rurais e latifundiários.

Nos dias 24, 25 e 26 de março foi realizado III Congresso da Fetraf-Sul, com o lema: "Agricultura Familiar, Alimento e Vida para o Brasil", com a participação de aproximadamente 2 mil pessoas e este tema foi amplamente debatido. Decidimos ampliar nossa mobilização pela conquista desta política. Para tanto, as mobilizações de abril e maio no âmbito da VI Jornada Nacional de Lutas focarão no tema ambiental.

É inaceitável que Decretos Regulamentadores demorem tanto para serem efetivados, fazendo com que ações mais fortes sejam necessárias para que o Presidente dê a devida atenção aos nossos anseios.”

O Código Florestal Brasileiro deve ser modificado? – Legislação Atual é Inaceitável – Aldo Rebelo – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 05/06/2010

SIM

Legislação atual é inaceitável

ALDO REBELO

A injusta e equivocada tese malthusiana (do conservador inglês Thomas Robert Malthus 1766-1834), de que a condição do pobre era fruto da lei natural e da providência divina, portanto, imutável, domina hoje as relações entre as nações do

mundo. De um lado, os interesses concretos das nações ricas e desenvolvidas, principalmente das suas classes dominantes, se empenham na apropriação dos bens naturais, já escassos em seus domínios, mas abundantes entre os países ditos emergentes ou subdesenvolvidos. De outro lado, as nações pobres que aspiram a seu pleno desenvolvimento, para isso usando seus recursos naturais, encontram todos os tipos de barreiras: estruturais, fiscais, sanitárias, e, mais recentemente, as ambientais. Países e até continentes inteiros parecem estar condenados a se perpetuarem na pobreza, como pensava Malthus a respeito do miserável em sua época. "Não há vaga para ele no lauto banquete da natureza", sentenciava o autor.

O reacionarismo desumano de Malthus foi implacavelmente derrotado, na doutrina e na prática. Mas ressurge, atrasadíssimo no tempo, no confronto da agricultura fortemente subsidiada dos países desenvolvidos com a produção agrícola cada vez mais competitiva de nações como o Brasil. E, como se não bastasse a distorção do subsídio, condenada pela Organização Mundial do Comércio, agora usam a pecha de agressores do meio ambiente sobre os produtores agrícolas dos países em desenvolvimento.

O confronto ambientalismo versus agricultura brasileira já é intenso em todas as regiões do país, mas é na Amazônia que se concentra o seu maior impacto. As nações ricas já não mais podem cobiçá-la, como antes, mas querem mantê-la tutelada e inabitada, a salvo de qualquer manejo, por mais ambientalmente sustentável que este seja. É na chamada Amazônia Legal, principalmente na faixa de transição entre o cerrado e o bioma amazônico, que ONGs desenvolvem campanhas milionárias para interditar a fronteira agrícola e a mineração.

O dinamismo do país na produção de soja, carne, algodão e açúcar causa imenso desconforto aos concorrentes internacionais. O médico e humanista brasileiro Josué de Castro (1908-1973), que lutou contra as idéias malthusianas, negou, no livro "Geografia da Fome", a suposta harmonia entre o homem e a natureza da região amazônica. "Na alarmante desproporção entre a desmedida extensão das terras e a exigüidade de gente, reside a primeira tragédia geográfica da região." A imagem dessa fictícia harmonia e a intenção de manter uma Amazônia eternamente inexplorada é hoje um produto chique de consumo nas nações ricas. Trata-se de uma ficção produzida por "pop stars", como Sting e seus cortesãos locais, ou levada às telas por cineastas como James Cameron, em seu filme "Avatar".

A Amazônia é parte do território brasileiro, é corpo e alma do Brasil. Os povos amazônicos têm o direito de ver sua região se desenvolver. É esse também um dos objetivos da reforma do Código Florestal, da qual sou relator. Não se pode aceitar a legislação atual, que coloca na ilegalidade 90% dos proprietários rurais, o cidadão que arranca uma minhoca da beira do rio ou o índio que põe raiz de mandioca para fermentar na água de um igarapé. O novo Código Florestal vai proteger o meio ambiente da Amazônia e de outras regiões sem impedir seu desenvolvimento e manejo sustentáveis. Essa é a resposta que o Congresso brasileiro dará ao neo ambientalismo dos países ricos. Ninguém está destinado a viver eternamente na pobreza.

ALDO REBELO, jornalista, é deputado federal pelo PC do B de São Paulo e relator do projeto de lei que reforma o Código Florestal Brasileiro.

O Código Florestal Brasileiro deve ser modificado? – Thomas Lewinsohn, Jean P. Metzger, Carlos Joly e Ricardo Rodrigues – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 05/06/2010

NÃO

O tiro sai pela culatra

A pressão para atualizar o Código Florestal Brasileiro (CFB) aflorou nos últimos dois anos, fomentada especialmente por parlamentares ligados ao agronegócio. Tal como outros intentos governamentais que atiram com a área ambiental, imprime-se a esse projeto caráter de necessidade quase emergencial.

A pretendida reforma deveria remover o estrangulamento para a expansão de terras agrícolas, hoje supostamente bloqueada pela combinação de áreas de preservação permanente (APP) e reservas legais (RL). Só que esse bloqueio não existe.

A suposta escassez de terras agricultáveis não resiste a estudo mais criterioso, como o recentemente coordenado pelo professor Gerd Sparovek, da Escola Superior de Agricultura da USP (Esalq).

Realocando para cultivo agrícola terras com melhor aptidão, hoje ocupadas com pecuária de baixa produtividade, e aumentando a eficiência da pecuária nas demais, por meio de técnicas já bem conhecidas, a área cultivada no Brasil poderá ser quase dobrada, sem avançar um hectare sequer sobre a vegetação natural. A reforma também pretende retirar da ilegalidade muitas propriedades que não mantêm as APP e RL estipuladas. Para isso, pensa-se em fundir as APP com as RL e flexibilizar o uso destas últimas.

No entanto, as APP e as RL são áreas que exercem papel complementar na conservação das paisagens rurais e não deveriam ser tratadas como equivalentes. Ademais, o uso de RL com espécies exóticas representa uma completa descaracterização dessas áreas. Sob a desculpa de proteger as pequenas propriedades, as APP e RL serão colapsadas, reduzidas e drasticamente transformadas, levando a amplos desmatamentos e perda de áreas protegidas, que não se destinam apenas a conservar espécies e a promover o uso sustentável de recursos naturais.

Elas asseguram uma gama de serviços ambientais indispensáveis à qualidade de vida humana e à própria qualidade e produtividade agrícola. Da proteção dessas áreas dependem a regulação de cursos de água, o controle da erosão, a polinização de diversas plantas cultivadas, o controle de pragas, o sequestro do carbono atmosférico e muitos serviços mais.

Qual a participação da comunidade científica competente na formulação dessas alterações? Quase nula. Há muitos grupos científicos pesquisando ativamente a conservação e restauração da biodiversidade e o desenvolvimento de metodologias que permitam a produção agrícola com a efetiva preservação do ambiente.

Nem os pesquisadores mais reconhecidos dessas áreas nem as sociedades científicas relevantes foram ouvidos. Os parlamentares decidiram quem são os cientistas que merecem atenção e desqualificaram ou ignoraram todos os demais.

Passado quase meio século de intensas transformações, é necessário atualizar o CFB, facilitar a produção agrícola em pequenas propriedades, mas sem deixar de fortalecê-lo nos objetivos essenciais.

Se esses objetivos forem soterrados, haverá sérias conseqüências para o próprio agronegócio, porque não apenas se comprometerá os serviços ambientais, mas o mero cumprimento formal de legislação ambiental inócua não irá assegurar certificação ambiental respeitada.

E quem duvida de que tal certificação será cada vez mais exigida para comercializar qualquer commodity brasileira? É hora de os agroparlamentares e demais envolvidos compreenderem que as demandas ambientais representam componentes indispensáveis da boa agricultura, bem como da melhor qualidade de vida.

THOMAS LEWINSOHN é professor titular da Unicamp e presidente da Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação.

JEAN PAUL METZGER é professor da USP, onde coordena o Laboratório de Ecologia de Paisagens.

CARLOS JOLY é professor titular da Unicamp e coordenador do Programa Biota-Fapesp.

RICARDO RODRIGUES é professor titular da Esalq-USP, onde coordena o Laboratório de Restauração.

Norma ambiental faz companhias buscarem crédito – Folha de São Paulo – Mercado – 06/06/2010

Para se adaptarem às regras ambientais que entram em vigor em 2012, com o início da fase sete do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, as fabricantes de veículos a diesel estão buscando crédito no BNDES para realizar alterações nos motores.

Segundo Haroldo Prates, do BNDES, três montadoras entraram com pedidos. Duas operações já foram aprovadas, uma para a Mercedes-Benz e outra para a MAN. O programa estabelece nova etapa de redução das emissões, o que exige novos veículos, um diesel menos poluente e novas rotinas de manutenção e operação pelas transportadoras.

Floresta em pé pode gerar mais renda do que desmatamento – Ediane Tiago – Valor Econômico – Gestão da Incerteza Terceira parte – 07/06/2010

O desenvolvimento sustentável da Amazônia é questão polêmica e exige revisão dos modelos de negócios propostos para a preservação. De acordo com Bertha Becker, geógrafa e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a venda de crédito de carbono pode limitar a produtividade da região, se for vista como única alternativa. "Temos de abandonar a ideia de mercantilizar a natureza e encontrar meios para desenvolver a economia", afirmou a pesquisadora durante a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em Brasília, no fim de maio.

Para ela, tornar a Amazônia improdutiva é o pior caminho. Não adianta remunerar a preservação, sem dar condições de a população trabalhar e melhorar de vida. A saída é explorar as riquezas da floresta e mantê-la em pé, gerando emprego e renda. Isso só ocorrerá se houver atribuição de valor à região, resgatando o zoneamento ecológico-econômico. Pela lógica, o modelo permitirá que a exploração

dos recursos florestais seja competitivo com as atividades como extração de madeira, pecuária e agricultura. "Áreas como biotecnologia e engenharia genética são promissoras na região. Se elas gerarem mais renda que as atividades exercidas atualmente, serão opção natural", comenta Bertha.

O potencial amazônico ganha força com a aplicação de recursos em ciência, tecnologia e inovação, vetor visto como agente de transformação da realidade local. Bertha vê Manaus como uma grife, um centro de serviços ambientais. "As questões são globais e temos condições de nos tornar o centro das soluções."

A visão é compartilhada por Sérgio Rezende, ministro de Ciência e Tecnologia. Segundo ele, os estudos sobre mudanças climáticas são estratégicas no ministério. Entre as ações, ele cita a compra de um computador de alta capacidade para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que permite a medição mais adequada do desmatamento. Além disso, a instalação de institutos nacionais de ciência e tecnologia (INCTs) na Amazônia deve fomentar as atividades científicas e mudar a economia na região. "Temos cinco institutos no Estado do Amazonas e mais quatro unidades no Pará. Queremos fixar os pesquisadores e trazer soluções que façam sentido para a região", comenta Rezende.

Segundo dados do Ministério de Ciência e Tecnologia, entre 2000 e 2009, foram investidos R\$ 2,2 bilhões em ciência, tecnologia e inovação nos Estados da Amazônia Legal. A cifra garantiu que o número de pesquisadores evoluísse 257% no período. "A proximidade da pesquisa é que envolverá a sociedade nas mudanças. Não podemos estudar a Amazônia a distância", reforça o Ministro.

Pedro Luiz Barreiros Passos, presidente do conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), defende que inovação e sustentabilidade são faces da mesma moeda. Neste cenário, a economia de baixo carbono tem de estar no centro das decisões empresariais. "Ainda não atacamos o problema da devastação. A indústria deve incluir a questão da sustentabilidade na sua base, no seu planejamento e unir-se às universidades na busca de soluções viáveis."

O empresário sustenta que o cenário é favorável para transformamos os rumos do crescimento econômico no país, criando riqueza e traçando caminho para o desenvolvimento sustentável. Entre os bônus ele cita a estabilidade da economia e a janela demográfica - período entre 2000 e 2030 em que a parcela de população economicamente ativa será superior ao número de dependentes. "Temos oportunidade de sermos líderes em biotecnologia, biocombustíveis e química verde. Além disso, a exploração de petróleo na camada de pré-sal abre espaço para fomentar uma cadeia de negócios focada na criação de valor", afirma.

A partir do exemplo da Amazônia - e de seu alto potencial para exploração florestal - cientistas e empresários têm ambição de transformar a industrialização no Brasil. A aproximação da academia e das empresas promete criar uma base focada na agregação de valor e na valorização dos recursos naturais dos quais dispomos. A aplicação de ciência e tecnologia nas cadeias de negócios tem a missão de incluir o Brasil na economia verde. "Ampliar a eficiência energética e os transportes nas grandes cidades também é pauta para discussão. A preservação das nossas florestas depender de um conjunto de fatores", acredita Passos.

Relator quer estadualizar proteção às florestas – Nancy Dutra – Folha de São Paulo – Ciência – 08/06/2010

Parecer sobre Código Florestal será entregue hoje a comissão da Câmara

Ambientalistas temem que Estados produzam leis mais frouxas, como a que diminuiu áreas de preservação em SC

O deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) irá propor hoje, em seu relatório que será apresentado na comissão especial da Câmara sobre o Código Florestal, que os Estados tenham autonomia para regulamentar os limites mínimos de reserva legal e áreas de proteção permanente, as chamadas APPs. Hoje essa ação cabe apenas ao governo federal. O parecer defenderá que os Estados tenham cinco anos para elaborar um zoneamento econômico e ecológico que estabeleça de que forma serão mantidos os percentuais de preservação. As reservas legais são áreas de floresta dentro de uma propriedade rural que devem ser mantidas sem corte raso. A lei atual admite a exploração de madeira e outros produtos nelas. As APPs são as encostas e as margens de rios e os topos de morros, e são intocáveis. A reserva varia de acordo com o bioma (80% na Amazônia, 35% no cerrado e 20% na mata atlântica, na caatinga, no pampa e no Pantanal). Durante a moratória de cinco anos, devem ser proibidas novas ocupações. Os programas de zoneamento estaduais terão de ser submetidos ao governo federal. A transferência de poder aos Estados preocupa os ambientalistas. Para o pesquisador do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), André Lima, ela pode provocar uma disputa para atrair mais produtores. ONGs e cientistas também temem que os Estados sejam mais permissivos que o governo federal. Santa Catarina, por exemplo, editou no ano passado um código estadual reduzindo as APPs, questionado no STF. Para contrapor o relatório, um grupo de ONGs encaminhou ontem ao Ministério do Meio Ambiente uma carta para que o órgão se manifeste sobre a eficiência das ações ambientais estaduais.

RESERVA

LEGAL

Há outros pontos polêmicos no parecer, entre eles a dispensa para pequenos proprietários de manutenção da reserva legal. Segundo os ruralistas, a obrigação inviabiliza a produção agrícola em algumas regiões do país. Segundo Mario Mantovani, da SOS Mata Atlântica, a dispensa já está prevista na lei da agricultura familiar. Teme-se que grandes proprietários comprem várias pequenas terras para ficarem isentos da necessidade. Paulo Barreto, pesquisador do Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia), diz que a função biológica não está relacionada ao tamanho da área. "Em vez de ser liberado, o produtor deveria receber incentivos para que preserve."

Pantanal some mais depressa que a Amazônia, indica satélite – Larissa Guimarães – Folha de São Paulo – Ciência – 08/06/2010

O desmatamento no Pantanal tem ritmo mais intenso do que na Amazônia. O dado, divulgado ontem, vem do primeiro monitoramento via satélite do bioma, que abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Entre 2002 e 2008, o Pantanal perdeu 2,82% de sua área, enquanto o desmatamento na Amazônia atingiu 2,54% do terreno total. O estudo divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente revelou que o desmatamento no Pantanal atingiu 4.279 km², o equivalente a quase três vezes a área da cidade de São Paulo.

"É um bioma que está sofrendo perda de vegetação. É preocupante", disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. A ministra afirmou que um dos fatores que podem explicar esses índices é o fato de o Pantanal não contar com unidades de conservação como a Amazônia. Estudos têm mostrado que a criação de áreas protegidas foram um dos principais fatores por trás da redução da devastação da Amazônia, observada nos últimos anos. O Pantanal está quase todo dividido em terras privadas. Apesar de a principal atividade econômica da região, a pecuária, conviver bem com a mata nativa, tem havido corte de floresta nas zonas que não alagam para a ampliação de pastagens. A ministra apontou outro possível fator de pressão sobre o bioma -o crescimento de atividades como a produção de carvão vegetal para alimentar siderúrgicas em Mato Grosso do Sul.

"Ainda não foram identificadas todas as causas que explicam a perda de vegetação no bioma. O ministério vai aprofundar os atuais estudos e marcar encontros com os governos estaduais", informou a ministra. Até o fim do ano, estão planejadas dez operações contra o desmatamento para o bioma Pantanal.

AMAZÔNIA

O desmate na Amazônia cresceu 40% em abril deste ano em relação ao mesmo mês de 2009, de acordo com dados divulgados ontem. Segundo o ministério, o aumento é apenas aparente: estaria associado à presença menor de nuvens neste ano, o que permite a detecção de áreas antes encobertas. "Não detectamos um novo padrão de desmatamento na Amazônia nessas áreas sob avaliação", afirmou Teixeira.

"Vamos manter o compromisso de experimentar níveis cada vez menores neste ano, abaixo de 7.400 km², que foi o índice de desmatamento do ano passado", completou. O número de operações para coibir o desmatamento deverá aumentar a partir deste mês, quando há menos chuvas na região.

Código Florestal pode ser esquarterado – Cesar Sanson – MST – 08/06/2010

Por Pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio Na RadioagênciaNP e doutor em sociologia e pela UFPR

Cesar Sanson

A possível alteração do Código Florestal está na agenda política do país. A bancada ruralista deseja colocar em votação o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) que altera o Código, o quanto antes.

O relatório do deputado comunista conta com o entusiasta apoio dos ruralistas. As medidas propostas, na opinião do movimento social vão no sentido de flexibilizar a legislação ambiental para favorecer o agronegócio, fazendeiros e exportadores de commodities.

As propostas sugerem: reduzir a Reserva Legal na Amazônia de 80% para 50%; reduzir as Áreas de Preservação Permanente como margens de rios e lagoas, encostas e topos de morro; anistia aos crimes ambientais, sem tornar o reflorestamento da área uma obrigação e – medida considerada extremamente grave pelo movimento social –, transferir a legislação ambiental para o nível estadual, removendo o controle federal. Segundo as organizações ambientalistas, a proposta dos ruralistas é acabar com o Código Florestal.

Destacar o tema do Código Florestal nesse momento é dar visibilidade a um debate que para além dos atores envolvidos: governo, parlamentares, ruralistas e movimento social diz respeito ao Brasil que se quer. A luta contra as mudanças no Código Florestal torna-se nesse momento de grande importância porque manifesta em seu interior interesses antagônicos que dizem respeito a formas de conceber a relação com o meio ambiente. De um lado estão as forças econômicas que vêm os recursos naturais como mercadorias. De outro, temos as forças sociais que percebem que a utilização indiscriminada da biodiversidade é uma ameaça a vida humana e de todos os seres.

O debate do Código Florestal é apenas um dos muitos temas que fazem parte da denominada agenda ecológica. O movimento ambientalista – pouco compreendido até muitas vezes por seus parceiros do movimento social – alerta para os limites do paradigma do crescimento econômico fundado na ideia da exploração ilimitada dos recursos naturais. É ele, o movimento ambientalista, que exprime de forma mais contundente que o atual modo de produzir e consumir não é compatível com as possibilidades do planeta.

Nessa perspectiva a possível mudança no Código Florestal é um enorme retrocesso e significa colocar sob pressão os biomas que já se encontram seriamente ameaçados. Os grandes prejudicados, caso o Código seja alterado, serão as gerações futuras. Deixaremos para elas um mundo mais pobre em recursos naturais, feio e poluído.

Surpreendente no debate desse tema é a postura do deputado Aldo Rebelo, relator do projeto que arquiteta as mudanças no Código Florestal. O deputado do PCdoB faz o jogo do agronegócio e revela determinado tipo de esquerda atrasada que não compreende o caráter da crise civilizatória em curso.

Rebelo é de um tipo de esquerda que ficou preso à Sociedade Industrial e manifesta uma dificuldade enorme de incorporar novos temas, como a crise ecológica.

Essa esquerda vale-se de um marxismo não atualizado, que paradoxalmente ao lado do liberalismo, prega a mesma coisa: a ideia e o pensamento do que importa é o crescimento econômico e o restante é secundário. O problema é que esse pensamento não se sustenta mais. Separar economia e ecologia é um erro. Insistir no produtivismo econômico é a ameaçar a vida de toda a Terra. Faz-se necessário outro paradigma que rompa com a racionalidade técnico-instrumental instaurada pela modernidade.

Deputado questiona consultoria da CNA em relatório – MST – 08/06/2010

O deputado Ivan Valente (Psol-SP) questionou há pouco a informação publicada hoje pelo jornal O Estado de S.Paulo, de que uma consultora da Frente Parlamentar da Agropecuária, que seria ligada à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), teria colaborado na formulação do parecer do relator, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Ao abrir a reunião da comissão especial que analisa as modificações no Código Florestal (PL 1876/99), Valente perguntou quem participou da elaboração do parecer e também por que não foram realizadas todas as audiências públicas aprovadas pela comissão. Rebelo respondeu que o relatório foi elaborado com a participação de quatro integrantes da Consultoria Legislativa da Câmara. O relator afirmou que a versão elaborada nesse processo é exatamente a que ele apresentará.

O relator explicou que foram ouvidas todas as entidades e instituições ligadas à área. Ele afirmou que também recebeu em seu gabinete todos aqueles que o procuraram para discutir o parecer. Rebelo contou ainda que procurou consultorias e informações de inúmeras instituições.

Informação na internet

Com relação à consultoria, Rebelo esclareceu que pagou R\$ 5 mil à advogada Samanta Piñeda para a realização de trabalhos que não poderiam ser feitos pela Consultoria Legislativa que elaborava o parecer. Esse pagamento, informou, foi feito dentro das prerrogativas de seu mandato e está informado na internet.

Rebelo disse ainda que não foi influenciado por qualquer opinião, apesar de ter obtido informações das mais diversas fontes.

Desmate na AM tem queda de 48% - Valor Econômico – Brasil – 08/06/2010

Dados parciais divulgados ontem pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, indicam que houve redução de 48% do desmatamento da Amazônia entre agosto de 2009 e abril de 2010 na comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Ibama,

o desmatamento no período mais recente é de 1.455 quilômetros quadrados (km²), ante 2.835 km² entre agosto de 2008 a abril de 2009.

De acordo com os dados do Deter houve redução do desmatamento em todos os Estados da Amazônia Legal, com exceção de Roraima, cuja a área desmatada cresceu 47% (48,55 km²). Pará (com 571 km² desmatados) e Mato Grosso (496,75 Km²) e Rondônia (146,52 km²) lideram o ranking do desmatamento.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) planejou realizar até o fim deste ano 244 operações de combate ao desmatamento da Amazônia. As operações contam com apoio da Polícia Federal, da Força Nacional de Segurança, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

Segundo o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo, o esforço do governo é reduzir a extensão do desmatamento na Amazônia.

Além das operações de combate ao desmatamento, Luciano Evaristo diz que o governo manterá a restrição de crédito aos desmatadores e dificultará a comercialização de produtos de áreas desmatadas ilegalmente, como a carne. "Vou prender boi", disse. Segundo ele, a fiscalização está ficando mais eficiente.

De Boer diz não acreditar em corte de emissões suficiente nesta década – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 08/06/2010

A poucos dias de deixar o cargo, o secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU, Yvo de Boer, surpreendeu ao fazer uma avaliação pessimista do futuro das negociações climáticas.

Questionado ontem por um jornalista britânico se estava "confiante de que o processo de negociação conseguirá um corte de gases-estufa suficiente nesta década", De Boer respondeu: "Não, eu não acho que estes cortes irão acontecer na próxima década."

Para o homem que há anos assiste de perto a costura de um acordo climático de 192 países, as nações ricas não vão reduzir a emissão de gases-estufa na proporção recomendada pelo painel científico para que haja 50% de chances de a temperatura do planeta subir só 2°C no fim do século. De Boer está saindo do cargo em 1º de julho, como já havia anunciado. Talvez por isto tenha sido tão franco.

Mas nem essa declaração bombástica não foi capaz de quebrar o clima tranquilo em Bonn (Alemanha), onde ocorre a primeira reunião de conteúdo de um acordo climático após a frustrante conferência de Copenhague. Nada aqui lembra a tensão da CoP-15. Não há chefes de Estado, hordas de jornalistas, ambientalistas em profusão nem curiosos. Também não há pressa em decidir pontos delicados. Todos os nós de Copenhague estão aqui, mas a negociação avança pelas bordas rumo à CoP-16, em Cancún, no fim do ano.

Thais Linhares Juvenal, diretora do departamento de mudanças climáticas do Ministério do Meio Ambiente lembra um estudo recente que aponta que, mesmo usando-se todo o potencial de energia renovável possível no mundo, não se chegará à descarbonização necessária para garantir níveis mais seguros de vida. "Vai ter que ter outro paradigma."

Enquanto isso, falta dinheiro. Um negociador brasileiro reconhece que a menção à crise econômica é mais presente nas discussões sobre o financiamento de todas essas mudanças. A crise na Europa é muito mais forte hoje do que há seis meses, quando ocorreu a conferência de Copenhague. Lá os países ricos prometeram US\$ 30 bilhões, de 2010 a 2012, em recursos chamados "fast track", para resolver problemas imediatos do impacto climático em países mais vulneráveis, mas este dinheiro ainda não chegou ao destino. E prometeram também US\$ 100 bilhões ao ano em 2020. "Em Copenhague foram feitas muitas promessas", lembrou De Boer. "Mas, na vida real, há uma diferença entre fazer promessas e cumpri-las."

Na semana passada, um painel de países da União Europeia, que falam em participar no "fast track" com € 7,2 bilhões, mostrou que eles não se entendem sobre se esses recursos são "novos e adicionais", como ficou definido em Copenhague? ou seja, se não fazem parte de somas já prometidas em termos de ajuda internacional ou até empréstimos.

A agricultura e o Código Florestal – Aldo Rebelo – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 08/06/2010

Formada por milhares de normas e decretos que modificam e mutilam o Código Florestal Brasileiro, a legislação ambiental e florestal tornou-se um pesadelo para milhões de agricultores. A barafunda de dispositivos afeta desde os assentados pela reforma agrária até os grandes empreendimentos da agricultura e da pecuária, vitais para o abastecimento da população, para as exportações e para a indústria. Nem o assentado nem o grande produtor agrícola conseguem cumprir as determinações do Código Florestal, uma boa lei que virou um labirinto normativo. Como exemplos absurdos, quase toda a produção de banana do Vale do Ribeira (SP) viola as leis ambientais vigentes, assim como todo o gado do Pantanal, que come apenas capim nativo e não provocou desmatamento, está classificado como agressor do bioma. Há, portanto, algo muito errado com a lei.

A agricultura brasileira está numa encruzilhada: é competitiva internacionalmente, mas vive à mercê de normas e decretos que não se enquadram na realidade nacional, embora expedidos sob o manto do Código Florestal. A maioria desses dispositivos não tem razoabilidade alguma, mesmo considerando que o Brasil precisa ter atividades agropecuárias ambientalmente sustentáveis. O pequeno agricultor é o mais vulnerável à legislação. A agricultura familiar cumpre função social relevante – fixação do homem no campo e provimento local de alimentos de subsistência, entre outros aspectos –, mesmo sem ser economicamente significativa.

Principalmente no Nordeste, é semi-capitalista ou pré-capitalista e não usa tecnologia intensiva. Mas tem outros valores fundamentais: quem vive ali fez uma clara opção existencial e espiritual, que surgiu ainda nas origens deste país, há 510 anos. Não tem sentido expulsá-lo de sua terra. Por sua vez, o grande produtor agrícola usa intensivamente o capital, a tecnologia e a infra-estrutura viária e portuária. Tornouse responsável pelo êxito do Brasil na oferta mundial de alimentos, fazendo os preços internacionais se tornarem menos proibitivos, até para os países mais pobres. Mas é acossado pelos falsos ecologistas. A pergunta é: quem interessa agravar essa agricultura altamente competitiva, por meio da contenção a qualquer custo da fronteira agrícola?

Os fatos respondem muito bem a essa questão. Com pouco mais de 30 mil habitantes, a cidade de Colíder, em Mato Grosso, é capaz de atrair 500 ONGs, muitas delas financiadas por produtores estrangeiros de grãos, concorrentes dos brasileiros, para obstruir a rodovia Cuiabá-Santarém. Simplesmente para impedir o transporte de grãos. A articulação ambientalista, em muitos casos, é só a face lamentável de práticas comerciais pouco recomendáveis, a serviço de interesses externos.

A Comissão Especial de Reforma do Código Florestal Brasileiro, da qual sou relator, deteve-se demoradamente no exame dessas questões. Em mais de 60 audiências

públicas, foram ouvidas quase 400 pessoas. Alguns depoimentos foram mesmo comoventes. Mas não foi isso que guiou os membros da comissão. Percebemos que o emaranhado normativo que envolve o velho Código Florestal inviabiliza atividades vitais para o Brasil: alimentação da população, controle dos preços internos de alimentos, geração de milhões de empregos e criação de renda de cerca de R\$850 bilhões, considerando o PIB agrícola e das demais áreas interligadas.

A agricultura é basilar para os setores secundário (indústria) e terciário (comércio) e deve ser vista como uma das prioridades nacionais. E apresenta como saudável característica a rapidez com que reage a preços e a mercados. Ajudou o País a sentir menos os efeitos da crise internacional e deu celeridade à saída da turbulência financeira, ainda que também tenha sido afetada com a depressão dos preços. Mas está aí, de novo liderando nossas exportações de mercadorias não industrializadas ou semi-industrializadas. Ao me debruçar na análise dos 11 projetos que tratam das modificações do Código Florestal, ponderei todas essas questões. É vital manter a competitividade da agricultura nacional sem ofender os pressupostos da sustentabilidade ambiental. O meio ambiente precisa ser protegido, mas sem o exagero e sem as paranóias que desfiguraram essa boa lei. O código editado durante o governo militar foi concebido por pessoas de elevada capacidade jurídica e intelectual, entre as quais o desembargador Osny Duarte Pereira. Ele era um estudioso das questões nacionais e relatou minuciosamente as preocupações com as florestas desde o tempo do Brasil colônia até o que havia de contemporâneo nas leis florestais de vários países.

Malgrado o arsenal crítico contra as origens dessa legislação, o código está apoiado na melhor tradição jurídica nacional, inclusive do patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada, que criou o conceito de reserva legal – um sexto das propriedades destinado à preservação de florestas. A lei oferecerá aos Estados, respeitada a norma geral, a possibilidade de acomodar a reserva legal no âmbito da propriedade, nas bacias hidrográficas e nos biomas, mantendo a essência da proteção ao meio ambiente sem o desnecessário sacrifício de áreas aptas para a agricultura e o pastoreio.

O recurso à reserva legal coletiva combinará a dupla proteção: a do meio ambiente e a do esforço pelo desenvolvimento e pela produção. Em todos os casos será possível enfrentar a ilegalidade de boa parte da atividade agrícola e da pecuária em razão das restrições impostas, comum mínimo de criatividade, que permita aos Estados,

dentro das exigências atuais, preservar os percentuais mínimos de cada bioma, adaptando-se às condições locais, ao modelo de ocupação do território e à estrutura da propriedade da terra. O objetivo central do novo Código Florestal é deixar o agricultor trabalhar em paz e em harmonia com o meio ambiente. O Brasil precisa muito disso.

Desmate no Pantanal chega a 15%, diz estudo – Ligia Fomenti – Estado de São Paulo – Vida – 07/06/2010.

Levantamento inédito divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente mostra que 15,18% do Pantanal estava desmatado em 2008. Dos 151.313 km² originais do bioma, 4.279 foram derrubados entre 2002 e 2008, o que equivale ao desmate anual de 713 km² de vegetação nativa. “É um número bastante significativo. O Pantanal está exposto a uma pressão de desmatamento maior, em termos porcentuais, que a registrada na Amazônia”, admite a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Diante dos números revelados pela pesquisa, a pasta convocou uma reunião com representantes dos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para tentar identificar quais as maiores pressões de desmatamento na área e como combatê-las. Mesmo sem estudos detalhados, a ministra arrisca dois fatores: a extração de carvão vegetal – sobretudo depois da Siderúrgica de Corumbá – e a expansão de pastagens para pecuária. Até o fim do ano devem sair dados de desmate no Pantanal atualizados até 2009. Ontem também foram anunciados dados do sistema Deter, que detecta desmatamento na Amazônia. Foram desmatados em abril 52 km², área 40% maior que a derrubada no mesmo mês de 2009 (37 km²). Em março, o Deter também captou 52 km² de desmatamento, índice 197% maior que o identificado em março do ano passado (18 km²). / LÍGIA FORMENTI

Desmatador pode ter cinco anos de moratória – Marta Salomon - Estado de São Paulo – Vida – 08/06/2010

Produtores rurais que descumpriram o Código Florestal terão mais cinco anos para se ajustar a nova legislação. A moratória é prevista no relatório que o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) apresenta hoje, com mudanças no código. A intenção é levar a proposta ao plenário da Câmara antes das eleições. No período de cinco anos da moratória, os produtores rurais em desacordo com a lei não poderão ser multados. Caso o projeto seja aprovado e entre em vigor em 2011, as punições só começarão em 2016, depois do final do mandato do sucessor de Lula. Decreto baixado em dezembro pelo presidente havia suspenso as punições até junho de 2011. Há mais de R\$ 10 bilhões de multas em processo de cobrança.

O relatório mantém o percentual de propriedades que devera ser preservado como Reserva Legal (entre 20% e 80%, dependendo da região), mas transfere aos Estados a prerrogativa de arbitrar quais áreas deverão ou não ser preservadas, até mesmo nas margens de rios. A idéia é manter as áreas ocupadas com a produção de alimentos. As áreas de proteção permanente, as margens dos rios, poderão ser descontadas no percentual da Reserva Legal. E as propriedades pequenas, com até 4 módulos rurais, ficarão dispensadas de cumprir área de reserva. Os demais produtores terão regras de preservação para as áreas que superarem 4 módulos. “É mais fácil desagradar que agradar a gregos e a troianos”, comentou Rebelo. Ele disse que procurou manter os atuais percentuais de Reserva Legal, flexibilizando a exigência de Áreas de Preservação Permanente e sem prejudicar a agricultura. “O maior problema não está na Amazônia, mas em São Paulo e no Rio Grande do Sul”, disse o relator. Na Amazônia, a lei exige Reserva Legal de 80% da dimensão das

propriedades. Áreas desmatadas, consideradas “consolidadas” pelas leis estaduais, poderão ser liberadas de parte dessa exigência. /MARTASALOMON

Relatório do Código Florestal é apresentado na Câmara dos Deputados – Sítio Eletrônico da CPT – 08/06/2010

Aldo Rebelo, apoiado pela bancada ruralista, defende que o Código Florestal atual engessa a agricultura brasileira, porque "coloca na ilegalidade 90% dos proprietários rurais". A expectativa é que sua proposta flexibilize a Área de Preservação Permanente (APP) e a reserva legal. O deputado acredita que a legislação brasileira é resultado da pressão de ONGS internacionais, que querem "paralisar o País, bloqueando a construção de estradas, pontes, hidrovias, portos e hidrelétricas, e, pela insuficiência de sua infraestrutura, condená-lo ao atraso permanente".

Acontece hoje, dia 8 de junho, desde as 14 hr a reunião da Comissão Especial pra Reforma do código florestal Brasileiro, onde deve ser apresentado o chamado "Código Ambiental" - conjunto de propostas que muda o atual Código Florestal.

O relator da comissão é o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Rebelo vai analisar os 11 projetos de lei que tramitam na Câmara, todos propondo modificar ou sustar os efeitos da legislação florestal.

Aldo Rebelo, apoiado pela bancada ruralista, defende que o Código Florestal atual engessa a agricultura brasileira, porque "coloca na ilegalidade 90% dos proprietários rurais". A expectativa é que sua proposta flexibilize a Área de Preservação Permanente (APP) e a reserva legal.

O deputado acredita que a legislação brasileira é resultado da pressão de ONGS internacionais, que querem "paralisar o País, bloqueando a construção de estradas, pontes, hidrovias, portos e hidrelétricas, e, pela insuficiência de sua infraestrutura, condená-lo ao atraso permanente".

Ambientalistas contestam essa tese. Segundo o coordenador da ONG SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, a comunidade internacional não pretende paralisar a agricultura brasileira, até porque são os estrangeiros quem realmente consomem os produtos do agronegócio brasileiro. "Nós temos a leitura exatamente distinta: o mercado mundial vai buscar cada dia mais os mercados éticos, aqueles que respeitam a floresta e a comunidade".

Um estudo recente produzido pelo professor Gerd Sparovek, da Escola Superior de Agricultura da USP (Esalq), contesta que a reserva legal ou as Áreas de Preservação Permanente inviabilizem a produção. Segundo Sparovek, "a área cultivada no Brasil poderá ser quase dobrada, sem avançar um hectare sequer sobre a vegetação natural".

Veja quais devem ser as principais propostas do "Código Ambiental" do deputado Aldo Rebelo:

- Isenção de reserva legal para propriedades com até 4 módulos rurais (na Amazônia, o módulo pode chegar a 100 hectares);
- Áreas de Preservação Permanente poderão ser repostas com plantas exóticas;
- Formação coletiva de reserva dentro do mesmo bioma;
- Fundo de financiamento para que os produtores não sofram o ônus da preservação, com participações federal, estadual e municipal;
- O código deve manter as áreas de reserva legal - 80% na Amazônia, 35% no cerrado e 20% em outras regiões - mas os Estados terão autonomia para redefinir a

porcentagem de acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).
site Amazonia.org

Consultora do agronegócio ajudou a elaborar relatório do Código Florestal – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 08/06/2010

O relatório com mudanças no Código Florestal que o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) apresenta hoje foi elaborado com a participação de uma Consultora jurídica do agronegócio. A advogada Samanta Piñeda recebeu R\$ 10 mil pela “consultoria”, pagos com dinheiro da verba indenizatória de Rebelo e do presidente da comissão especial, Moacir Micheletto (PMDB-PR).

O Código Florestal opõe ambientalista a proprietários rurais em uma disputa que se arrasta por anos (*mais informações na página A18*). Com mais de 45 anos de idade, o código reserva uma parcela entre 20% e 80% das propriedades como área de proteção ambiental e é descumprido por 90% dos produtores rurais, segundo estimativa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Samanta Piñeda é consultora jurídica da frente parlamentar da agropecuária. Os pagamentos a ela aparecem na prestação de contas da verba indenizatória a que os deputados têm direito para o funcionamento de seus gabinetes. Os pagamentos foram feitos em março, em parcelas iguais de R\$ 5 mil, lançadas por Rebelo e Micheletto. Nos registros disponíveis na internet não constam pagamentos a outros consultores nas áreas ambiental ou jurídica. Ontem, Samanta classificou sua atuação na comissão especial encarregada de analisar as mudanças no Código Florestal como “intensa”. A advogada foi responsável pelo projeto apresentado pela frente do agronegócio na tentativa de retomar mudanças no Código Florestal. “A frente me cedeu, a participação foi intensa, trabalhei até no Carnaval”, contou. ‘Incumprível.’ As idéias de Samanta sobre o Código Florestal são bastante claras. Em 2008, quando o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu punição aos produtores rurais que não respeitassem as áreas de reserva legal, Samanta escreveu um artigo dizendo que o decreto era “inconseqüente” e a regra, “incumprível”.

No final do ano passado, quando o governo deu mais prazo aos produtores para se ajustarem à legislação ambiental, a advogada recomendou que os proprietários de terra esperassem pelas mudanças no Código Florestal. Lula deu prazo até junho de 2011, período em que a aplicação de multas ficaria suspensa. Aldo Rebelo disse que a participação de Samanta foi limitada a um histórico da questão ambiental no campo e à leitura de algumas obras e da legislação. “Fiz o relatório com os consultores da Câmara e ouvi muita gente, de grandes e pequenos proprietários rurais ao Greenpeace”, disse o deputado. Em artigos e entrevistas, Rebelo se mostrou solidário com as reivindicações do agronegócio e criticou as ONGs. Segundo Micheletto, presidente da Comissão, Samanta “é competente e deve ser remunerada”.

Relator quer estadualizar proteção às florestas – Nancy Dutra – Folha de São Paulo – Ciência - 08/06/2010

O deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) irá propor hoje, em seu relatório que será apresentado na comissão especial da Câmara sobre o Código Florestal, que os Estados tenham autonomia para regulamentar os limites mínimos de reserva legal e áreas de proteção permanente, as chamadas APPs.

Hoje essa ação cabe apenas ao governo federal. O parecer defenderá que os Estados tenham cinco anos para elaborar um zoneamento econômico e ecológico que estabeleça de que forma serão mantidos os percentuais de preservação. As reservas legais são áreas de floresta dentro de uma propriedade rural que devem ser mantidas sem corte raso. A lei atual admite a exploração de madeira e outros produtos nelas.

As APPs são as encostas e as margens de rios e os topos de morros, e são intocáveis. A reserva varia de acordo com o bioma (80% na Amazônia, 35% no cerrado e 20% na mata atlântica, na caatinga, no pampa e no Pantanal). Durante a moratória de cinco anos, devem ser proibidas novas ocupações. Os programas de zoneamento estaduais terão de ser submetidos ao governo federal.

A transferência de poder aos Estados preocupa os ambientalistas. Para o pesquisador do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), André Lima, ela pode provocar uma disputa para atrair mais produtores. ONGs e cientistas também temem que os Estados sejam mais permissivos que o governo federal. Santa Catarina, por exemplo, editou no ano passado um código estadual reduzindo as APPs, questionado no STF.

Para contrapor o relatório, um grupo de ONGs encaminhou ontem ao Ministério do Meio Ambiente uma carta para que o órgão se manifeste sobre a eficiência das ações ambientais estaduais.

RESERVA LEGAL

Há outros pontos polêmicos no parecer, entre eles a dispensa para pequenos proprietários de manutenção da reserva legal. Segundo os ruralistas, a obrigação inviabiliza a produção agrícola em algumas regiões do país.

Segundo Mario Mantovani, da SOS Mata Atlântica, a dispensa já está prevista na lei da agricultura familiar. Teme-se que grandes proprietários comprem várias pequenas terras para ficarem isentos da necessidade.

Paulo Barreto, pesquisador do Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia), diz que a função biológica não está relacionada ao tamanho da área. "Em vez de ser liberado, o produtor deveria receber incentivos para que preserve."

Pantanal some mais depressa que a Amazônia, indica satélite – Larissa Guimarães – Folha de São Paulo – Ciência – 08/06/2010

O desmatamento no Pantanal tem ritmo mais intenso do que na Amazônia. O dado, divulgado ontem, vem do primeiro monitoramento via satélite do bioma, que abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Entre 2002 e 2008, o Pantanal perdeu 2,82% de sua área, enquanto o desmatamento na Amazônia atingiu 2,54% do terreno total.

O estudo divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente revelou que o desmatamento no Pantanal atingiu 4.279 km², o equivalente a quase três vezes a área da cidade de São Paulo. "É um bioma que está sofrendo perda de vegetação. É preocupante", disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

A ministra afirmou que um dos fatores que podem explicar esses índices é o fato de o Pantanal não contar com unidades de conservação como a Amazônia. Estudos têm mostrado que a criação de áreas protegidas foram um dos principais fatores por trás da redução da devastação da Amazônia, observada nos últimos anos.

O Pantanal está quase todo dividido em terras privadas. Apesar de a principal atividade econômica da região, a pecuária, conviver bem com a mata nativa, tem havido corte de floresta nas zonas que não alagam para a ampliação de pastagens. A ministra apontou outro possível fator de pressão sobre o bioma -o crescimento de atividades como a produção de carvão vegetal para alimentar siderúrgicas em Mato Grosso do Sul.

"Ainda não foram identificadas todas as causas que explicam a perda de vegetação no bioma. O ministério vai aprofundar os atuais estudos e marcar encontros com os governos estaduais", informou a ministra. Até o fim do ano, estão planejadas dez operações contra o desmatamento para o bioma Pantanal.

AMAZÔNIA

O desmate na Amazônia cresceu 40% em abril deste ano em relação ao mesmo mês de 2009, de acordo com dados divulgados ontem.

Segundo o ministério, o aumento é apenas aparente: estaria associado à presença menor de nuvens neste ano, o que permite a detecção de áreas antes encobertas.

"Não detectamos um novo padrão de desmatamento na Amazônia nessas áreas sob avaliação", afirmou Teixeira.

"Vamos manter o compromisso de experimentar níveis cada vez menores neste ano, abaixo de 7.400 km², que foi o índice de desmatamento do ano passado", completou.

O número de operações para coibir o desmatamento deverá aumentar a partir deste mês, quando há menos chuvas na região.

Leitura do relatório sobre as alterações no Código Florestal é encerrada – MST – 09/06/2010

Encerrada há pouco a leitura do relatório sobre o Código Florestal (PL 1876/99). A próxima reunião da comissão especial foi marcada para terça-feira (15/6) pela manhã.

Alguns parlamentares já anunciaram que vão pedir vista do relatório apresentado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Durante a reunião, o PV e Psol lançaram nota técnica de análise do substitutivo.

O deputado Sarney Filho (PV-MA) anunciou que vai apresentar voto em separado, e que repudia o substitutivo. Ele acrescenta que existem pelo menos sete pontos no texto que considera inaceitáveis.

Para Sarney Filho, o programa de regularização fundiária previsto é pouco claro e extremamente flexível. “Configura uma verdadeira anistia para quem desmatou até 22 de julho de 2008.”

Flexibilização das regras

O relatório que propõe mudanças no Código Florestal, apresentado nesta terça-feira pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), prevê que as áreas atualmente em uso para produção rural serão consideradas espaço consolidado da atividade agrícola. Por outro lado, proíbe a abertura de novas áreas durante cinco anos até que cada estado defina a adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

O texto que será debatido nesta quarta-feira atribui mais autonomia aos estados para legislar sobre meio ambiente, retira a obrigatoriedade de reserva legal para pequenas propriedades e prevê que as áreas atualmente em uso para produção rural serão consideradas espaço consolidado da atividade agrícola.

Em reunião tensa, com a presença de representantes de entidades ambientalistas e do agronegócio e sob pressão dos parlamentares ambientalistas, o deputado apresentou substitutivo no qual atribui mais autonomia aos estados para legislar sobre meio ambiente, retira a obrigatoriedade de reserva legal para as pequenas propriedades conservarem a biodiversidade e exclui os topos de morro das Áreas de Preservação Permanente (APP), entre outras modificações.

Rebelo termina a leitura do seu relatório de 274 páginas nesta quarta-feira (9), às 13 horas, na comissão especial que analisa o Projeto de Lei 1876/99 e apensados

"Eu busquei fazer um projeto que beneficiasse todos, pois precisamos da proteção da natureza e da produção agrícola. Durante os cinco anos de moratória para abertura de novas áreas, não haverá nenhuma autorização para desmatamento para agricultura e pecuária nas propriedades já abertas nem em propriedades futuras. Nesses cinco anos, quem não se adaptar à lei terá que voltar a responder pelo rigor da legislação atual", disse Rebelo.

Um dos pontos mais aguardados por ruralistas e ambientalistas era a definição sobre o poder dos estados de legislar sobre o meio ambiente. O relator defendeu que os estados terão que acatar as normas nacionais de acordo com a lei atual, mas garantiu que eles poderão produzir normas próprias dentro dos critérios técnicos.

Aldo Rebelo justificou as mudanças no Código Florestal com o argumento de que a legislação atual deixa na ilegalidade 90% das propriedades rurais e privadas do país. Ele disse que poderá negociar pontos de seu relatório e garante que suas propostas não agravam o desmatamento no Brasil. Para o relator, a atual legislação é

uma carga a mais ao produtor rural, somada às dificuldades estruturais e de sobretaxação praticada pelos outros países.

Sarney Filho anunciou que vai pedir vista do relatório nesta quarta-feira para retardar a votação na comissão especial (fotos: Leonardo Prado)

O coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA), anunciou que vai pedir vista do relatório nesta quarta-feira, para retardar a votação na comissão especial.

Interesses internacionais

Em defesa do texto, o relator relacionou algumas correntes ambientalistas a interesses internacionais. De acordo com o parlamentar, o argumento contra o aquecimento da atmosfera não questiona o modelo de produção consumista das nações ricas. Rebelo ressaltou que os países ricos não se preocupam com o nível de consumo, nem com o impacto que a elevação desse consumo poderia gerar.

O deputado ainda afirmou que as organizações ambientais internacionais que atuam na Amazônia Legal trabalham para impedir as iniciativas que criam infraestrutura - como rodovias - que poderiam beneficiar os produtores rurais. Ele acrescentou que as estratégias comerciais pela disputa de mercado para os produtos agrícolas são históricas e estão na raiz do questionamento da competência brasileira para cuidar de seu meio ambiente.

Redução de área protegida

Pelo substitutivo apresentado, as Áreas de Preservação Permanente (APP) são mantidas no regime atual, porém, a faixa mínima a ser preservada nas margens dos cursos d'água passa de 30 para 15 metros, podendo ser reduzida até 7,5 de acordo com legislação estadual. Os estados poderão reduzir em até 50% as faixas mínimas das APPs, mas isso deverá ter sido recomendado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico estadual e o Plano de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica.

Foram retirados das áreas de proteção obrigatória os topos de morro e as terras acima de 1,8 mil metros de altitude cujas encostas continuam protegidas em declividades elevadas. E incluídas as veredas como área de preservação permanente.

De acordo com Rebelo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) afirma ser necessário considerar a declividade da rampa e a espessura e textura dos solos para determinar a largura das APPs.

Com relação às APPs em topo de morro, ele explica que a maior fragilidade não se encontra no topo, mas, sim nas encostas. “Na realidade há topos de morro com alto potencial de uso e há parte de topos com entrada das recargas dos aquíferos, portanto, mais frágeis”, argumenta.

O relator determina que as várzeas, de onde provém a maior parte do arroz plantado no Brasil, não são áreas de preservação permanente. Porém a supressão de vegetação fica condicionada a leis estaduais e recomendações técnicas dos órgãos ambientais e de pesquisa agropecuária. Nas terras com inclinação entre 25 e 45 graus, permanecem as restrições de conversão para uso alternativo do solo, remetendo as exceções novamente aos órgãos de pesquisa e ambientais.

As pequenas propriedades, com até quatro módulos rurais, ficam liberadas da reserva legal. De acordo com o relator, já há tantas facilidades para as pequenas propriedades, como o cálculo de árvores frutíferas e eucaliptos como área de reserva, que não há sentido em manter a exigência. Ficam mantidos os percentuais obrigatórios de reserva de 80% na Amazônia Legal; 35% em áreas de savana ou campo, o que inclui o Cerrado; e 20% no bioma Mata Atlântica e demais regiões do País.

A decisão sobre a localização da reserva, que era atribuição do órgão ambiental, passa a ser do proprietário. Foram incluídos no cálculo da reserva legal as áreas de preservação permanente que efetivamente tenham vegetação nativa, desde que isso não implique supressão de vegetação, e que o proprietário realize cadastro ambiental no órgão competente.

Ambientalistas e ruralistas duelam por código Mauro Zanatta – Valor Econômico
– Política – 09/06/2010

Em sessão tumultuada por um festival de grosserias e sabotagens mútuas, deputados ruralistas e ambientalistas começaram ontem a debater a nova legislação ambiental do país. As discussões sobre a proposta do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Código Florestal Brasileiro devem ser retomadas hoje, mas os ambientalistas atuam para adiar, por meio das brechas regimentais da Câmara, a votação do texto até 2011.

Com direito a torcida organizada, que acenou cartões vermelhos e cartazes contrariados ao relator, os ambientalistas já usaram as regras internas para esticar ao máximo a leitura obrigatória do longo parecer de 309 páginas. "A estratégia é levar até o recesso", resumiu o líder do PV, Edson Duarte (BA). Ansiosos, os ruralistas querem apressar o processo para votar o texto de Rebelo no plenário da Câmara antes do início desse recesso parlamentar, previsto para meados de julho. "Não tem motivo para deixar uma decisão para 2011. O Brasil não aguenta mais essa protelação", defendeu o presidente da Comissão Especial do Código, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR).

Em 28 páginas, o relator Aldo Rebelo altera radicalmente o atual Código Florestal ao isentar de áreas de reserva legal (RL) propriedades abaixo de quatro módulos fiscais (de 40 a 400 hectares, segundo a região) e reduzir, de 30 metros para até 7,5 metros, a área de preservação permanente (APP) em beiras de rios e cursos d'água em casos específicos. Os Estados poderão fazer essa redução de acordo com seus próprias regras. "Não há problema em termos a legislação concorrente", disse Rebelo.

Lavoura X Mata

Principais pontos do novo Código Florestal Brasileiro

- Anistia de 5 anos para quem desmatou ilegalmente até julho de 2008
- Suspende multas, termos de compromisso e embargos até Programa de Regularização Ambiental nos Estados em 5 anos
- Permite uso dessas áreas consolidadas sem aplicação de multas
- Dá mais 30 anos para recomposição voluntária de reserva legal (RL)
- Moratória de 5 anos prorrogáveis por mais 5 anos para novos cortes
- Institui termo de ajuste após 5 anos da moratória
- Permite soma da área de preservação permanente (APP) na RL
- Recomposição com espécies exóticas por lei estadual
- Libera lavouras em várzeas
- Isenta RL em áreas até 4 módulos fiscais (40 ha no Sul a 400 ha na Amazônia)
- Dono da terra decide onde preservar RL e terá compensação financeira
- Cria nova banda que reduz APP até 15 metros em rios de largura inferior a 5 metros
- Permite exploração de topos de morros, mas proíbe em veredas
- Estados podem reduzir APPs à metade
- Obriga zoneamento econômico-ecológico em todos os Estados
- APP urbana será definida em lei municipal
- Restringe lavouras em encostas com 25 a 45 graus de inclinação, mas permite exceções

Fonte: Relatório final do deputado Aldo Rebelo no PL 1.876/99

Pela proposta, os Estados terão poder para anistiar, por até cinco anos, as multas, embargos e termos de compromisso assinados por produtores rurais por derrubadas ilegais. Quem fez desmatamento até 22 de julho de 2008 poderá ser beneficiado com esse perdão. "Isso é o maior absurdo dessa proposta. Dá um sinal completamente contrário aos esforços de preservação ambiental assumido pelo Brasil em todos os fóruns internacionais", avaliou o diretor da ONG Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), André Lima.

O texto dá, ainda, aos Estados o poder de decidir sobre redução das APPs, recomposição por meio de espécies exóticas e prazo de consolidação de áreas exploradas. A proposta também entrega aos Estados o poder de determinar, via legislação concorrente com a União, regras regionais a partir das diretrizes do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE). Haverá "moratória" de cinco anos para supressão florestal. "O corte raso não será permitido", disse Rebelo.

O parecer também permite a exploração de topos de morros, mas proíbe o uso agropecuário das chamadas veredas. As compensações ambientais poderão ser feitas na bacia hidrográfica onde ocorreu o desmatamento irregular. "O parecer do Aldo foi muito mais além na destruição das leis ambientais do que prevíamos", disse o diretor da ONG ambientalista Greenpeace, Sérgio Leitão. "Ele tirou do Poder Público, ou seja, de todos nós, o direito de decidirmos sobre o que queremos para o futuro das nossas reservas florestais". Em defesa de seu parecer, Rebelo afirmou que tenta criar "alternativas reais" para tirar 4 milhões de produtores da ilegalidade ambiental. "Eles [ONGs] têm que vestir as sandálias da humildade", disse. "Querem interditar a infraestrutura, tutelar os índios e trazer boas novas da defesa da natureza com financiamento farto, como braços paramilitares de interesses internacionais".

O texto permite, ainda, a manutenção de áreas desmatadas de forma irregular (consolidadas) por até cinco anos com imunidade de multas. Mesmo depois disso, os donos dessas terras ainda poderão assinar termos de compromissos adicionais sem a devida punição pecuniária ou criminal. Haverá restrições para lavouras em encostas cuja inclinação tenha entre 25 e 45 graus, mas permite exceções determinadas por órgãos de pesquisa.

A proposta de Aldo Rebelo também permite a soma da APP na área da reserva legal e a recomposição da mata com espécies exóticas mediante lei estadual. Rebelo libera o plantio de lavouras em várzeas e concede ao dono da terra o poder de decidir em que local fará a preservação da reserva legal, que deverá ter compensação financeira pela União, Estados e municípios.

As APPs em regiões urbanas serão definidas por meio de leis municipais. E o regulamento poderá definir, segundo o parecer de Aldo Rebelo, "outras hipóteses" para novos desmatamentos em APP por decretação de utilidade pública, como a construção de parques, praças, ruas e logradouros públicos.

Código Florestal reduz área protegida – Marta Salomon - Estado de São Paulo – Vida – 09/06/2010

A medida integra um pacote de flexibilização das atuais regras de proteção do ambiente, estabelecidas desde os anos 60. Elas vêm sendo descumpridas pela maioria dos 5,2 milhões de produtores rurais do País. Caso a proposta do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) vire lei, caberá aos Estados definir quais áreas desmatadas devem ser recuperadas, inclusive com espécies exóticas.

Na Amazônia, onde a proteção é maior, leis estaduais poderão reduzir para até 20% o percentual de preservação das propriedades com vegetação de Cerrado. Por cinco anos a partir da vigência da lei, ficam suspensos novos desmatamentos, com exceção daqueles autorizados até essa data. Em compensação, nesse período da moratória antecipada ontem pelo Estado, fica liberado o uso de áreas desmatadas até 22 de julho de 2008, sem risco de embargo. Essa é a data do decreto editado pelo presidente Lula em sua primeira tentativa de fazer valer o Código Florestal. Por causa da pressão dos ruralistas, a aplicação de multas pela falta de registro das áreas de Reserva Legal e pelo desmatamento das Áreas de Preservação Permanente (APP) havia sido suspensa até junho de 2011. Pelo projeto, há possibilidade de anistia completa aos desmatadores. As condições de recomposição serão definidas em planos estaduais em até cinco anos. Ou seja, as eventuais punições ficariam suspensas até o fim do mandato do sucessor de Lula.

Entre as mudanças mais relevantes, o projeto dispensa exigência de Reserva Legal as propriedades com até 4 módulos. A medida varia para cada município, mas a maioria das propriedades do Sul e Sudeste deverá ficar isenta da preservação ambiental.

O percentual mínimo de 20% de proteção ambiental só seria exigido das parcelas de quem ultrapassarem os 4 módulos. Entre as brechas, o projeto propõe estímulos aos produtores rurais que preservarem além das exigências da lei. Essas terras seriam convertidas sem cotas de Reserva Ambiental, um título público que poderá ser comercializado para compensar a Reserva Legal no mesmo bioma. Argumentos. Os

principais argumentos dos ruralistas na defesa de mudanças no código são o custo elevado da recuperação das áreas já desmatadas para uso do agronegócio, chamadas por eles de “consolidadas”, e as consequências econômicas do suposto encolhimento da área dedicada à agricultura e à pecuária.

Segundo relatório, a redução de área ocupada pelo cultivo de alimento se pela pecuária provocaria que da tanto no Produto Interno Bruto (PIB) como na arrecadação de impostos. A queda seria superior a R\$ 22 bilhões. Embora insista que ouviu argumentos de todos os lados, o relator apontou os agricultores como vítimas do código e criticou ONGs, a quem atribui uma espécie de conspiração contra o agronegócio do País. “Assim vai o nosso agricultor, notificado, multado, processado, embargado na sua propriedade, mal arranca da terra o seu sustento e já se vê sustentando o fiscal ambiental, o soldado, o delegado, o oficial de Justiça, o promotor, o desembargador, o advogado, o banqueiro e a ONG que inspirou o seu infortúnio”, escreveu Rebelo no relatório.

Sociedade civil debate propostas do relatório – Karina Nini – Estado de São Paulo
– Vida – 09/06/2010

O relatório apresentado por Aldo Rebelo (PC do B-SP) provocou polêmica. O Conselho Nacional dos Procuradores -Gerais do Ministério Público dos Estados e da União divulgou moção dizendo que o debate está polarizado, quando deveria propor políticas públicas que equilibrem meio ambiente e agricultura. Para Nicolau Dino, responsável pela coordenação e revisão de matérias ambientais da Quarta Câmara do Ministério Público Federal, a proposta é o contrário do que o País precisa. “Tivemos até então leis bem estruturadas sobre o tema. Agora, quando é necessário um incremento da proteção, assistimos a uma involução.” Para ele, a norma nacional referente às Áreas de Proteção Permanente (APPs) garantia um “ piso” para todo o País. “A passagem dessa competência para os Estados quebra a idéia de homogeneidade da proteção do patrimônio florestal brasileiro.” Dino diz que é preciso saber se as mudanças propostas são constitucionais. “A Constituição diz que a competência para legislar sobre preservação de florestas é concorrente, mas a União deve fixar as normas gerais.”

Rafael Cruz
(Greenpeace)

“O relatório traduz as demandas de quem o Rebelo mais ouviu: basicamente o poder público local e representantes do agronegócio. Seu texto revoga um artigo que estava na versão original do código, de 1934, e que foi mantido na revisão feita em 1965: o que tratava as florestas como bens públicos. A anistia sem critérios a todos os que vêm desrespeitando o código é um prêmio para quem agiu fora da lei. O texto está perdoando os desmatadores. No geral, é um retrocesso.”

Homero Pereira
(Deputado Federal, PR-MT)

“A proposta só quer trazer as pessoas para a legalidade, pois, nos últimos anos, o código em vigor conseguiu a proeza de deixar quase a totalidade de produtores rurais brasileiros em desconformidade com a lei. Quando todos estão fora da lei, a lei tem de

ser alterada. Reserva Legal, por exemplo, é algo que só existe no Brasil. Mas os agricultores brasileiros competem com os estrangeiros em um mercado globalizado. Nós precisamos ser competitivos.”

Dilma Rousseff
(Pré-candidata, PT)

“Acho muito difícil a preservação ambiental de áreas interrompidas. Várias questões têm de ser encaradas e ser buscada uma solução equilibrada.”

Desmate equivale a 3,5 vezes o Estado de SP – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 09/06/2010

Três vezes e meia o território do Estado de São Paulo. Essa é a dimensão da área desmatada nas propriedades rurais do País que deveria estar preservada pelas regras do Código Florestal, cuja mudança é discutida por deputados. A comparação tem como base o cálculo mais conservador levado ao debate na Câmara. O professor da USP Gerd Sparovek calcula que 870 mil km² de vegetação nativa desapareceram de onde deveria haver áreas de preservação permanente, como beiras de rios. Cálculo feito pela própria comissão especial do Código Florestal apresenta uma soma ainda mais dramática: 960 mil km² de áreas ocupadas hoje por atividades de agricultura e pecuária deveriam voltar a ter vegetação nativa, caso a lei atual fosse mantida e cobrada obediência a ela. Isso significa quatro vezes o tamanho do Estado de São Paulo. O custo da recomposição é bilionário.

E, embora os números não sejam contestados pelos dois lados, ambientalistas e ruralistas divergem sobre a necessidade de novas áreas para plantações e, sobretudo, em como enfrentar o resultado de anos de desobediência à lei. O estudo reconhece o custo elevado de recompor integralmente áreas desmatadas. Mas insiste que a agricultura pode ganhar espaço em áreas ocupadas com pecuária extensiva

Proposta de lei anistia desmatadores – Nancy Dutra e Larissa Guimarães – Folha de São Paulo – Ciência - 09/06/2010

Relator do novo Código Florestal, Aldo Rebelo (PCdoB-SP) sugere punir apenas corte irregular posterior a 2008

Mudança permitiria a estados definirem sua própria reserva legal, o limite da área que deve permanecer preservada

Manifestantes fazem protesto no Congresso Nacional contra proposta do deputado Aldo Rebelo (PC do B) para alterações no Código Florestal brasileiro

A proposta de novo Código Florestal desobriga os produtores que desmataram áreas de preservação permanente, as chamadas APPs, de recuperar esses terrenos. A data de corte para essa anistia é julho de 2008, e a decisão de recompor essas áreas caberá ao poder público.

Pelo código em vigor, os produtores são obrigados a reflorestar o que foi desmatado nas áreas de preservação e em reservas legais. A alteração é defendida

pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator do código na comissão especial na Câmara.

Hoje os deputados continuam a debater o parecer do relator. Ainda não há data de votação do texto.

O projeto prevê que cada Estado poderá fazer a seguinte avaliação: se a APP já desmatada tiver sido usada para a mesma atividade há muito tempo, o produtor não terá a obrigação de recuperá-la.

O segundo ponto polêmico do projeto é a possibilidade de criação de uma espécie de anistia. Os Estados terão cinco anos para elaborar um programa de regularização ambiental. Até lá, quem desmatar não será multado. A anistia também atingirá aqueles que já desmataram e estiverem cumprindo termo de ajustamento de conduta. Ou seja, o produtor que estiver recuperando área degradada poderá parar, se quiser.

As reservas legais são áreas de floresta dentro de uma propriedade rural. O tamanho varia com a região (Amazônia, 80%, cerrado na Amazônia Legal, 35%, e 20% nos outros biomas).

O relator manteve esses percentuais, mas dispensou de reserva legal propriedades menores que quatro módulos fiscais (na Amazônia, um módulo fiscal pode passar de 100 hectares).

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, criticou ontem a possibilidade de anistia. "Há uma série de outros mecanismos, como regularização ambiental e termo de compromisso de recuperação de área degradada", disse à Folha.

RIOS

As faixas de proteção nas margens de rios também poderão mudar segundo o entendimento dos Estados. Hoje, as chamadas matas ciliares variam de 30 m a 500 m.

A sugestão do relator é reduzi-las a 15 m em rios com menos de 5 m de largura.

Outra mudança relativa a APPs é a exclusão das regiões de várzea dessa categoria, como as plantações de arroz. O dispositivo foi comemorado pelo deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), representante da bancada ruralista.

"Em Santa Catarina, todos os rizicultores poderão produzir na legalidade", disse.

Para Rafael Cruz, do Greenpeace, o texto proposto consolida o desmate. "Essa proposta de código desprotege áreas protegidas."

Ele afirmou que o código dá poder demais aos Estados, que poderá provocar uma "guerra ambiental" semelhante a chamada guerra fiscal. "Os Estados vão disputar quem terá a legislação mais permissiva para atrair mais produtores rurais."

Parlamentar comunista vira ideólogo da bancada ruralista - CLAUDIO ANGELO – Folha de São Paulo – Ciência – 09/06/2010

Em 43 páginas de um relatório dedicado "aos agricultores brasileiros", Aldo Rebelo martela uma só mensagem: a proteção ambiental é uma invenção dos "estrangeiros" para condenar o Terceiro Mundo à pobreza.

O nacionalismo do deputado do PC do B era a base intelectual que faltava à bancada ruralista para emplacar a "flexibilização" do Código Florestal. Bons de pressão, mas ruins de ideologia, os ruralistas tentam há quase uma década mudar a lei florestal.

Político experiente e de base urbana, Aldo dá um verniz erudito à grita primal por mais produção e menos legislação. Cita Graciliano Ramos, José Bonifácio, Malthus. Mas seu relatório resvala para o humor involuntário. Pede, por exemplo, a naturalização da jaca, uma vez que essa espécie chegou ao Brasil no século 17 - não deveria mais ser "exótica". Acusa o Greenpeace e a Holanda de conspiração para ressuscitar a era Nassau.

Não acredita? Ao relatório: "O sonho batavo de uma Holanda Tropical foi desfeito tragicamente nos montes Guararapes (...) Despojada do poder militar e comercial de antigamente, a Holanda se compraz em sediar e financiar seus braços paramilitares, as inevitáveis ONGs". (Como ensina Warren Dean no clássico "A Ferro e Fogo", a tese da conspiração internacional para frear o desenvolvimento do Brasil é velha. Ela foi usada já nos anos 1950 para justificar a grilagem das florestas do Pontal do Paranapanema.)

Mas é em sua invectiva contra a mudança climática que o relatório se supera. Confunde aquecimento global com buraco na camada de ozônio; dispara contra os países ricos pelos cruéis "mecanismos de desenvolvimento limpo", ignorando que estes são uma invenção brasileira; e evoca uma "certeza" que nunca houve sobre um "resfriamento global". Além de uma consultora do agronegócio, o deputado bem poderia ter contratado um assessor científico.

Redução de reserva legal anula meta nacional de CO2 - Folha de São Paulo – Ciência – 10/06/2010

Se aprovada pelo Congresso Nacional, a proposta de reforma do código florestal apresentada anteontem pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) poderia provocar a emissão de 25 bilhões a 31 bilhões de toneladas de gás carbônico só na Amazônia.

A cifra representa pelo menos seis vezes a redução estimada de emissões por desmatamento que o Brasil se propôs a cumprir, e impediria o país de cumprir a meta assumida antes da conferência do clima de Copenhague. O cálculo, preliminar, foi feito pelas ONGs Greenpeace e Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia).

Ele se baseia na quantidade de reserva legal (a porção de florestas de uma propriedade rural que deve ser mantida em pé) que seria eliminada na região amazônica caso o novo código fosse aplicado.

Segundo Paulo Adário, do Greenpeace, a proposta de Aldo para a reserva legal contém duas "perversidades": a primeira é permitir o desmatamento de 100% em todas as propriedades menores que quatro módulos fiscais -na Amazônia, cada módulo fiscal tem 100 hectares.

A segunda é calcular a reserva nos imóveis maiores que quatro módulos (400 hectares) já descontando os quatro módulos isentos. "Isso permite rifar 85 milhões de hectares", afirmou.

"Vamos supor que metade disso já esteja desmatado. Dá pelo menos 12 bilhões de toneladas, ou quatro vezes a meta brasileira", afirma André Lima, do Ipam.

Posicionamento

A pré-candidata do PV à Presidência, Marina Silva, desafiou ontem os adversários na corrida presidencial a se manifestar sobre o texto, que anistia desmatadores e dispensa a reserva legal em propriedades menores que quadro módulos fiscais.

"Qualquer pessoa que queira governar este país deve se pronunciar sobre o relatório, sob pena de se omitir ou ser conivente", disse. A ex-ministra, cuja candidatura será lançada hoje, disse que o relatório atende a "interesses retrógrados".

"Sem o código, vamos dar continuidade à destruição, com graves prejuízos aos ecossistemas e à biodiversidade", alertou. "Isso inviabiliza completamente a meta brasileira de Copenhague. Não podemos permitir que todo aquele esforço se transforme numa farsa."

A cobrança aos adversários pode causar constrangimento aos presidenciáveis José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), que são apoiados por expoentes da bancada ruralista. O tucano é aliado da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), e a petista, do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), entre outros.

Copa do Mundo

A votação da proposta de Aldo Rebelo na comissão especial da Câmara que trata do assunto foi adiada ontem. Houve um acordo entre seus membros para deixar para a próxima quarta-feira os pedidos de vista e a apresentação de emendas. Aldo apenas leu seu voto.

Há a possibilidade de que a votação do texto na comissão especial seja iniciada no dia 23, e se depender da pressão dos ruralistas, deve ser concluída até 15 de julho. Depois de aprovado na comissão, o projeto precisa ser votado no plenário da Câmara e tramitar no Senado.

Os deputados contrários à reforma estão contanto com as festas juninas e a Copa do Mundo para tirar o ânimo em votar o assunto.

"Essa Casa tem por obrigação encontrar um caminho e esse caminho estamos formulando: um código florestal que atenda o meio ambiente, mas que também atenda a agricultura", disse Moacir Micheletto, presidente da comissão.

Ambientalistas trabalham para adiar votação – O Globo – 10/06/2010

Numa sessão menos tensa que a do dia anterior, marcada por bate-boca entre os parlamentares, o deputado Aldo Rebelo (PCdoBSP) concluiu ontem a leitura de seu parecer com sugestões de mudanças no código florestal. A bancada ruralista, favorável ao texto, trabalha para aprová-lo ainda este mês na comissão que analisa mudanças na lei ambiental, abrindo caminho para a apreciação em plenário.

Mas os ambientalistas prometem adiar ao máximo a tramitação. Dos dois lados, a avaliação é que o processo eleitoral pode inviabilizar a votação e catapultar o debate para 2011.

Graças a um acordo entre os parlamentares, a sessão marcada para a próxima terça-feira será aberta à discussão das regras propostas. A apresentação de emendas e os pedidos de vistas devem adiar em pelo menos uma semana a votação na comissão.

Mudança nas regras sobre margens de rios e encostas Os ruralistas trabalham para que ela ocorra dia 23. Mas os ambientalistas apostam que, com a Copa, a pauta da Câmara abarrotada e a reação da opinião pública às regras, nada ocorra até o recesso parlamentar de julho.

Na volta das férias, o Congresso já estaria envolvido com as eleições e boa parte da sociedade civil mobilizada contra as alterações.

— Não há clima para isso. A opinião pública vai fazer uma pressão muito grande — afirma o deputado Ricardo Tripolli (PSDB-SP), da bancada ambientalista na comissão.

Presidente da comissão, o ruralista Moacir Micheletto (PMDB-SP) explicou que a apreciação em plenário dependerá de consenso na comissão e acordo entre os líderes.

Ele ponderou que, após o pleito de outubro, é possível levar as mudanças adiante. Aprovado na Câmara, o projeto segue para o Senado.

— É claro que haverá um problema de tempo, porque ficaria isso aqui em função das ações dos deputados no interior. Mas, se não der no primeiro semestre, tenho certeza que depois das eleições nós vamos votar — afirmou.

Entre outras mudanças, o parecer de Rebelo reduz as áreas de vegetação protegidas, abrindo espaço para a agricultura. Um dos pontos mais contestados é a diminuição dos limites das áreas de preservação permanentes (APPs), como margens de rios e encostas.

Pela regra atual, a faixa mínima reservada é de 30 metros em cada lado dos cursos d'água. O texto propõe a redução para 15 metros em rios com até cinco metros de largura. A critério dos estados, a faixa de mata nativa poderia cair ainda mais, para 7,5 metros.

O parecer também assegura a manutenção de atividades agropecuárias desenvolvidas até 22 de julho de 2008 em áreas já consolidadas, o que, para os ambientalistas, significa anistiar quem desmatou até essa data.

O ex-ministro da Agricultura Reinhold Stephanes (PMDB-PR) diz que a lei é, sim, um passo atrás na legislação ambiental. Mas argumenta que as regras atuais engessam a o setor produtivo e punem o agricultor.

— Claro que há retrocesso, evidente que há. Mas a China, o Egito só sobreviveram porque plantaram em várzea. Onde é plantado o café de Minas? Nas encostas de morros

Parecer de Aldo Rebelo reduz áreas de vegetação protegidas e abre espaço para a agricultura

BRASÍLIA. Numa sessão menos tensa que a do dia anterior, marcada por bate-boca entre os parlamentares, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) concluiu ontem a leitura de seu parecer com sugestões de mudanças no Código Florestal. A bancada ruralista, favorável ao texto, trabalha para aprová-lo ainda este mês na comissão que analisa mudanças na lei ambiental, abrindo caminho para a apreciação em plenário.

Mas os ambientalistas prometem adiar ao máximo a tramitação. Dos dois lados, a avaliação é que o processo eleitoral pode inviabilizar a votação e catapultar o debate para 2011.

Graças a um acordo entre os parlamentares, a sessão marcada para a próxima terça-feira será aberta à discussão das regras propostas. A apresentação de emendas e os pedidos de vistas devem adiar em pelo menos uma semana a votação na comissão.

Mudança nas regras sobre margens de rios e encostas Os ruralistas trabalham para que ela ocorra dia 23. Mas os ambientalistas apostam que, com a Copa, a pauta da Câmara abarrotada e a reação da opinião pública às regras, nada ocorra até o recesso parlamentar de julho.

Na volta das férias, o Congresso já estaria envolvido com as eleições e boa parte da sociedade civil mobilizada contra as alterações.

— Não há clima para isso.

A opinião pública vai fazer uma pressão muito grande — afirma o deputado Ricardo Tripolli (PSDB-SP), da bancada ambientalista na comissão.

Presidente da comissão, o ruralista Moacir Micheletto (PMDB-SP) explicou que a apreciação em plenário dependerá de consenso na comissão e acordo entre os líderes.

Ele ponderou que, após o pleito de outubro, é possível levar as mudanças adiante. Aprovado na Câmara, o projeto segue para o Senado.

— É claro que haverá um problema de tempo, porque ficaria isso aqui em função das ações dos deputados no interior.

Mas, se não der no primeiro semestre, tenho certeza que depois das eleições nós vamos votar — afirmou.

Entre outras mudanças, o parecer de Rebelo reduz as áreas de vegetação protegidas, abrindo espaço para a agricultura. Um dos pontos mais contestados é a diminuição dos limites das áreas de preservação permanentes (APPs), como margens de rios e encostas.

Pela regra atual, a faixa mínima reservada é de 30 metros em cada lado dos cursos d'água. O texto propõe a redução para 15 metros em rios com até cinco metros de largura. A critério dos estados, a faixa de mata nativa poderia cair ainda mais, para 7,5 metros.

O parecer também assegura a manutenção de atividades agropecuárias desenvolvidas até 22 de julho de 2008 em áreas já consolidadas, o que, para os ambientalistas, significa anistiar quem desmatou até essa data.

“China e Egito sobreviveram porque plantaram em várzea” O ex-ministro da Agricultura Reinhold Stephanes (PMDB-PR) diz que a lei é, sim, um passo atrás na

legislação ambiental. Mas argumenta que as regras atuais engessam a o setor produtivo e punem o agricultor.

— Claro que há retrocesso, evidente que há. Mas a China, o Egito só sobreviveram porque plantaram em várzea. Onde é plantado o café de Minas? Nas encostas de morros

Marina: mudança no Código Florestal é retrocesso – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 10/06/2010

'Qualquer pessoa que queira governar este país deve se pronunciar, sob pena de se omitir ou de ser conivente'

BRASÍLIA. A pré-candidata do PV à Presidência, Marina Silva, convocou ontem os demais presidenciaíveis a se manifestarem sobre mudanças propostas pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) no Código Florestal brasileiro.

Classificando as alterações como maléficas e chamando o relatório de retrocesso, Marina disse que quem quiser governar o país não poderá ser omissos sobre o tema. Para ela, a escolha de um ano eleitoral para flexibilizar a legislação ambiental não tem “o melhor dos objetivos”.

— Qualquer pessoa que queira governar este país sinalizando o princípio da responsabilidade social e ambiental deve se pronunciar em relação a esse relatório, sob pena de se omitir ou de ser conivente. É uma questão suprapartidária — afirmou.

Marina defendeu que as bancadas se mobilizem para impedir as mudanças. Citando as reduções no desmatamento na Amazônia — de 27 mil km² desmatados em 2004 para 7 mil km² em 2009 —, disse que a destruição das florestas pode dobrar, caso o relatório seja aprovado.

A seu lado, André Lima, exfuncionário do Ministério do Meio Ambiente e pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), calculou que o relatório perdoa o desmatamento de 40 milhões de hectares na Amazônia e no cerrado.

Com a dispensa da reserva legal para pequenos agricultores, outros 70 milhões de hectares deixariam de ser preservados.

As duas medidas gerariam, segundo o Ipam, a emissão de 25 bilhões de toneladas de poluentes. A ex-ministra disse que, depois que saiu do governo Lula, houve retrocessos, como a regularização fundiária da Amazônia, que “doa 67 milhões de hectares de terras públicas”.

A pré-candidata disse que, se as mudanças forem efetivadas, o Brasil não conseguirá cumprir a meta que assumiu em Copenhague, de reduzir em até 39% as emissões de gases até 2020. Para evitar a aprovação, disse que tentará relatar a matéria quando esta chegar ao Senado e trabalhará para modificá-la.

— A sociedade vai ter que dizer se quer uma legislação que proteja florestas, biodiversidade e recursos hídricos, ou se quer que a gente volte para o tempo da terra sem lei — ponderou

Estudo aponta diminuição da atividade madeireira na Amazônia – Bettina Barros
– Valor Econômico – Brasil – 10/06/2010

A atividade madeireira na Amazônia, responsável em grande parte pelo desmatamento da floresta, perdeu parte de seu fôlego. Um amplo estudo que será divulgado hoje aponta uma forte retração em várias frentes - do consumo de toras até o número de empresas, empregos e a receita bruta do setor.

Intitulado "A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados", o documento mostra que em cinco anos - entre 2004 e 2009 -, o segmento madeireiro da região reduziu o consumo de toras de 24,5 milhões de metros cúbicos para 14,2 milhões. A queda, que representa o volume de madeira que chegou às serrarias, atingiu toda a cadeia.



A receita bruta do setor caiu de R\$ 6,7 bilhões (US\$ 2,31 bilhões) em 2004 para R\$ 4,9 bilhões (US\$ 2,48 bilhões) em 2009, impactando no número de empresas e empregos. As empresas recuaram de 3.132 para 2.227, e foram cortados 141 mil empregos.

De acordo com o estudo, elaborado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), um dos fatores determinantes para o encolhimento do segmento madeireiro na Amazônia foi o maior rigor no monitoramento e na fiscalização ambiental. "As atividades de combate e controle estão diretamente relacionadas à queda no número de polos madeireiros na região", diz Denis Pereira, pesquisador do Imazon.

Não foi pouca coisa: dos 82 polos em 2004, 75 restaram em 2009. Somente o Pará perdeu três polos. Por definição, uma região é considerada como tal quando um município ou grupo de municípios vizinhos consomem 100 mil metros cúbicos ou mais de madeira/ano.

Entre 2005 e 2006, por exemplo, o Ibama intensificou os casos de apreensões de madeira ilegal na Amazônia, confiscando, em média, 202 mil metros cúbicos de madeira por ano. Em 2003, o governo realizou 32 operações de execução envolvendo 400 funcionários, quase todos do Ibama. Já em 2007 foram 134 operações com mais de 3 mil funcionários envolvidos, incluindo Polícia Federal e Exército.

Mas as ações do governo, sozinhas, não explicam esse movimento. Contribuiu muito também a substituição da madeira nativa por outros materiais na construção civil e a crise econômica mundial, que afetou as exportações. "Cresceu o uso de produtos concorrentes da madeira tropical", diz Pereira. Esses produtos incluem forros de PVC, esquadrias de alumínio, formas de metal e o MDF.

O Imazon já havia realizado dois balanços madeireiros similares, em 1998 e 2004. Desta vez, no entanto, o trabalho teve um objetivo maior: ajudar a nortear a política de concessões de florestas públicas do governo federal, que passa à iniciativa privada a gestão das matas nacionais para a extração de madeira de forma sustentável.

"Estudaremos as áreas prioritárias para agir", diz Antonio Carlos Hummel, diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão responsável pelas concessões. Pelo estudo, uma área de forte pressão de madeiras é o entorno da BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA). Ali, o governo já tem lotes de 140 mil e 300 mil hectares sendo preparados para licitação.

Até agora, três lotes de florestas foram repassados para gestão privada, na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, com 96 mil hectares. Até dezembro, o governo pretende licitar 1 milhão de hectares de florestas na Amazônia.

Negociadores descartam acordo amplo este ano sobre mudança climática – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 10/06/2010

No final do ano, no México, pode até sair um acordo climático internacional. Mas, se isso acontecer, será um grande arcabouço; detalhes importantes virão depois. Também não se espera que o acordo possa ser legalmente vinculante, ou seja, um tratado internacional com força de lei, porque países como China e Estados Unidos, que resistiam à ideia em 2009, não parecem ter mudado de posição.

"Não acredito que será possível termos um acordo climático legalmente vinculante em Cancún", disse ontem em Bonn o embaixador brasileiro para mudança climática Sergio Serra. Segundo ele, Cancún já é visto como um passo rumo à CoP-17, na África do Sul, em 2011.

A nova secretária-executiva da Convenção do Clima, a costarrriquenha Christiana Figueres, que substituirá o holandês Yvo de Boer no início de julho, ampliou o foco do debate. "Não é assim, branco e preto. Acredito que nunca teremos um acordo final de mudança climática, certamente não durante a minha vida." Ela ponderou que a ciência está sempre avançando nessa questão e, portanto, exigindo novos passos dos políticos.

De Boer pediu mais urgência em seu discurso de despedida. "Não podemos mais adiar ações por muito tempo. Do jeito que as coisas estão agora, não conseguiremos parar o crescimento da emissão de gases estufa nos próximos dez anos", disse. Essas emissões causam o aquecimento global.

"Todos ficamos frustrados com a velocidade e a falta de progresso das negociações em Copenhague", reconheceu Lawrence Graff, da Comissão Europeia. "E, para recuperarmos a confiança do público, que parece ter perdido a fé neste processo, temos que garantir que algo seja concluído logo".

Segundo ela, a UE é leal ao Protocolo de Kyoto ? um ponto de muita tensão em 2009, quando países em desenvolvimento descobriram que Japão, Canadá e a UE queriam o fim de Kyoto e um novo acordo. O discurso europeu hoje é mais pragmático. "Mas é preciso considerar que o Protocolo tem muitos pontos fracos que têm que ser revistos."

A crise econômica na Europa, muito agravada nestes seis meses do pós-Copenhague, está bloqueando o comprometimento europeu com mais ajuda à redução de emissões ou adaptação aos países mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima. "Temos que encarar isso, vamos deixar de ser ingênuos", disse Lawrence. Se por um lado a crise diminui as emissões, de outro, diminui também a disponibilidade de recursos.

"Aqui em Bonn [onde ocorre uma reunião preliminar] houve um processo de fortalecimento da confiança perdida", diz Luiz Alberto Figueiredo Machado, chefe dos negociadores brasileiros. Ele explica que houve avanços na arquitetura do acordo, e em novos pontos, como a governança das finanças.

A arquitetura do acordo que pode sair em Cancún terá, por exemplo, um capítulo de Redd, que se refere à redução das emissões por desmatamento, com o princípio e as fases deste tipo de projeto. Mas a decisão sobre se os recursos de Redd virão de fundos públicos ou do mercado ficará para depois.

Código Florestal – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 10/06/2010

O brasileiro precisa de comida farta boa e barata e também de um ambiente saudável e tratado com respeito. O bem-estar desse brasileiro, o chamado homem comum, depende tanto da política agrícola quanto da preservação da natureza. Mas é ele a figura menos lembrada no lamentável debate sobre a reforma do Código Florestal. Esse debate vem sendo apresentado como um confronto entre fazendeiros, defendidos no Congresso pela bancada ruralista, e grupos ambientalistas, empenhados na proteção de rios, matas e solos ameaçados pela ação devastadora de um bando inescrupuloso. De um lado, a ambição sem limites, de outro, a virtuosa cruzada a favor da natureza. Um debate nesses termos não interessa ao Brasil.

Os brasileiros precisam de políticas bem equilibradas para promover o desenvolvimento econômico e social com um mínimo de danos ao ambiente. E não tem sentido pensar em desenvolvimento, num país como o Brasil, sem levar em conta o aproveitamento do enorme potencial de seu solo. A agropecuária brasileira já mostrou sua eficiência, proporcionando ao mercado interno comida farta e barata – das mais baratas do mundo – e contribuindo como grande exportadora para a segurança cambial e a expansão econômica do País. O relator dos projetos de mudanças no Código Florestal, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), tem feito um esforço respeitável para conciliar os interesses da produção – e não só de um grupo de grandes produtores – e as condições de preservação ambiental. Segundo Rebelo, o Código Florestal Brasileiro resultou de um trabalho sério e competente, mas milhares

de normas adicionais converteram a legislação em vigor numa barafunda e num pesadelo para milhões de agricultores. Algumas dessas normas nunca foram cumpridas, estão em desacordo com formas consagradas de produção – como o plantio de arroz em várzeas – e é preciso reconciliar

a legislação com a realidade e as necessidades do País. É esse o objetivo da reforma, tal como apresentada pelo relator. Essa perspectiva torna possível uma discussão razoável, balizada pelos interesses mais amplos do País. Mas a radicalização tem quase impossibilitado esse debate.

A leitura do relatório pelo deputado Aldo Rebelo foi tumultuada, na terça-feira, pela intervenção de manifestantes contrários a qualquer atualização das normas ambientais. Não se sabe quantos desses manifestantes têm competência para entender e avaliar o conjunto dos problemas – porque não se trata apenas de preservar a natureza, mas de combinar conservação e produção. Também não se sabe quanto estão interessados em levar em conta os dois objetivos. O deputado Aldo Rebelo vai mais longe, quando analisa a ação de organizações não-governamentais (ONGs). “Com pouco mais de 30 mil habitantes, a cidade de Colíder, em Mato Grosso, é capaz de atrair 500 ONGs, muitas delas financiadas por produtores estrangeiros de grãos, concorrentes de brasileiros, para obstruir a Rodovia Cuiabá-Santarém”, escreveu o relator em artigo publicado nessa terça-feira no **Estado**. Não há como descartar sem maior atenção as preocupações do deputado. De fato, centenas de ONGs têm se envolvido não só na discussão de importantes problemas brasileiros, mas até em ações ilegais ou de legalidade duvidosa. Algumas são conhecidas, têm representações no Brasil há muito tempo e sua participação nos grandes debates é rotineira. Mas há centenas de outras em ação e há fortes motivos para se perguntar a quem servem e por quem são financiadas.

A maior parte das propostas apresentadas pelo deputado Aldo Rebelo, em seu relatório sobre as mudanças no Código Florestal, é obviamente realista e razoável. Vale a pena ampliar a discussão de alguns pontos, como, por exemplo, os poderes normativos concedidos a Estados. Segundo o deputado, as autoridades estaduais poderão legislar sobre meio ambiente dentro de critérios técnicos e sem violar as normas nacionais. Mas é bom verificar se os novos limites da ação estadual estão claramente fixados e se essa competência ampliada será usada sem risco. Mas nenhum esclarecimento e nenhum avanço resultarão da mera agitação de bandeiras e da intransigência de quem se recusa a reconhecer as necessidades da produção.

Retrocesso florestal – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 10/06/2010

Relatório de Aldo Rebelo alia atraso ruralista a nacionalismo antiquado para desmontar legislação que protege as florestas

O relatório do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) à comissão especial da Câmara, com propostas para o novo Código Florestal, extingue a pouca luz da discussão e deixa em cinzas as pontes que ruralistas e ambientalistas mais esclarecidos vinham tentando construir entre os dois lados.

O código, que existe desde 1965, foi modificado em 2001 por medida provisória. O texto estipula que donos de terras estão obrigados a manter intactas parcelas de reserva legal -de 20% a 80% da propriedade, a depender da região. Proprietários particulares, assim, dividem com o poder público o ônus de preservar as matas como bens comuns. Além da reserva, a legislação em vigor prevê áreas de proteção permanente (APPs). Sem exploração agrícola e cobertos de vegetação, topos de morro e margens de corpos d'água impedem erosão e assoreamento de nascentes, rios e represas -no interesse de todos.

Até o final do século 20, latifundiários e ruralistas limitavam-se a desrespeitar o código, certos da impunidade. A partir de 2008, o governo federal passou a atuar com mais rigor, no esforço de conter o desmatamento na Amazônia. Tornou-se necessário reconhecer em cartório (averbar) o passivo ambiental. Vale dizer, delimitar e registrar as áreas desmatadas em desacordo com a legislação. Na falta de averbação até dezembro daquele ano, o dono ficaria sujeito a multas diárias de R\$ 50 a R\$ 500 por hectare.

A ameaça de fiscalização pôs os ruralistas em polvorosa. Passaram a denunciar o código de 1965 como uma peça que inviabilizaria a agropecuária nacional. Conseguiram arrancar do governo Lula sucessivos adiamentos do prazo para início das multas, de 2008 para 2009 e depois para 2012. Todos os que tenham cumprido a lei descobrem-se agora como tolos. Encorajados pelo vaivém do Planalto, ruralistas infratores e seus cúmplices parlamentares se lançaram numa campanha para derrubar o código.

O nacionalismo antiquado do PC do B só veio tornar mais "aloprada" essa visão discrepante de tudo o que se descobriu e aprendeu sobre economias sustentáveis nas últimas décadas. Houve recentemente reduções no desmatamento da Amazônia, como quer a opinião pública nacional e internacional. Mas, para Rebelo, isso equivale a dobrar-se diante de potências imperialistas.

A proposta alinhavada pelo relator prodigaliza moratórias, suspende multas, alarga prazos para recomposição de reserva legal, reduz APPs, libera exploração de várzeas e topos de morro... Um lobista em defesa dos interesses mais atrasados da agropecuária não teria feito melhor do que o parlamentar comunista. Ao tentar transformar em regra de direito o fato consumado dos crimes ambientais, o relator abandona a busca de equilíbrio entre agenda econômica e natureza. Não por acaso, acata a reivindicação de delegar aos Estados o poder de legislar sobre reserva legal e APPs -que mal disfarça a intenção de transferir as leis para instâncias mais vulneráveis à influência corruptora. Se faltar ao Congresso coragem para enterrar de pronto esse projeto, que ao menos adie a decisão para a próxima legislatura.

Proposta de lei de floresta anula meta nacional de CO2 - BERNARDO MELLO FRANCO e LARISSA GUIMARÃES – Folha de São Paulo – Ciência – 10/06/2010

Redução de reserva legal levaria a emissões de até 31 bilhões de toneladas
Cálculo feito por ONGs foi mostrado a Marina Silva, que desafiou adversários a se oporem a mudança na lei atual

Se aprovada pelo Congresso Nacional, a proposta de reforma do Código Florestal apresentada anteontem pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) poderia

provocar a emissão de 25 bilhões a 31 bilhões de toneladas de gás carbônico só na Amazônia.

A cifra representa pelo menos seis vezes a redução estimada de emissões por desmatamento que o Brasil se propôs a cumprir, e impediria o país de cumprir a meta assumida antes da conferência do clima de Copenhague. O cálculo, preliminar, foi feito pelas ONGs Greenpeace e Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia). Ele se baseia na quantidade de reserva legal (a porção de florestas de uma propriedade rural que deve ser mantida em pé) que seria eliminada na região amazônica caso o novo código fosse aplicado. Segundo Paulo Adário, do Greenpeace, a proposta de Aldo para a reserva legal contém duas "perversidades": a primeira é permitir o desmatamento de 100% em todas as propriedades menores que quatro módulos fiscais -na Amazônia, cada módulo fiscal tem 100 hectares.

A segunda é calcular a reserva nos imóveis maiores que quatro módulos (400 hectares) já descontando os quatro módulos isentos. "Isso permite rifar 85 milhões de hectares", afirmou. "Vamos supor que metade disso já esteja desmatado. Dá pelo menos 12 bilhões de toneladas, ou quatro vezes a meta brasileira", afirma André Lima, do Ipam.

MARINA

A pré-candidata do PV à Presidência, Marina Silva, desafiou ontem os adversários na corrida presidencial a se manifestar sobre o texto, que anistia desmatadores e dispensa a reserva legal em propriedades menores que quatro módulos fiscais. "Qualquer pessoa que queira governar este país deve se pronunciar sobre o relatório, sob pena de se omitir ou ser conivente", disse. A ex-ministra, cuja candidatura será lançada hoje, disse que o relatório atende a "interesses retrógrados". "Sem o Código, vamos dar continuidade à destruição, com graves prejuízos aos ecossistemas e à biodiversidade", alertou. "Isso inviabiliza completamente a meta brasileira de Copenhague. Não podemos permitir que todo aquele esforço se transforme numa farsa."

A cobrança aos adversários pode causar constrangimento aos presidentiáveis José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), que são apoiados por expoentes da bancada ruralista. O tucano é aliado da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), e a petista, do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), entre outros.

COPA DO MUNDO

A votação da proposta de Aldo Rebelo na comissão especial da Câmara que trata do assunto foi adiada ontem. Houve um acordo entre seus membros para deixar para a próxima quarta-feira os pedidos de vista e a apresentação de emendas. Aldo apenas leu seu voto.

Há a possibilidade de que a votação do texto na comissão especial seja iniciada no dia 23, e se depender da pressão dos ruralistas, deve ser concluída até 15 de julho. Depois de aprovado na comissão, o projeto precisa ser votado no plenário da Câmara e tramitar no Senado.

Os deputados contrários à reforma estão contanto com as festas juninas e a Copa do Mundo para tirar o ânimo em votar o assunto. "Essa Casa tem por obrigação encontrar um caminho e esse caminho estamos formulando: um código florestal que atenda o meio ambiente, mas que também atenda a agricultura", disse Moacir Micheletto, presidente da comissão. Colaborou Claudio Angelo, editor de Ciência

Proposta é equilibrada e não dá muito poder a Estados, diz Aldo – Larissa Guimarães – Folha de São Paulo – Ciência – 10/06/2010

Depois de uma semana de críticas, o relator da proposta que cria o novo Código Florestal, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), afirma que o texto "é o caminho viável" para resolver as questões do ambiente e da agricultura. Evitando entrar em polêmica, ele diz que o texto ainda precisa ser debatido e que o consenso, apesar de difícil, poderá ser alcançado.

FOLHA - Como foi o trabalho para fazer o relatório?

ALDO REBELO - Ouvi centenas de pessoas, li dezenas de livros para encontrar uma solução equilibrada. Aqueles que só vêem o ambiente e não olham a agricultura naturalmente discordarão do meu voto, e vice-versa.

Grupos ambientalistas têm criticado o relatório, porque o texto apresentado pelo sr. prevê a suspensão de multas por cinco anos, até os Estados elaborarem programas de regularização ambiental.

Nós prorrogamos a suspensão dessas multas por cinco anos para que os agricultores possam se regularizar. Não havendo a regularização, as multas voltam.

Os ambientalistas afirmam que o relatório dá poder demais aos Estados, o que poderia provocar uma espécie de guerra ambiental, em que cada Estado buscaria fazer uma legislação mais permissiva para atrair mais produtores.

Os Estados têm o poder de legislar e vão poder fazer isso dentro dos limites da lei nacional. Ou seja, os Estados poderão realizar os seus programas de regularização, obedecendo a exigência atual de 20% de preservação da Mata Atlântica, 35% do Cerrado e 80% na Amazônia. E não terão poder a mais. Não haverá risco de "guerra ambiental" porque uma propriedade não é como uma indústria. Não se pode mudá-la de São Paulo para o Nordeste ou para Goiás. Há um benefício direto ao produtor de até quatro módulos. Este fica dispensado da reserva legal, mas terá obrigatoriamente de ter área de preservação permanente.

Produção madeireira diminui 50% em dez anos na Amazônia – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 10/06/2010

A produção de madeira na Amazônia caiu pela metade entre 1998 e 2009, de 28,3 milhões de m³ para 14,2 milhões de m³, afirma um levantamento divulgado hoje pelo SBF (Serviço Florestal Brasileiro) e pela ONG Imazon. Esse novo raio-X da atividade madeireira na Amazônia Legal aponta um trio de causas que teriam ajudado a desencadear a mudança.

Uma delas é a substituição da madeira da floresta por outros materiais, como forros de PVC e madeiras plantadas, como a de eucalipto. Outro fator é o aumento de operações contra o desmatamento e o comércio ilegal de madeira, que foram de 20 em 2003 para 160 em 2007.

E, como era de se esperar, a crise econômica também afetou o setor no ano passado. O faturamento das madeireiras amazônicas foi de R\$ 4,9 bilhões em 2009, contra R\$ 6,7 bilhões em 2004.

"Acho que parte da queda pode ser explicada mesmo pela crise econômica, mas o resultado geral mostra que as políticas públicas estão começando a dar seus

primeiros resultados", afirma Antonio Carlos Hummel, diretor-geral do SBF e co-autor do levantamento. Além da fiscalização direta, diz Hummel, o acesso a sistemas eletrônicos de monitoramento, como o GPS, também facilitou o controle do desmate. O diretor do SBF afirma que ainda não há dados referentes a este ano. O esperado é que a demanda por madeira tenha aumentado, graças ao crescimento da economia nos últimos meses. "A pressão sobre a floresta é muito influenciada pelo ritmo da construção civil, então o aumento do PIB realmente pode alterar esse quadro. É preciso estar preparado para isso", adverte Hummel. Leia a íntegra da reportagem na Folha.com

Desmate será livre em 90% dos imóveis – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 11/06/2010

A proposta de mudança no Código Florestal em discussão na Câmara isentará 90% das propriedades rurais do País da obrigação de preservar a vegetação nativa em uma parcela das terras, mostra levantamento feito pelo Estado com base no cadastro de propriedades rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O projeto apresentado pelo deputado Aldo Rebelo (PC do B SP) nesta semana suspende a exigência de reserva legal nos imóveis de até 4 módulos fiscais. O tamanho do módulo varia de município para município – pode ter de 5 a 110 hectares.

O cadastro do Incra mostra que propriedades de até 4 módulos representam 90% dos 5,2 milhões de imóveis rurais registrados no País. Essas pequenas propriedades somam 135 milhões de hectares, o equivalente a mais de cinco vezes o território do Estado de São Paulo ou 25% da área total dos imóveis rurais registrados no Brasil. E elas ficariam completamente livres da exigência de proteger parte das terras. O percentual de pequenas propriedades é mais expressivo nas Regiões Nordeste e Sul. Mas o efeito dessa mudança na legislação pode ser mais relevante na Amazônia, onde o tamanho dos módulos fiscais é maior. Na região, uma pequena propriedade pode medir mais de 400 hectares. Pela legislação atual, os produtores são obrigados a manter a vegetação nativa, a título de reserva legal, em um percentual mínimo de 20% de suas terras. Na Floresta Amazônica, esse índice chega a 80%. A medida exata do potencial de estímulo ao desmatamento contido no projeto de Aldo Rebelo é difícil de ser calculada porque teria de levar em conta o tamanho dos módulos em cada município e a parcela das grandes propriedades. O projeto só prevê necessidade de proteção na parcela de terra dos demais imóveis que superar 4 módulos. Propõe ainda que caberá aos Estados definir, em até cinco anos, a recomposição de áreas desmatadas.

Os Estados poderão, eventualmente, reduzir o percentual de reserva legal nas propriedades maiores. Estimativa feita pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) indica que 90% dos produtores não têm área de reserva legal. Estudo coordenado pelo professor da USP Gerd Sparovek calcula que o País já desmatou 430 mil km² do que deveria ser mantido como reserva legal – uma área 70% maior que o Estado de São Paulo. O estudo reconhece que a recomposição da reserva legal onde ela desapareceu teria custo altíssimo. Outro estudo, feito pela comissão que debate o Código Florestal, estima que a legislação em vigor obrigaria a redução de 960 mil km² atualmente destinados à produção.

Novo código impedirá País de cumprir meta de clima – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida – 11/06/2010

Com as mudanças propostas pelo deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) no Código Florestal, o Brasil terá mais dificuldade para atingir as metas assumidas nas negociações climáticas internacionais, afirmou ontem a secretária nacional de Mudanças Climáticas, Branca Americano. “Será um desafio muito maior.” Ela participa, em Bonn, na Alemanha, de uma reunião preparatória para a Conferência do Clima da ONU em Cancún, a COP-16.

Nas negociações para um acordo climático global, o Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases que provocam o aquecimento global entre 36% e 39% em relação ao que emitiria em 2020 se nada fosse feito. E, para cumprir a meta, o governo federal disse que reduzirá o desmate da Amazônia em 80% e o do Cerrado em 40%. Se a proposta do código virar lei, caberá aos Estados definir quais áreas desmatadas devem ser recuperadas.

Na Amazônia, leis estaduais poderão reduzir para até 20% o percentual de preservação das propriedades com vegetação de Cerrado. Para Branca, dar esse poder aos Estados é “inaceitável”. “Eu acredito que o Brasil não vai deixar isso passar como está, especialmente o aspecto que cria uma competição entre os Estados.” Ela ressalta que “já é difícil combater o desmatamento com a lei do seu lado” e não dá para mudar as regras agora. A secretária avalia que é possível ter uma agricultura de qualidade sem prejudicar a floresta – e sem provocar aumento das emissões de gases de efeito estufa. “O setor produtivo precisa criar incentivos para que exista mais eficiência e produtividade nas áreas plantadas. Criar incentivos para se ter um ‘selo Brasil’ de sustentabilidade, que agregue valor à produção.”

Marina quer usar militares para proteger a Amazônia - BERNARDO MELLO FRANCO – Folha de São Paulo – Poder – 11/06/2010

Idéia é suprir a ausência de fiscais do Ibama em locais isolados na floresta. Promessa faz parte de plano de governo do PV, que tenta atrair aliados históricos do PT, como índios e sindicalistas

A presidenciável Marina Silva (PV) quer usar os militares no combate ao desmatamento da Amazônia e incorporar a proteção do meio ambiente à lista de missões das Forças Armadas. A idéia é mobilizar a tropa para compensar a falta de fiscais do Ibama, especialmente em áreas isoladas. A promessa está entre as diretrizes do plano de governo do PV, concluídas esta semana. O documento afirma que, se Marina for eleita, as ações ambientais serão “objetivos prioritários da política de defesa nacional”.

De acordo com o coordenador da campanha, João Paulo Capobianco, os verdes ainda não definiram, porém, se os militares ganhariam poder de polícia para reprimir devastadores. Como ministra do Meio Ambiente, Marina acionou os militares para apoiar operações do Ibama na Amazônia, em funções logísticas.

Um oficial com larga experiência na Amazônia afirmou à Folha que vê problemas na proposta. Ele chamou de “temerária” a idéia de incorporar a proteção do

meio ambiente às missões das Forças."Se isso acontecer, o militar vai deixar de ser colaborador para ser responsável por uma área que não conhece", afirmou. "O soldado não sabe dizer se uma nota fiscal de madeira é fria ou quente, por exemplo", disse o oficial.

PROGRAMA

O programa do PV também prevê a criação de uma Agência Nacional de Clima, para adaptar o Brasil às mudanças climáticas. Ligada à defesa das minorias, Marina incluiu um capítulo com promessas como a demarcação de novas reservas indígenas, a titulação de territórios quilombolas e ações contra a homofobia.

Ela tenta atrair o apoio desses setores, historicamente aliados ao PT. Fez parte desta estratégia a presença de índios e sindicalistas na festa de lançamento de sua candidatura, anteontem, em Brasília.

Novo código permite ao agronegócio desmatar ainda mais – Sítio eletrônico do MST – 12/06/2010

12 de junho de 2010

Por Eduardo Sales de Lima Do Brasil de Fato

O deputado federal Aldo Rebelo (PC do B) entregou, no dia 8, o relatório final com propostas de mudanças no Código Florestal Brasileiro. ONGs ambientalistas e organizações sociais camponesas, entretanto, criticam-no por ter encampado as pautas do setor ruralista do Congresso Nacional.

A visão de grande parte dos movimentos, dentre eles a Via Campesina, é a de que, com a aprovação do novo código, o agronegócio consolidará áreas já desmatadas em reservas legais e áreas de proteção permanente (APPs) e, assim, ficarão perdoados grandes produtores rurais que cometeram infrações ambientais.

O engenheiro florestal Luiz Zarref, ligado à Via Campesina, afirma que o novo código é resultado de mais um forte lobby no parlamento, sobretudo dos grandes produtores de óleo de palma (dendê), que devastam as florestas tropicais da Indonésia e da Malásia, além dos já conhecidos produtores de celulose (eucalipto). "O objetivo é de que as reservas legais, principalmente na região amazônica, possam ser recompostas por espécies exóticas, como a palma e o eucalipto", explica.

"A proposta que o Rebelo está encampando é a proposta do agronegócio", adverte Frei Sérgio Görge, integrante da coordenação nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O que reforça tal afirmação é que o relatório com as mudanças no código foi elaborado com a participação de uma consultora jurídica oficial da frente ruralista do Congresso Nacional. De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, de 8 de junho, a advogada Samanta Piñeda recebeu R\$ 10 mil pela "consultoria", pagos com dinheiro da verba indenizatória de Rebelo e do presidente da comissão especial, Moacir Micheletto (PMDB-PR).

Há denúncias de que os ruralistas teriam impedido a participação plena de inúmeras organizações sociais, além de terem apressado o processo de consulta pública. Todas as dezenove audiências públicas comandadas pela comissão especial da Câmara dos Deputados foram realizadas em "capitais" do agronegócios.

Raquel Izidoro, membro da Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (Abeef), esteve na audiência do dia 3 de fevereiro em Ribeirão Preto (SP) e reclama da falta de democracia que presenciou na ocasião. “O código de 1965 veio de uma época de muitas lutas sociais, o que não está acontecendo agora. Na audiência em Ribeirão Preto, o tempo das organizações sociais era bem controlado, ao contrário do tempo daqueles que se pronunciavam defendendo os interesses do agronegócio”, recorda.

Equívocos

De acordo com Luiz Zarref, o deputado Aldo Rebelo, ao assumir os anseios de expansão espacial do setor ruralista e rebater veementemente as críticas de ONGs ambientalistas estrangeiras contra ele, sobretudo o Greenpeace, incorre em “erro de leitura política”. “Ele está considerando o debate público de criação de novo código florestal como uma disputa entre nacionalismo e intervenção estrangeira. Ora, ele está esquecendo que o agronegócio é, justamente, uma grande injeção de capital estrangeiro dentro do país”.

Zarref denuncia que “o interesse do capital externo é destruir toda a nossa floresta, transformar ela em carvão para a extração de minérios, substituir por cana, gado e algodão para exportar, transformando tudo em commodities”. Relacionados a isso ou não, cifras da última campanha eleitoral podem elucidar certas atitudes.

De acordo com a página na internet da ONG Transparência Brasil, a campanha de Aldo para as eleições de 2006 recebeu R\$ 300 mil da Caemi-Mineração e Metalúrgica, R\$ 50 mil da Bolsa de Mercadorias e Futuros e mais R\$ 50 mil da Votorantim Celulose e Papel.

Segundo Frei Sérgio, a polarização que o deputado Aldo Rebelo engendra, a de que existe uma intervenção de ONGs internacionais que não querem que o país progrida é falsa. “Não é proteção da nação que ele está fazendo, é justamente entregar nossos rios, nossas florestas para meia dúzia de transnacionais”, conclui.

Manejo

Entre os argumentos do deputado federal e da frente ruralista para a implementação de um novo Código Florestal Brasileiro, está o de que a agropecuária precisa de mais espaço. Em recente estudo coordenado por Gerd Sparovek, professor do departamento de solos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP), que ainda será publicado, o atual código já permite que 104 milhões de hectares sejam desnecessariamente, mas legalmente, desmatados.

Sparovek destaca, por outro lado, que a agricultura pode se desenvolver pela expansão territorial sobre áreas ocupadas com pecuária extensiva. O estudo aponta que a pecuária brasileira para o corte ocupa 211 milhões de hectares. A conclusão de seu estudo é de que a integração da agricultura com a pecuária, o manejo mais intensivo das pastagens através da correção do solo e sua adubação ainda são práticas pouco aplicadas pelos pecuaristas no Brasil.

Noves fora o espaço mal utilizado pelo agronegócio, mais um “erro” do deputado Aldo Rebelo, segundo Zarref, é enxergar a incompatibilidade entre o respeito à natureza e produção agropecuária. “Quando se fala do sistema convencional de produção agropecuária, baseado em monocultura, mecanização pesada e produtos químicos, aí, de fato, isso é totalmente incompatível com a natureza. Agora, quando se fala de sistemas complexos e agroecológicos de produção de alimentos saudáveis, não há essa incompatibilidade entre natureza e produção”, explica Zarref.

O engenheiro florestal defende que o agronegócio não dá conta de produzir e

preservar o meio ambiente, e a agricultura camponesa, sim. “Estamos falando que a reserva legal é um espaço privilegiado para desenvolver alimentos saudáveis com conservação da natureza; e ele [Aldo Rebelo] só consegue enxergar a produção convencional, baseada na revolução verde”, pondera.

De acordo com Luiz Zarref, o código atual permite um manejo de reservas legais, mas é necessária uma regulamentação para este manejo e assistência técnica qualificada. Ele defende que a viabilidade econômica do manejo poderia ser potencializada com recursos financeiros voltados à implementação de projetos de recuperação e garantia de comercialização para os produtos oriundos do manejo da reserva legal e APP.

A intenção da frente ruralista é levar a proposta ao plenário da Câmara antes das eleições. A assessoria de imprensa do deputado federal Aldo Rebelo informou à reportagem que, por estar concluindo o relatório, o parlamentar estaria momentaneamente impossibilitado de conceder entrevistas.

Principal problema é o desrespeito ao Código – Miriam Leitão – O Globo – 12/06/2010

Em dez anos, os desmatadores destruíram no Brasil 260 mil hectares na Mata Atlântica, ou 2,6 mil km², o equivalente a duas cidades do Rio; e 176 mil km² na Amazônia, área maior que toda a Inglaterra.

Em sete anos, foram 85 mil km² de cerrado; 4,3 mil km², no Pantanal; e 16,5 mil km², na caatinga. E o que o Congresso está discutindo não é como parar o crime, mas como perdoar os criminosos

Esse é o principal ponto que torna o projeto do deputado Aldo Rebelo (PCdoBSP) um equívoco. Ele leva o Brasil na direção oposta do que se deve ir. Em cada ponto, a proposta acelera na contramão. O que os poderes da República poderiam estar considerando é: dado que o atual Código não impediu essa destruição toda, o que fazer para que as leis possam ser cumpridas?

Os rios brasileiros estão assoreados, muitos já morreram, os rios que cortam o interior do país viraram latas de lixo e esgoto. As histórias são tão frequentes e antigas que nem cabe repetir aqui.

A discussão urgente é como proteger os rios, aumentar o saneamento básico, limpar as correntes de água, garantir que a faixa de mata ciliar seja recomposta. Mas o que a proposta de novo Código Florestal estabelece é como reduzir a proteção aos rios, diminuindo o tamanho das Áreas de Proteção Permanente (APP).

O Brasil tem tido assustadores problemas de deslizamento de encostas nas cidades, nas estradas. Elas servem como um alerta sobre o cuidado com o uso de terrenos muito íngremes. A lei de 1965 cria limites ao uso de terrenos com 45 graus de inclinação e protege o topo dos morros. O novo Código reduz a proteção dessas áreas frágeis.

Imaginemos dois proprietários rurais na Amazônia, no Cerrado ou na Mata Atlântica, ou qualquer outro bioma brasileiro, como o nosso belo e frágil Pantanal.

Um preservou a reserva legal guardando o percentual da propriedade estabelecido por lei, respeitou as APPs e não contou essas áreas nas reservas legais. Se já entrou na propriedade com uma área desmatada maior do que o permitido, replantou espécies da região.

O outro desmatou com correntão, incendiou parte da floresta, fez corte raso ou qualquer uma dessas formas primitivas e predatórias de ocupar a terra.

O segundo terá as seguintes vantagens: pode continuar usando as áreas “consolidadas” sem pagamento de multa, tem 30 anos para recompor a reserva legal de forma voluntária, pode usar espécies exóticas, pode replantar em outro local, pode fazer lobby junto ao governo estadual para reduzir a área a ser protegida.

Pode continuar explorando o topo dos morros, reduzir a área de proteção aos rios e contar a APP como parte da reserva legal. Como se vê, será compensado, anistiado, incentivado. E quanto ao primeiro? Ao que cumpriu a lei?

Ora, esse deve procurar o primeiro espelho, olhar para seu próprio rosto e dizer: “Cumprir a lei, fui um otário!” No século XXI, diante de tantos exemplos dos riscos da degradação ambiental, o que o Brasil deveria estar fazendo? Discutindo seriamente como aumentar a proteção ao meio ambiente.

Mesmo os que não acreditam nas mudanças climáticas sabem que o meio ambiente é essencial para a qualidade de vida. Em vez de uma discussão serena e atualizada, o relator do projeto de mudança do Código Florestal, deputado Aldo Rebelo, nos propõe uma sequência delirante de explicações persecutórias.

O mundo estaria conspirando contra o desenvolvimento brasileiro através de malévolas organizações infiltradas no país, impondo aos cidadãos nacionais convicções exóticas sobre a necessidade de evitar o desmatamento e inventando evidências científicas de que o clima está mudando.

Até quem tenha muito boa vontade com este tipo de raciocínio alienista precisa saber como explicar algumas contradições: muitas das ONGs são genuinamente brasileiras, o maior beneficiário de um meio ambiente sadio e protegido é o próprio brasileiro, o clima está de fato mudando perigosamente, os países desenvolvidos estão impondo para si mesmos metas de redução de emissões maiores do que as que o Brasil espontaneamente se dispôs a cumprir.

O Brasil é uma potência agropecuária. Os números crescentes de produção, produtividade e exportação derrubam a tese de que o Código Florestal está impedindo essa atividade econômica no país.

Há pouca chance de que continuemos avançando em mercados mais competitivos se a decisão for permitir mais desmatamento, tornar mais frouxas as regras, controles e limites.

É bem provável que ocorra o oposto: que esse passe a ser o principal argumento para imposição de barreiras contra o produto brasileiro, seja ele produzido de forma sustentável ou não.

O principal problema do Código não é ser excessivamente rigoroso. Se fosse, o Brasil não teria as estatísticas que tem. É que as leis não têm sido respeitadas.

Mudar a lei para que o Código seja cumprido é tão inútil e perigoso quanto tentar reduzir a incidência de febre nos pacientes com infecção, estabelecendo que febre é apenas de 39 graus para cima.

O racional a fazer com a febre é tratar a infecção; o melhor a fazer com nosso persistente desmatamento é impor o respeito à lei e ao patrimônio público; e não suavizar o Código, anistiar quem não a cumpriu e postergar seu cumprimento.

Em Minas, há um desmatador profissional que tira a mata dele e dos vizinhos, pequenos proprietários, a quem paga alguns trocados.

De tanto ser denunciado e multado, ele já aprendeu o truque. Agora, ele mesmo se denuncia, paga a multa e assim legaliza seu ato. É o crime que tem que ser combatido, deputados e senadores, e não a lei.

Novo código permite ao agronegócio desmatar ainda mais – Eduardo Sales – MST
– 12/06/2010

O deputado federal Aldo Rebelo (PC do B) entregou, no dia 8, o relatório final com propostas de mudanças no Código Florestal Brasileiro. ONGs ambientalistas e organizações sociais camponesas, entretanto, criticam-no por ter encampado as pautas do setor ruralista do Congresso Nacional.

A visão de grande parte dos movimentos, dentre eles a Via Campesina, é a de que, com a aprovação do novo código, o agronegócio consolidará áreas já desmatadas em reservas legais e áreas de proteção permanente (APPs) e, assim, ficarão perdoados grandes produtores rurais que cometeram infrações ambientais.

O engenheiro florestal Luiz Zarref, ligado à Via Campesina, afirma que o novo código é resultado de mais um forte lobby no parlamento, sobretudo dos grandes produtores de óleo de palma (dendê), que devastam as florestas tropicais da Indonésia e da Malásia, além dos já conhecidos produtores de celulose (eucalipto). “O objetivo é de que as reservas legais, principalmente na região amazônica, possam ser recompostas por espécies exóticas, como a palma e o eucalipto”, explica.

“A proposta que o Rebelo está encampando é a proposta do agronegócio”, adverte Frei Sérgio Górgen, integrante da coordenação nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O que reforça tal afirmação é que o relatório com as mudanças no código foi elaborado com a participação de uma consultora jurídica

oficial da frente ruralista do Congresso Nacional. De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, de 8 de junho, a advogada Samanta Piñeda recebeu R\$ 10 mil pela "consultoria", pagos com dinheiro da verba indenizatória de Rebelo e do presidente da comissão especial, Moacir Micheletto (PMDB-PR).

Há denúncias de que os ruralistas teriam impedido a participação plena de inúmeras organizações sociais, além de terem apressado o processo de consulta pública. Todas as dezenove audiências públicas comandadas pela comissão especial da Câmara dos Deputados foram realizadas em “capitais” do agronegócios.

Raquel Izidoro, membro da Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (Abeef), esteve na audiência do dia 3 de fevereiro em Ribeirão Preto (SP) e reclama da falta de democracia que presenciou na ocasião. “O código de 1965 veio de uma época de muitas lutas sociais, o que não está acontecendo agora. Na audiência em Ribeirão Preto, o tempo das organizações sociais era bem controlado, ao contrário do tempo daqueles que se pronunciavam defendendo os interesses do agronegócio”, recorda.

Equívocos

De acordo com Luiz Zarref, o deputado Aldo Rebelo, ao assumir os anseios de expansão espacial do setor ruralista e rebater veementemente as críticas de ONGs ambientalistas estrangeiras contra ele, sobretudo o Greenpeace, incorre em “erro de leitura política”. “Ele está considerando o debate público de criação de novo código florestal como uma disputa entre nacionalismo e intervenção estrangeira. Ora, ele está esquecendo que o agronegócio é, justamente, uma grande injeção de capital estrangeiro dentro do país”.

Zarref denuncia que “o interesse do capital externo é destruir toda a nossa floresta, transformar ela em carvão para a extração de minérios, substituir por cana, gado e algodão para exportar, transformando tudo em commodities”. Relacionados a isso ou não, cifras da última campanha eleitoral podem elucidar certas atitudes.

De acordo com a página na internet da ONG Transparência Brasil, a campanha de Aldo para as eleições de 2006 recebeu R\$ 300 mil da Caemi-Mineração e Metalúrgica, R\$ 50 mil da Bolsa de Mercadorias e Futuros e mais R\$ 50 mil da Votorantim Celulose e Papel.

Segundo Frei Sérgio, a polarização que o deputado Aldo Rebelo engendra, a de que existe uma intervenção de ONGs internacionais que não querem que o país progrida é falsa. “Não é proteção da nação que ele está fazendo, é justamente entregar nossos rios, nossas florestas para meia dúzia de transnacionais”, conclui.

Manejo

Entre os argumentos do deputado federal e da frente ruralista para a implementação de um novo Código Florestal Brasileiro, está o de que a agropecuária precisa de mais espaço. Em recente estudo coordenado por Gerd Sparovek, professor do departamento de solos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP), que ainda será publicado, o atual código já

permite que 104 milhões de hectares sejam desnecessariamente, mas legalmente, desmatados.

Sparovek destaca, por outro lado, que a agricultura pode se desenvolver pela expansão territorial sobre áreas ocupadas com pecuária extensiva. O estudo aponta que a pecuária brasileira para o corte ocupa 211 milhões de hectares. A conclusão de seu estudo é de que a integração da agricultura com a pecuária, o manejo mais intensivo das pastagens através da correção do solo e sua adubação ainda são práticas pouco aplicadas pelos pecuaristas no Brasil.

Noves fora o espaço mal utilizado pelo agronegócio, mais um “erro” do deputado Aldo Rebelo, segundo Zarref, é enxergar a incompatibilidade entre o respeito à natureza e produção agropecuária. “Quando se fala do sistema convencional de produção agropecuária, baseado em monocultura, mecanização pesada e produtos químicos, aí, de fato, isso é totalmente incompatível com a natureza. Agora, quando se fala de sistemas complexos e agroecológicos de produção de alimentos saudáveis, não há essa incompatibilidade entre natureza e produção”, explica Zarref.

O engenheiro florestal defende que o agronegócio não dá conta de produzir e preservar o meio ambiente, e a agricultura camponesa, sim. “Estamos falando que a reserva legal é um espaço privilegiado para desenvolver alimentos saudáveis com conservação da natureza; e ele [Aldo Rebelo] só consegue enxergar a produção convencional, baseada na revolução verde”, pondera.

De acordo com Luiz Zarref, o código atual permite um manejo de reservas legais, mas é necessária uma regulamentação para este manejo e assistência técnica qualificada. Ele defende que a viabilidade econômica do manejo poderia ser potencializada com recursos financeiros voltados à implementação de projetos de recuperação e garantia de comercialização para os produtos oriundos do manejo da reserva legal e APP.

A intenção da frente ruralista é levar a proposta ao plenário da Câmara antes das eleições. A assessoria de imprensa do deputado federal Aldo Rebelo informou a reportagem que, por estar concluindo o relatório, o parlamentar estaria momentaneamente impossibilitado de conceder entrevistas.

Lei florestal revista pode criar "chuva de processo" – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 13/06/2010

Ecólogo da USP afirma que órgãos não terão como lidar com demanda Fiscalização sobre áreas de proteção permanente pode se tornar inviável com projeto que tramita no Congresso, afirma

Se aprovada no Congresso, a reforma no Código Florestal deve causar um efeito colateral até agora subestimado: um congestionamento dos órgãos ambientais. A opinião é do ecólogo Jean-Paul Metzger, da USP, que analisou a proposta de

mudança na lei florestal apresentada na última terça pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Segundo Metzger, faltam analistas ambientais para lidar com os pedidos de redução de reserva legal e APP (área de preservação permanente) potencialmente ensejados pela reforma.

Reserva legal é a porção de um imóvel rural na qual a vegetação nativa deve ser mantida em pé, sem corte raso.

Áreas de preservação permanente são margens de rio, encostas, várzeas e topos de morro, nas quais a vegetação deve ficar intacta porque conserva recursos hídricos e impede a erosão. O substitutivo de Rebelo dá poder a órgãos do Sisnama (Sistema Nacional de Meio Ambiente) para decidir sobre redução de APPs, por exemplo.

Porém, como o Sisnama é integrado tanto pelos órgãos federais quanto pelas secretarias estaduais e municipais, diz Metzger, "vai chover processo" de regularização sem haver quem os avalie. "Noventa por cento dos municípios não têm sequer órgão ambiental", diz.

E a fiscalização deve ficar mais difícil. "Hoje eu ando pelo interior paulista e sei qual propriedade está regular. Agora eu não saberei se numa dada área não teve um processo do proprietário [para rever os limites]", diz.

TOs pedidos de vista e a apresentação de emendas ao projeto de Rebelo podem acontecer na próxima quarta-feira. A votação do texto em comissão especial da Câmara começa no dia 23 e, para a bancada ruralista, pode ser concluída até 15 de julho.

FNMA vai investir em recuperação florestal – Sítio Eletrônico do MMA – 14/06/2010

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) vai investir R\$ 3 milhões em 10 projetos de recuperação florestal de áreas degradadas e de manejo da biodiversidade com base no desenvolvimento comunitário, em todo o País. As propostas devem ser enviadas ao FNMA por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) até **9 de agosto**.

Somente no caso das instituições federais, a proposta deve ser elaborada por meio de carta consulta, informada no sítio do FNMA, e encaminhada pelo correio, seguindo rigorosamente o prazo limite.

Para o tema de recuperação florestal, os projetos devem ser voltados ao reflorestamento de áreas de nascentes onde o manancial seja usado para abastecimento humano. A ideia é assegurar a qualidade da água e garantir o abastecimento dos usuários. As propostas devem promover a participação social na gestão dos recursos florestais e hídricos.

Esse tipo de atividade envolve a mobilização social. Por isso, a educação ambiental deve fazer parte da proposta, com palestras, cartilhas e mutirões. Esta linha de ação responde aos anseios da própria sociedade, em diálogos realizados em 2009, conduta que vem pautando a elaboração e implementação das políticas de financiamento à gestão ambiental recebidas pela demanda espontânea FNMA.

A segunda linha de financiamento é o manejo da biodiversidade com base no desenvolvimento comunitário. Ressaltando a importância da mulher no sustento da família e na proteção do meio ambiente, o FNMA vai incentivar o protagonismo feminino nas atividades de conservação da floresta que visem a gestão sustentável. Essas iniciativas incidem diretamente na geração de renda das famílias e valorizam o saber tradicional de quem vive na floresta, como as quebradeiras de coco babaçu e agricultoras familiares.

Os projetos deverão garantir, preferencialmente, a utilização dos produtos da sociobiodiversidade - castanha-do-Brasil, babaçu, andiroba, copaíba, borracha natural, piaçava, pequi e carnaúba. Consolidando as cadeias de produção desses produtos, as famílias poderão ser beneficiadas pela Política de Garantia de Preço Mínimo para produtos da Sociobiodiversidade.

Os 10 projetos serão divididos de forma igual para as cinco regiões brasileiras. Esses dois temas foram escolhidos pelo conselho deliberativo do FNMA no final de maio. Cada projeto poderá receber de R\$ 200 e 300 mil e deverá ser executado no prazo de um ano.

Este ano o FNMA inovou e receberá, durante dois meses, propostas simplificadas, com informações básicas como, por exemplo, objeto, justificativa e valor do projeto. Depois dessa etapa, será realizada a seleção regional. Um grupo de trabalho, composto por membros do conselho deliberativo, escolherá as melhores propostas, e o FNMA vai realizar oficinas para ajudar as instituições escolhidas a elaborarem o projeto completo.

As regras e orientações para apresentação de projetos estão na página eletrônica do FNMA (www.mma.gov.br/fnma). Mais informações pelos telefones (61) 2028-2161/2160 ou pelo e-mail fnma@mma.gov.br.

Histórico - O FNMA é um fundo contábil sujeito às regras orçamentárias estabelecidas pelo governo. Considerado um potente instrumento de fomento da política nacional do meio ambiente, foi fundado em 1989 e já beneficiou mais de 1.400 projetos, distribuídos em todos os biomas do território nacional, com recursos estimados em R\$ 230 milhões.

O Fundo já operou por meio de empréstimos e doações, mas hoje os recursos são provenientes exclusivamente do Tesouro Nacional. Os projetos aprovados foram implementados nas mais diversas áreas: Agenda 21, educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, recursos pesqueiros, resíduos sólidos, produtos químicos e espécies ameaçadas de extinção, unidades de conservação dentre outras.

Cerrado receberá investimentos de US\$ 42 milhões nos próximos 4 anos – Ana Flora Caminha - Sítio Eletrônico do MMA – 14/06/2010

O Cerrado deve ganhar nos próximos quatro anos dois milhões de hectares em unidades de conservação (UCs), por meio da criação de novas UCs e expansão das já existentes. Este é um dos objetivos do acordo firmado hoje (14/6) entre o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes, o Banco Mundial e os governos de Goiás e Tocantins.

Por meio desta iniciativa, serão investidos US\$ 42,69 milhões no segundo maior bioma brasileiro, considerado a savana mais rica em biodiversidade do mundo, com 12 mil espécies de plantas nativas, e conhecida como a "caixa d'água" do Brasil. No Cerrado se concentram as nascentes das bacias dos rios Amazonas, Prata e São Francisco. "O Cerrado vem ganhando a importância merecida, com o debate não mais centralizado na Amazônia", disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

A assinatura do acordo de cooperação foi realizada durante solenidade com a presença do governador de Tocantins, Carlos Henrique Amorim, do procurador-geral do Estado de Goiás, Anderson Máximo de Holanda, do diretor do Banco Mundial no Brasil, Makhtar Diop, do presidente do ICMBio, Rômulo Melo, e da secretária-geral do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Rosa Lemos de Sá.

Os recursos, distribuídos em quatro projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade, incluem a doação de US\$ 13 milhões do Banco Mundial e contrapartidas no valor de US\$ 29,69 milhões do Governo Federal e dos governos de Goiás e Tocantins, que integram o Programa Iniciativa Cerrado Sustentável - cujo objetivo é promover a conservação da biodiversidade e melhorar o manejo dos recursos ambientais e naturais do bioma, valorizando e fortalecendo as ações das instituições públicas e da sociedade civil envolvidas com a conservação ambiental.

Os quatro projetos devem ser executados no período de quatro anos, e serão coordenados pelo MMA. A execução dos recursos estará a cargo do Funbio.

Cerrado Sustentável - A Iniciativa Cerrado Sustentável possui quatro componentes, cujos principais resultados são: a conservação da biodiversidade do Cerrado, com 2 milhões de hectares adicionais protegidos no bioma por meio da criação/expansão de unidades de conservação; o uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado, com 12 iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas atuais para o manejo sustentável dos recursos naturais documentadas e disseminadas e 400 produtores treinados na aplicação das melhores práticas; fortalecimento institucional e formulação de novas políticas públicas; e coordenação da Iniciativa Cerrado Sustentável e monitoramento do bioma.

O monitoramento da cobertura vegetal do Cerrado já vem sendo realizado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, em parceria com o Ibama. Com os novos recursos, haverá avanços nessa atividade, como, por exemplo, a identificação dos vetores que atuam no desmatamento do bioma.

Ministra do Meio Ambiente critica mudanças no Código Florestal – MST – 14/06/2010

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, criticou as mudanças no Código Florestal que estão sendo discutidas na Câmara.

Segundo ela, as mudanças previstas nas áreas de reserva legal podem ir na contramão de metas internacionais das quais o Brasil é signatário.

A ministra pediu que os parlamentares examinem os tratados internacionais de meio ambiente já assinados pelo Brasil.

O relator das mudanças no Código Florestal (Projeto de Lei 1876/99 e apensados), deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), retira a obrigatoriedade de reserva legal para pequenas propriedades e exclui os topos de morro das Áreas de Preservação Permanente (APPs), entre outras modificações.

Para Izabella, os agricultores podem manter a reserva legal e ainda assim produzir mais, sem desmatamento ou perda de vegetação nativa.

"Não acho que, para avançar na produção agrícola, temos que desmatar mais. É preciso entender onde estão as áreas produtivas do país e qual é o papel da reserva legal e da APP na proteção da biodiversidade. Estudos da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), da USP, mostram que as APPs e a reserva legal desempenham um papel de conservação da biodiversidade mais do que o dobro do desempenhado pelas áreas protegidas e pelas terras indígenas", disse.

Em audiência na Comissão de Meio Ambiente, na quarta-feira, ela informou que o Brasil vai defender, na 10ª Conferência das Partes da Convenção da Biodiversidade das Nações Unidas (COP 10), a disponibilização dos recursos necessários para que a perda de biodiversidade do planeta seja eliminada a partir de 2020.

Segundo a ministra, existem mais recursos para a convenção sobre mudanças climáticas do que para a preservação da biodiversidade. A COP 10, que é realizada a cada dois anos, vai ocorrer em outubro, no Japão.

Acesso a recursos genéticos

Izabella disse que também está em jogo na COP-10 a aprovação de um protocolo internacional sobre o acesso aos recursos genéticos para que as legislações nacionais nessa área sejam reconhecidas.

O protocolo seria um meio de evitar a biopirataria e remunerar os países que detêm o patrimônio genético usado em vários produtos. Ela informou que em breve o Executivo enviará projeto de lei ao Congresso sobre o tema.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Jorge Khoury (DEM-BA), fez um apelo à ministra para que o projeto seja enviado logo para o Congresso. O deputado lembrou que este é o Ano Internacional da Biodiversidade.

"Uma medida provisória em vigor é o único instrumento que temos, e está totalmente superada em função dos avanços tecnológicos e científicos. Há necessidade de buscar uma legislação mais apropriada. Já houve entendimento dos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente com relação aos ajustes necessários, mas essa legislação ainda está na Casa Civil", afirmou.

O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ricardo Melamed, ao comentar os trabalhos sobre biodiversidade vegetal, disse que os Estados Unidos têm catalogadas mais de 60 milhões de espécies vegetais, enquanto o Brasil só conta com 10% disso em suas coleções.

Estudo do Banco Mundial aponta que o Brasil cresce com menos carbono – Sítio Eletrônico do MMA – 17/06/2010

O "Estudo de Baixo Carbono para o Brasil", do Banco Mundial, revela que o Brasil poderia reduzir as suas emissões brutas de gases de efeito estufa em até 37% entre 2010 e 2030, mantendo os atuais objetivos de desenvolvimento programados pelo Governo para o período e sem efeitos negativos sobre crescimento e empregos. Isto equivaleria a retirar de circulação por três anos todos os carros do mundo.

O estudo, lançado hoje (17/6), em Brasília, em seminário com a participação de diversos ministérios e centros de pesquisa, indica que o País possui muitas oportunidades em relação à mitigação e a remoção das emissões, principalmente nas áreas de mudança de uso do solo (como agricultura, e desmatamento), energia, transportes e manejo de resíduos.

[Acesse o conteúdo completo sobre o Estudo no site do Banco Mundial](#)

Polícia Ambiental multa assentados em R\$ 3mi – Sandro Villar e José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 19/06/2010

Uma das maiores multas por crime ambiental foi aplicada esta semana pela Polícia Ambiental contra sete assentados da reforma agrária em Mirante do Paranapanema, no extremo oeste do Estado de São Paulo. A multa é de R\$ 3.060.085,00. Eles levavam o gado para pastar numa reserva florestal de 403 hectares.

Foram apreendidos 64 animais que causaram grande destruição na reserva. “O dano é grande, se o gado continuar pastando e pisoteando, a área não se recupera. Há capim na reserva, os assentados alegam que o pasto está fraco nos lotes nesta época do ano e, por isso, levam o gado para pastar na reserva”, afirmou, em Presidente Prudente, o tenente Mauri Guarizi, comandante do primeiro pelotão da Polícia Ambiental no Pontal do Paranapanema. Os acusados José Casimiro de Oliveira, Mauro Maria do Nascimento, Jorge T. Filho, Valmir Rogério Ferreira, Rodolfo Nunes Lima, Marcos Marinheiro e Reginaldo Socossuice, originalmente integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), serão processados por crime ambiental. Eles têm prazo de 20 dias para recorrer. “Eles não têm condições de pagar a multa de mais de R\$ 3 milhões. A CBRN (*Coordenadoria de Biodiversidade de Recursos Naturais*),

órgão do Ministério da Agricultura, vai arbitrar o valor”, explicou o comandante, acrescentando que 14 policiais ambientais participaram do recolhimento do gado. Os animais estão em currais nos lotes localizados nos assentamentos Haroudina, São Bento II, Santana, Santa Carmem e Marco II. “O gado só pode sair dos lotes com autorização da Justiça, os donos são depositários fieis”, observou o tenente. O gado já pastava na reserva havia mais de um ano. “Recebemos essa denúncia”, resumiu Clovis Ribeiro da Silva, escrivão da delegacia de Mirante do Paranapanema. Uma pena alternativa pode ser aplicada. “Eles poderão fazer a reparação dos danos na reserva, mas isso não exclui a multa.” Os acusados não foram localizados para se defender das denúncias.

Teijin

A União Democrática Ruralista (UDR) quer que os agentes públicos responsáveis pela desapropriação da Fazenda Teijin, em Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul, paguem a indenização devida aos donos da propriedade, caso a Justiça confirme que houve erro na avaliação da produtividade da área. Em decisão divulgada quinta-feira, o Tribunal Federal de Recursos da terceira Região condenou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) a pagar R\$ 80 milhões, em valores corrigidos, aos proprietários por considerar que a área era produtiva e não poderia ter sido expropriada para a reforma agrária. Recurso. O Incra, que já assentou 1.067 famílias do Movimento dos Sem-Terra nas terras da Teijin, vai entrar com recurso contra a decisão do TRF. De acordo com o presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan Garcia, caso a decisão do tribunal seja mantida, a entidade entrará com ação para que os responsáveis pelo erro façam o ressarcimento do erário com recursos pessoais. “O contribuinte não pode continuar arcando com prejuízos resultantes da imperícia ou da irresponsabilidade de agentes públicos”, argumentou o presidente da entidade. Segundo Nabhan, a UDR nacional instruiu seus advogados para o acompanhamento do caso.

Novo Código Florestal deixa impune desmatadora Kátia Abreu – Sítio Eletrônico do MST – 18/06/2010

18 de junho de 2010

Da Folha de S. Paulo

A presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), será beneficiada pelas alterações no Código Florestal caso o projeto, que tramita no Congresso, seja aprovado.

A senadora recebeu uma multa de R\$ 77 mil por ter desmatado ilegalmente 776 hectares sem autorização do Ibama em Tocantins.

A proposta para um novo código, do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), anistia todos os produtores rurais com irregularidades flagradas até 22 de julho de 2008.

O processo no Ibama contra Kátia corre desde 5 de julho de 2004. A multa, que hoje vale R\$ 120 mil, não foi aplicada até hoje porque ela recorreu à Justiça para tentar derrubar o processo. Procurada, a senadora confirmou a multa, mas depois disse que “uma coisa não tem nada a ver com a outra”. “Eu tinha uma multa ambiental de uma área que inclusive já vendi. É uma multa ambiental, em uma área de uma reserva

legal, isso tem muitos anos. À época não era nem crime ambiental, mas uma infração administrativa", disse ela.

Ao se defender no processo, obtido pela Folha, a senadora admitiu ter desmatado. Ela disse que, em razão da demora do Ibama em conceder a autorização, e com o final do período chuvoso, começou a desmatar.

Mesmo após vender as terras, Kátia continua a responder pela multa no Ibama, que não é transferível.

Sobre o fato de o projeto relatado por Aldo Rebelo a beneficiar, Kátia Abreu afirmou que não conhece o "conteúdo do novo código", só algumas linhas gerais. "Mas vou torcer muito para que eu e todos os produtores do Brasil possam não ser anistiados, mas sim justificados", disse.

Violações

Para o procurador da República Mário Gisi, o processo de Kátia está dentro da anistia defendida pelo relatório de Aldo Rebelo.

"A senadora será beneficiada porque sua infração fere os artigos 16, 19 e 37a do atual código. Artigos com infrações que, caso o novo código seja aprovado, serão contemplados pela anistia. O desmatamento dependia de autorização do Ibama", diz Gisi.

O novo código florestal está em debate numa comissão especial da Câmara. A votação na comissão, de maioria ruralista, está prevista para a próxima segunda-feira. Depois, o projeto vai a plenário.

Indagado sobre quem seriam os beneficiados da anistia, o deputado disse não ter "a mínima ideia do que poderia acontecer". "O governo, no decreto [que embasou o projeto de sua autoria], não levou isso em conta. Oferece a todos a possibilidade de regularização", disse ele.

PA pode ter alta de desmate fraudado – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 19/06/2010

Estado teve aumento de 76% em planos madeireiros legais em um ano, mas permissões seriam "esquentadas"

Suposto esquema está sob investigação da PF e do Ministério Público; secretário diz que não há provas de fraude

Nos últimos 12 meses, o governo do Pará aumentou em 76% a liberação de planos de manejo para exploração legal de madeira no Estado, que é considerado recordista em desmatamento.

Mas 90% dessas autorizações são fraudulentas, segundo disseram à Folha dois funcionários da Sema (Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará), um ex-integrante da cúpula da pasta e dois servidores do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). De acordo com eles, essas liberações irregulares servem apenas para "esquentar" toras cortadas ilegalmente na Amazônia.

SOB

INVESTIGAÇÃO

As supostas fraudes cometidas na secretaria também são alvo de investigações feitas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

O aumento de liberações no Pará ocorre na gestão do secretário Aníbal Picanço, nomeado há um ano para desburocratizar o órgão, então apontado por madeireiros paraenses como lento e responsável por atrasar a economia no Estado. Durante a administração de Picanço, o volume aprovado em planos tem sido de 532,2 mil m³ por mês, equivalente a cerca de 26 mil caminhões cheios de madeira. Nos dois anos e meio anteriores, sob o comando de Valmir Ortega, a pasta aprovava 308,1 mil m³ por mês. O plano de manejo é um método para extrair a madeira de uma certa área, de maneira selecionada e gradativa, considerada sustentável. Para ser aprovado pelo governo estadual, tem de passar por vistoria e análise, momentos em que pode ser fraudado (veja quadro). No Pará, um servidor da secretaria, sob a condição de anonimato, disse à reportagem que a Sema tem funcionado como uma "feira" de autorizações para desmate nos últimos meses. Segundo ele, a cada 1 m³ autorizado com alguma irregularidade, o interessado tem de pagar R\$ 10 de propina. Julio Meyer, servidor da Sema, reafirmou a existência desse esquema e disse que sempre houve irregularidades, mas o que antes era exceção agora virou regra. Meyer preside a associação dos servidores da secretaria. O aumento das liberações de desmate criou uma crise na relação entre o Ibama local e o governo estadual. Isso porque, segundo funcionários do órgão federal, que pediram para não ter os nomes divulgados, os planos de manejo em andamento passaram a ser bloqueados em razão das fraudes.

"TRUCULÊNCIA"

Já a administração da governadora Ana Júlia Carepa (PT) alega que o Ibama age com truculência desnecessária, penalizando injustamente os madeireiros. O secretário da Sema e a própria governadora têm ido diversas vezes a Brasília reclamar, na Casa Civil e na presidência do Ibama, sobre a atuação do órgão. De acordo com Picanço, o que tem ocorrido é um "problema institucional". A Folha apurou que Picanço é investigado pela PF por ter dado uma "autorização especial" para transporte de toras leiloadas, documento que não é reconhecido pela legislação ambiental.

O secretário afirmou que as acusações contra sua pasta são levianas e carecem de provas. Ele reafirma a legalidade dos planos que assinou.

"Não há como controlar plano fraudulento" – Folha de São Paulo – Ciência – 19/06/2010

DE BELÉM

O secretário do Meio Ambiente do Pará, Aníbal Picanço, afirmou que não houve fraude em nenhum plano de manejo autorizado durante a sua gestão. Para ele, o aumento das liberações ajuda a legalizar o setor madeireiro. Segundo ele, hoje a pasta tem acesso a imagens de satélite de alta resolução e continua fazendo vistorias nas propriedades, para fiscalizar se os planos são legais. "Eu não sei de onde você obteve essas informações, mas nosso princípio é liberar

matéria-prima legal para o setor produtivo, para vencer a ilegalidade", disse. Ele afirmou que, nos primeiros seis meses de sua gestão, no ano passado, o aumento das liberações foi ainda maior do que a média calculada pela Folha. Passou de 148 mil m3 no primeiro semestre de 2009 para "mais de 4 milhões de m3" no segundo, afirmou. Ainda assim, Picanço disse que é impossível acabar com toda a ilegalidade.

"NATUREZA HUMANA"
"Isso aí é da natureza humana. É como chegar ao Rio de Janeiro e a São Paulo e dizer que não vai haver mais homicídio", afirmou. O secretário também disse que "você não tem como controlar" se um madeireiro usa os créditos para esquentar madeira ilegal. "Se um plano de manejo é liberado em cima de uma floresta e o produtor não explora a floresta e faz a comercialização disso, a gente não tem como ir atrás. Você não tem como controlar", disse. Picanço afirmou que "antes, com o Ibama [gerenciando a exploração da madeira], os processos eram muito mais fraudulentos". Em relação às afirmações de funcionários da própria Sema, ele disse que está com "problemas com servidores, que me reivindicam gratificações que a gente não pode pagar agora", e que as acusações feitas por eles são levianas e carecem de provas. Sobre o fato de ser investigado pela PF, disse: "Tenho conhecimento da investigação. O que pode ter acontecido é a gente ter dado a autorização [de transporte] de madeira [apreendida e] leiloadas e o empreendedor se aproveitou dessa autorização para fazer o transporte ilegal." (JCM)

Aldo aceita mudar projeto para florestas – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 19/06/2010

Análise mostra que proposta de deputado comunista é mais radical que a de ruralistas

O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) afirmou ontem que seu projeto de mudanças no Código Florestal não é "de jeito nenhum" a última palavra sobre o assunto e que é "evidente" que ele está sujeito a alterações. Desde que apresentou a uma comissão especial da Câmara sua proposta de reforma na lei de proteção às florestas, ele tem recebido críticas de cientistas, ambientalistas e até do MST. Segundo uma análise feita pelo ISA (Instituto Socioambiental), o parecer de Rebelo é mais prejudicial às florestas brasileiras do que a maioria das propostas de mudança feitas pelos ruralistas. A comparação entre o novo substitutivo e quatro projetos apresentados antes ao Congresso indica que só um do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que extingue a reserva legal, é mais radical. Uma das principais distinções entre o projeto de Rebelo e outros se refere à anistia a desmatamentos passados. Enquanto propostas como a da senadora ruralista Kátia Abreu (DEM-TO) isentavam de punição desmatamentos feitos até 2006, a de Rebelo anistia desmatamentos feitos até 22 de julho de 2008.

Mas o ponto mais criticado do substitutivo de Rebelo é que ele libera propriedades menores que quatro módulos fiscais de terem reserva legal, e, nas maiores, concentra a reserva na área que exceder quatro módulos. "Isso libera desmatamentos futuros", diz Raul do Vale, advogado do ISA. Ele cita o caso hipotético de um Estado na mata atlântica cujo módulo fiscal seja igual a 10 hectares. A reserva legal naquele bioma equivale a 20% da área da propriedade.

SEM

RESERVAS

"Vamos supor que você tenha duas propriedades, uma de quatro módulos (40 hectares) e uma de seis (60 hectares). Pela lei atual, uma terá 8 hectares de reserva legal, a outra, 12 hectares. Com o projeto do Aldo, a de quatro módulos fica isenta, e a de seis poderá calcular a reserva sobre 20 hectares apenas. Dos 12, poderá desmatar 8."

Rebelo diz que desconhece o projeto de Kátia Abreu, que anistia desmatamentos até 2006. "Se eu o tivesse visto, teria cotejado meu projeto com ele, não com o decreto presidencial [que estabelece julho de 2008 como prazo para a regularização de quem desmatou ilegalmente]."

Sobre desmatamentos futuros, diz que isso não fica permitido "de forma alguma". "Leram um dispositivo do projeto, mas não o outro. Ninguém que tenha reserva legal averbada está autorizado a se desfazer dela." Ele admite que seu substitutivo desagradou até a alguns ruralistas. Colatto deve apresentar uma emenda ao projeto. "Tem gente que acha que não resolvi o problema, tem gente que acha que fui liberal demais", disse Rebelo.

Fazendas aqui, florestas aqui – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Mercado
– 19/06/2010

FOI PUBLICADO recentemente nos Estados Unidos um trabalho técnico patrocinado pela União Nacional dos Agricultores chamado "Fazendas aqui, florestas lá", mostrando as vantagens que os produtores rurais daquele país poderiam obter se houvesse a redução/eliminação do desmatamento nos países tropicais, como o Brasil. O estudo, elaborado pela David Gardner & Associates, mostra que a Indonésia é o terceiro maior emissor de gases de efeito estufa e o Brasil é o quarto, ambos por causa do desmatamento e depois da China e dos Estados Unidos (estes por outras razões). O propósito central do estudo é mostrar que o pagamento pela preservação das florestas tropicais, deixando-as em pé, representaria um grande benefício para os agropecuaristas americanos e quantifica esta vantagem: se fosse possível reduzir o desmatamento tropical em 50% até 2020 e eliminá-lo completamente até 2030, o rendimento adicional para os produtores rurais dos Estados Unidos poderia chegar a US\$ 270 bilhões.

Boa parte desse resultado seria obtida com a redução da concorrência provocada pelos eficientes produtores brasileiros de soja e carne bovina nas áreas desflorestadas. O aumento da renda dos americanos também viria com a economia dos fertilizantes e de energia, pela menor competição. O estudo mostra ainda o potencial do impacto anual para os cenários de redução do desmatamento, de 50% a 100%. No caso da soja, para uma redução de 50%, o aumento anual da renda para os sojicultores americanos seria de até US\$ 405 milhões (tendo como referência os

valores de 2008), aumentado para até US\$ 590 milhões na hipótese de desmatamento zero. Para as carnes, os valores poderiam chegar a US\$ 1,9 bilhão com 50% e a US\$ 2,3 bilhões com redução de 100% de desmatamento. São números espetaculares que justificam o interesse dos produtores rurais dos Estados Unidos pela diminuição da concorrência com brasileiros e outros produtores de países tropicais. Como a concorrência se daria pelo aumento da produção nesses países devido ao desmatamento, o trabalho propõe uma política climática que viabilize o pagamento pela manutenção da floresta tropical em pé. Essas ideias têm pelo menos duas interessantes vertentes para análise: por um lado, fica claro o interesse dos nossos concorrentes em evitar o crescimento de produção rural no Brasil e outros países tropicais, o que justifica ações de outra natureza contra o desmatamento nessas regiões.

Por outro lado, é muito bem-vinda a tese da remuneração pela floresta em pé, que também defendemos no Brasil. É curioso: o medo que os agricultores americanos têm de concorrer conosco os leva a propor o pagamento de floresta preservada... E isso faz muito sentido: a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) e a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) acabam de publicar um importantíssimo estudo mostrando que durante os próximos dez anos o Brasil será de longe o país com maior crescimento da produção agrícola.

De acordo com o relatório, a expansão do agronegócio brasileiro será de 40% até 2019/2020, o dobro da média mundial, enquanto nos Estados Unidos (e também Canadá) o crescimento ficará entre 10% e 15%. Mesmo em países agrícolas fortes, como Rússia e Ucrânia, a expansão não chegará a 30% no período, enquanto na China será de 26%, e na Índia, de 21%; a Austrália não chega a 10%, e a União Europeia, só a 4%.

Portanto, estão certos os americanos em colocar as barbas de molho.

ROBERTO RODRIGUES, 67, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp -Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

rr.ceres@uol.com.br

'A reforma permite desmatamento desenfreado' – Entrevista com Luiz Antonio Martinelli – O Globo – O País – 19/06/2010

Professor da USP afirma que alterações no Código Florestal não têm embasamento técnico e são só pol

Professor titular do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena), da Universidade de São Paulo (USP), o agrônomo Luiz Antonio Martinelli diz que o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) com a nova versão do Código Florestal, que propõe mudanças nesta lei, não tem nenhum embasamento científico e atende somente a interesses políticos. Segundo o pesquisador, que é doutor em

ciências ambientais, as alterações podem gerar um “desmatamento desenfreado”. A principal crítica que ele faz é com relação à diminuição do limite mínimo da largura das Áreas de Proteção Permanente (APPs), destinadas à conservação dos rios, de um tamanho de 30 metros para 15 metros, podendo chegar até a 7,5 metros nos estados que assim decidirem. Para ele, uma área deste tamanho não é capaz de garantir a sobrevivência dos rios.

Catarina Alencastro

O GLOBO: O que o senhor achou das mudanças propostas no Código Florestal? LUIZ ANTONIO MARTINELLI: As mudanças foram baseadas em aspectos políticos. A base científica desse relatório é zero.

Esqueceram de convidar a ciência a participar. Em decorrência, existe uma série de falhas enormes em termos científicos e ecológicos na proposta de reforma do código.

A comunidade científica não foi consultada sobre essas mudanças. Eu sei que esta é uma decisão política, mas tem que ser embasada na ciência. E não foi.

Quais os principais problemas da proposta de mudança? MARTINELLI: As principais falhas são a redução da APP, a moratória, a não punição. Se essas reformas forem aprovadas, estaremos indo na contramão da história. Por um lado, o Brasil investe milhões para promover um combustível ecológico, como é o etanol, por outro lado, essa reforma vai permitir ocorrer um desmatamento desenfreado, lançando uma quantidade enorme de carbono na atmosfera.

Quais os prejuízos para o meio ambiente com a redução da APP? MARTINELLI: Não tem como uma floresta caber em 7,5 metros (de largura) e ter alguma função ecológica. Não tem função ecológica protetora nenhuma em uma área tão exígua para APP. É uma brincadeira. É uma linha de árvores sem função nenhuma. Mesmo 15 m é muito pouco. Isso é um retrocesso muito grande.

Passar para os estados a prerrogativa de decidirem se ampliam ou reduzem as APPs é positivo? MARTINELLI: Abre um precedente muito perigoso. Uma Assembleia Estadual é muito mais afeita a pressões de grupos de interesses locais do que o Congresso Nacional. Eu garanto pra você que em 90% dos estados vai haver a redução da APP.

Mas o atual Código Florestal não é perfeito. É? MARTINELLI: Eu acho que para os pequenos produtores tem que ter bom senso e fazer reformas no código porque, se forem aplicadas todas as normas, não sobra muito para eles produzirem.

Obviamente tem que haver uma reforma. Mas não da maneira que foi feito. A agricultura depende do meio ambiente funcionando. Um ecossistema saudável se consegue com um misto de preservação e agricultura. É uma falácia colocar o meio ambiente de um lado e a agricultura do outro.

O relator sempre se refere a um estudo da Embrapa, que demonstra que, excluindo todas as áreas protegidas (terras indígenas, unidades de conservação, APP e reserva legal), sobram menos de 30% do território brasileiro para agricultura. MARTINELLI: Esse estudo, tecnicamente, é um lixo que já foi contestado por vários colegas que trabalham com mudança no uso da terra. Tem estudos que mostram que se você só usar áreas abandonadas, áreas degradadas e áreas de pastagem de baixa produtividade você não precisa arrancar mais nenhuma árvore e você ainda consegue dobrar a área agricultável no país. Este estudo do pesquisador da Embrapa é uma falácia encomendada.

E esse foi o problema: o único estudo no qual o nobre deputado se baseou foi um estudo errado, que ele sabia que sofria fortes contestações.

Então o estudo teve um uso meramente político.

O Brasil tem tecnologia para aumentar a produção agrícola com desmatamento zero? MARTINELLI: Nós temos 200 milhões de hectares de pastagens.

A média no Brasil é uma cabeça de gado por hectare. Isso é muito pouco. Você facilmente coloca dois bois por hectare. Só nessa brincadeira você ganha 100 milhões de hectares. Se você somar as áreas de plantações de soja, cana e milho, que são as principais culturas, você não chega nem a 50 milhões de hectares.

O que a terra é no Brasil é mal aproveitada. Mas existe uma pressão muito grande para você aumentar as áreas para haver terra mais barata, você produzir com baixo custo e gerar mais lucro.

O que pode acontecer se houver o desmatamento desenfreado que o senhor teme? MARTINELLI: Nas florestas que forem retiradas vamos ter a perda da biodiversidade, perdas dos serviços dos ecossistemas, como a produção de água, a manutenção de insetos úteis. A intensificação do uso da terra, com maquinários pesados leva ao aumento da erosão do solo. Conforme a lavoura, você vai aumentar o uso de pesticidas, com o agravante de que muitos pesticidas banidos no mundo inteiro ainda continuam sendo usados no Brasil. O mais triste disso é que o Brasil é o primeiro país da história que criou uma agricultura tropical extremamente produtiva. E ao mesmo tempo nós temos uma mega biodiversidade. Esse é o Brasil do futuro, mas temos também a chance de perder essa oportunidade.

A candidata Marina Silva se declarou contra o relatório de Aldo Rebelo e convocou os outros presidentiáveis a se manifestarem, o que não aconteceu. MARTINELLI: Isso é preocupante.

Especialmente quando vejo o Xico Graziano (secretário de meio ambiente de São Paulo e coordenador da campanha do Serra) dizendo ser a favor da utilização de espécies exóticas para a compensação ambiental. Isso é de um desconhecimento científico cavalgar ou é de má fé.

Isso é muito grave. Do lado da Dilma, ela não mostrou nenhuma preocupação quanto às mudanças.

A Dilma tem se mostrado frequentemente com um certo desleixo ao meio ambiente, mas pelo menos ela está sendo coerente. Ela tem essa vertente de que o Estado deve passar em cima do meio ambiente, porque ela acha que o meio ambiente é um empecilho ao desenvolvimento.

Espero que a pressão continue, que os candidatos mostrem a que vieram e deixem a sociedade julgar.

Mudança polêmica O deputado Aldo Rebelo (PCdoBSP) é o relator do projeto de mudança do Código Florestal brasileiro.

O atual código data de 1965.

Para Aldo, é impossível obedecer à atual legislação ambiental brasileira, que, segundo ele, torna todos os brasileiros que comem arroz cúmplices de crime ambiental. Levantamento da assessoria do deputado mostra, com base em dados do IBGE, que 75% da produção do grão é irregular.

O relator defende que pequenos proprietários sejam liberados da exigência de preservar um percentual de suas propriedades — a chamada reserva legal. Já médios e grandes fazendeiros poderiam cumprir a obrigação fora de suas propriedades, adotando parques.

Segundo técnicos da Câmara, 90% das 5 milhões de propriedades rurais brasileiras estão na ilegalidade por não ter reservas legais demarcadas. Aldo diz que há mais de 16 mil dispositivos legais nessa área, o que inviabiliza a atividade agropecuária no país. Para solucionar distorções, ele propõe uma lei geral,

determinando a preservação de 20% da área do Pantanal, dos pampas, da caatinga e da Mata Atlântica; 35% do cerrado e 80% da Amazônia.

E que cada estado possa regulamentar regras específicas sobre as reservas legais e as áreas de preservação.

Agricultura produtiva - Emílio Odebrecht – Folha de São Paulo – Opinião – 20/06/2010

Vivemos hoje sob a égide de um desafio mundial, que é combinar a atividade agrícola com a preservação do meio ambiente. O conflito decorre da necessidade cada vez maior de áreas de terra para a produção de alimentos, o que em alguns países tem levado a um desmatamento galopante. Esse é um fato que a todos preocupa. Mas há saídas, porque hoje o que precisamos não é de mais terra para atender ao aumento da demanda. Precisamos é produzir mais no espaço que já existe, mediante investimentos em tecnologia e na qualificação das pessoas que trabalham no campo. Vejam este exemplo. A Fundação Odebrecht, desde 2003, concentra sua atuação na região do Baixo Sul da Bahia. São 11 municípios, onde vivem cerca de 250 mil pessoas. O propósito da fundação é criar um modelo de desenvolvimento integrado e sustentável, capaz de tornar próspera e dinâmica uma área rural estagnada e deficitária, mas com grande potencial ambiental.

Através de ações educacionais e de estruturação de cadeias produtivas, o programa está contribuindo para organizar a população regional a partir de unidades-família que vivem da agricultura. O foco é em atividades econômicas vocacionais locais. Uma delas é a produção de mandioca. Ali, o cultivo da mandioca é uma tradição ancestral, possivelmente herdada dos tupinambás que viveram na região. A produtividade média histórica era de 9 toneladas por hectare. Com a formação profissional agrícola recebida pelos jovens que ajudam os pais na roça e com o apoio da Embrapa, que desenvolveu estudos e pesquisas para selecionar espécies e melhorar o manejo do plantio até a colheita, a produção passou para uma média de 25 toneladas por hectare -quase o triplo. Tenho convicção de que o mesmo princípio se aplica ao agronegócio brasileiro, hoje extremamente condicionado à produção de commodities. Se migrarmos da produção de matérias-primas para produtos de maior valor agregado, vamos mudar o perfil e a qualidade de nossa pauta de exportações -o que, obviamente, depende de mudanças nas políticas governamentais e no comportamento do setor produtivo. Mas são dois caminhos que precisamos trilhar: produzir mais, em menos terra, agregando valor ao que for produzido. Adicionalmente, com a redução do desmatamento, nos tornaremos elegíveis à obtenção de recursos provenientes de créditos de carbono para financiar os projetos de incremento da produtividade. É uma equação relativamente simples, que, para se viabilizar, depende exclusivamente da nossa vontade.

EMÍLIO ODEBRECHT escreve aos domingos nesta coluna.

emilioodebrecht@uol.com.br

Brigas, acordos e o Código Florestal – Roberto Klabin – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 20/06/2010

Enquanto o Brasil está de olho na Copa e nas eleições, a qualidade de vida de todos os brasileiros e nossos bens mais essenciais - a água, o ar, o controle do clima e nossa imensa biodiversidade- estão sendo silenciosamente colocados em risco pelo Congresso Nacional, graças às propostas de mudança do Código Florestal. Pode parecer que se trata de uma briga entre ambientalistas e ruralistas ou do campo contra a cidade, mas não é isso. Todos, independente de onde moramos ou com o que trabalhamos, vamos sair perdendo se as propostas da comissão especial da Câmara dos Deputados que debate o caso forem aprovadas. O Código Florestal Brasileiro consolidou o princípio de que as florestas são bens de interesse comum e que o direito à propriedade se submete a esse interesse. Isso permeia toda a legislação ambiental e encontra abrigo no artigo 225 da Constituição Federal: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo". O relatório do deputado Aldo Rebelo, no entanto, ignora esse princípio e beneficia setores específicos da sociedade, em vez de garantir a qualidade de vida de todos. A definição das áreas de preservação por Estados e municípios, por exemplo, significa que vamos deixar que o abastecimento de água de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro seja ainda mais agravado, com o aumento de conflitos entre governos locais e proprietários de terra. Afinal, um único hectare de mata atlântica preservado gera, em média, 1.328.600 litros de água por ano, segundo dados do Programa Mata Ciliar do governo paulista. A região Sudeste já apresenta índices de escassez maiores que o semiárido e, sem a mata ciliar, a vida de um rio pode se esgotar em 40 anos. Além disso, desastres naturais como os de Santa Catarina, Angra dos Reis e Niterói tendem a se repetir se não garantirmos a proteção das encostas e a regulação do clima, feitas por nossas florestas.

Segundo Carlos Nobre, pesquisador do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), as mudanças propostas ao código aumentam ainda mais os riscos de que as áreas urbanas sofram com inundações e deslizamentos. A comissão especial também propôs a isenção das reservas legais para propriedades de até quatro módulos -o que ,no caso da mata atlântica, reduzida a 7% de sua cobertura original, ameaça os escassos remanescentes do bioma. Por fim, a proposta de anistia ao desmatamento já existente sinaliza que, no Brasil, quem cumpre a lei é tolo e os beneficiados são os que a descumprem. Há quem diga que, quando se trata de Código Florestal, um mau acordo é melhor do que a briga.

Mas não aceitamos resolver essa questão de maneira a simplificar o debate e esquecer o objetivo dessa legislação: a proteção ao patrimônio natural brasileiro. O Brasil tem mecanismos para superar esse impasse, mas parece faltar vontade. A pressa em votar o tema às vésperas das eleições, quando em geral os interesses do país ficam à mercê do que garante votos e reeleições, não contribui. Assim como não contribui o silêncio do Poder Executivo. Que tipo de preocupações estão por trás do silêncio de Lula e dos ministérios? O que precisamos agora é de lideranças esclarecidas, de todos os segmentos da

sociedade, dispostas a resolver essa questão; não pelo caminho do mau acordo, mas, sim, pela construção de uma agenda comum que estabeleça uma transição entre as regras atuais, que sempre podem ser aprimoradas. Tem que sobressair o interesse maior de garantir um futuro digno e de posicionar o Brasil como uma potência ambiental mundial.

ROBERTO KLABIN é empresário e presidente da Fundação SOS Mata Atlântica.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Proteger floresta no Brasil faz bem para a agricultura dos EUA – Claudio Angelo
– Folha de São Paulo – Ciência – 21/06/2010

Está circulando entre parlamentares ruralistas um estudo que pode dar argumentos em favor de mudanças no Código Florestal. Intitulado "Farms Here, Forests There" ("Fazendas Aqui, Florestas Lá", em inglês), o documento americano afirma que os agricultores dos EUA podem ganhar até US\$ 270 bilhões em 2030 com a redução do desmatamento nos países tropicais. O argumento é que a maior proteção às florestas prejudicará a produção de carne, soja, dendê e madeira em países como o Brasil. Isso levaria a um aumento dos preços e à abertura de um buraco na oferta, que seria preenchido pelos EUA. "Eliminar o desmatamento até 2030 limitará a receita para a expansão agrícola e para a atividade madeireira nos países tropicais, nivelando o campo de jogo para os produtores americanos no mercado global de commodities", afirma o estudo.

LOBBY

O objetivo do documento, lançado no fim de maio pela ONG Avoided Deforestation Partners, é convencer senadores dos EUA ligados ao agronegócio, a aprovarem a lei de mudança climática em tramitação no Senado. A lei prevê que os EUA possam negociar créditos de carbono ilimitados pelo desmatamento tropical evitado. Ou seja, o país pagaria para manter a floresta em pé no Brasil, por exemplo, e poderia abater o carbono que seria emitido pelo desmate das próprias metas de corte de poluição. O Brasil tem se oposto nas negociações internacionais a permitir que a redução no desmate possa gerar créditos ilimitados. O estudo corrobora a visão de que a conservação ambiental é uma desculpa dos países desenvolvidos para impor barreiras à agricultura do Brasil, mais competitiva. Tal visão permeia o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) que propõe reformar o Código Florestal reduzindo as áreas de mata protegidas em imóveis rurais. A proposta tramita numa comissão especial da Câmara dos Deputados. Segundo Paulo Adário, do Greenpeace, fiar-se na nova pesquisa como subsídio para mudar a lei brasileira seria ruim para a bancada ruralista. "O estudo tem problemas

sérios", afirma.
O principal, diz Adário, é não levar em conta que reduzir o desmate não diminui a fronteira agrícola brasileira.
"Só na Amazônia você tem 20 milhões de hectares de terras degradadas e abandonadas. Quando você para de desmatar, as terras já abertas ganham valor", afirma.
Citando um estudo de Gerd Sparovek, da USP, Adário afirma que é possível dobrar a produção no Brasil só usando áreas abertas e com alta aptidão agrícola.
Ele lembra que desde 2006 vigora uma moratória ao plantio de soja em áreas desmatadas na Amazônia, e nem a produção nem a produtividade caíram. "Neste ano ambas cresceram."
"O estudo faz projeções burras associando linearmente hectares de desmatamento a mais ou menos produto", pondera Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra Amazônia Brasileira.
"Assim, desconsidera que a determinante para a produção não é área e sim produtividade, especialmente nos países onde a produtividade média é baixa, o que é o caso das pastagens no Brasil."
Procurados, os autores do estudo não responderam aos pedidos de entrevista.

Especialista denuncia falsa dicotomia no Código Florestal – Sítio eletrônico do MST – 21/06/2010

21 de junho de 2010

Por Gabriel Brito e Valéria Nader Do Correio da Cidadania

A julgar pela opinião dominante dos maiores veículos de comunicação, que por sua vez tendem a reverberar somente as vozes que não são dissonantes de sua visão massacrante, nós, brasileiros, estamos diante de novo impasse: ‘Conservação versus Desenvolvimento’.

Não se trata esta da única ‘sinuca de bico’ imposta aos leitores por uma mídia maniqueísta, que prefere as velhas dicotomias, a exemplo da macetada ‘Estado versus Mercado’, a seguir por um caminho de maior reflexão sobre temas polêmicos.

O assunto agora em pauta são as mudanças em discussão no Código Florestal, especialmente no que diz respeito à redefinição das áreas de Reserva Legal e das Áreas de Proteção Permanente (as APPs) e à transferência para os estados do poder de legislar sobre elas, em detrimento da Federação. Uma das opiniões mais divulgadas sobre o assunto vem sendo a do deputado pelo PCdoB Aldo Rebelo.

Coincidentemente, uma opinião em absoluta e inegável rota de convergência com os interesses dos ruralistas, poderoso grupo econômico em nossa nação, cujo poder de decisão frente às temáticas agrícolas e ambientais de nosso combalido Congresso tem sido uma evidência há vários anos.

Rebelo vem entoando acalorada argumentação em favor das mudanças no código como única forma de conduzir ao desenvolvimento, ao mesmo tempo em que invoca a existência de uma conspiração internacional contra as mudanças de modo a manter a Amazônia inexplorada e o Brasil atrasado.

Uma visão que, na opinião do **geógrafo da USP Ariovaldo Umbelino**, peca por sua absoluta impropriedade, ao tratar a questão ambiental a partir somente da ótica social - como se a natureza não possuísse uma dinâmica própria, que pode

conduzir a inomináveis e incontáveis desastres ambientais a partir de um uso inadequado.

Destes desastres, toda a humanidade dá a sua prova. Confira a entrevista a seguir.

Correio da Cidadania: Qual a sua avaliação sobre o atual momento de discussão do Código Florestal Brasileiro, com a participação acalorada do deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, entoando forte argumentação em favor das mudanças do código como única forma de conduzir ao desenvolvimento, ao mesmo tempo em que invoca a existência de uma conspiração internacional contra as mudanças de modo a manter a Amazônia inexplorada e o Brasil atrasado?

Ariovaldo Umbelino: Em primeiro lugar, é preciso afirmar que a proposta de mudança do Código Florestal arrasta-se na Câmara dos Deputados há mais de 10 anos, tendo sido objeto de MP, ainda durante o governo FHC, a ampliação da Área de Preservação Permanente e da Área de Reserva Legal. Essas mudanças derivaram de compromissos que o governo brasileiro assumiu internacionalmente com o objetivo de ampliar os instrumentos de controle do processo de destruição dos ecossistemas do país, derivado, sobretudo, da forma agressiva e destruidora a partir da qual os diferentes agentes econômicos, especialmente os do agronegócio, vêem a natureza como fonte única e exclusiva de acúmulo de suas riquezas.

Em segundo lugar, é preciso dizer que havia sido instalado no Congresso, por ação dos representantes da bancada ruralista, uma espécie de terrorismo ecológico em oposição ao desenvolvimentismo econômico. Como se preservar a natureza, adotando técnicas conservacionistas e preservacionistas, atuasse no sentido contrário ao processo de desenvolvimento econômico e social. Isso quando a adoção de tais técnicas visa garantir para as futuras gerações que comporão a sociedade brasileira e mundial o usufruto pleno das condições ambientais que o planeta oferece hoje, diferentemente da continuidade dos processos de destruição implantados na atualidade no Brasil e que levarão à destruição.

Assim, nossa geração legará um meio ambiente sem possibilidade alguma de desenvolvimento de atividades econômicas, como são exemplos as áreas de arenização trazidas pela expansão da produção da soja no RS, aquilo que vem se chamando de áreas de desertificação no sertão da Bahia, as áreas chamadas pela própria bancada ruralista de pastagens degradadas no Centro-Oeste... São todas derivações desses processos insanos de uso da natureza em sua plenitude, que levarão nosso país a uma situação de caos ambiental no futuro.

É necessário ainda dizer que o deputado Aldo Rebelo anda equivocado no ponto de vista de reforçar a oposição que mencionei, de preservação/conservação contra desenvolvimento econômico. Aliás, não é apenas agora que o ilustre parlamentar se equivoca. No episódio que envolveu a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, também julgou que a demarcação iria contra o desenvolvimento econômico, representado pela presença arbitrária de produtores de arroz dentro da área de povos indígenas de Roraima.

Na realidade, a tese que o deputado desenvolve e defende não tem o mínimo de procedência, pois tende a tratar a questão ambiental com uma ótica exclusivamente social, sendo que a natureza possui processos intrínsecos e dinâmicas próprios, que, a partir do uso inadequado por parte da sociedade humana, desencadeiam um conjunto de desastres ambientais. É o que temos visto ocorrer em diferentes porções do território brasileiro, como SC e RJ, entre outras regiões que têm apresentado as conseqüências dessa ocupação sem o mínimo critério preservacionista e

conservacionista.

Correio da Cidadania: Em entrevista concedida a este Correio no final de 2009, o senhor avaliava que a possibilidade de transferir aos estados o poder de legislar sobre o tamanho das reservas legais e áreas de preservação – uma das mudanças mais importantes propostas para o Código Florestal – seria absurda, vez que biomas e ecossistemas não reconhecem limites político-administrativos. Ao mesmo tempo, estaria em curso uma investida dos ruralistas, que contam com forte poder político nas unidades da federação. Pensa que tal medida será validada, pelo Congresso ou pelo presidente?

Ariovaldo Umbelino: Este é outro ato de insanidade e desconhecimento da causa sobre a qual se está legislando. Os fenômenos que envolvem a preservação, a conservação e os diferentes biomas do país não obedecem ao critério administrativo.

É a mesma coisa que legislarmos sobre a propriedade privada da terra colocando-a sob a administração de municípios e estados. Seria um caos completo no país. A propriedade privada da terra, os biomas e os ecossistemas nacionais têm de ser administrados a partir de uma ótica nacional, pois são constituintes de processos e dinâmicas que não respondem a limites territoriais entre os diferentes entes que formam a federação brasileira.

Portanto, trata-se de um desconhecimento. Inclusive, penso que o deputado Aldo Rebelo está deixando de lado tudo aquilo que estudou nos bancos escolares, tudo aquilo que leu enquanto militante do PCdoB, estando agora, a seu livre arbítrio, fazendo análises e julgamentos descabidos, sem nenhum procedimento de caráter científico, que normalmente constitui a forma de abordagem política dos comunistas do mundo inteiro.

Correio da Cidadania: Quanto à diminuição das áreas de reserva legal na Amazônia de 80% para 50% e a intenção de incluir as APPs, as Áreas de Proteção Permanente, na reserva legal, o senhor também salientava que são medidas associadas aos interesses dos grandes proprietários. 380 milhões de hectares de terras no país sem documentação implicam em impossibilidade dos proprietários de cumprimento da legislação da terra, quanto mais da legislação ambiental. Como está essa discussão, acredita que será aprovada essa redução?

Ariovaldo Umbelino: Com relação à necessidade de se estabelecer um controle nas APPs e na demarcação de registro cartorial das Reservas Legais, é preciso dizer o seguinte: toda lei, pelo princípio jurídico universal, entra em vigor na data da sua publicação. Isso quer dizer que, ao tratar do passado, ela pode ter posturas que reconhecem o que aconteceu até o ato da lei, ou pode impor, por conta dos passivos gerados por uso descabido do meio ambiente, medidas que vão recompor os biomas afetados.

No caso particular, o que temos é uma situação que eu definiria como estapafúrdia, pois, na realidade, o Estado incumbido, do ponto de vista legal, da fiscalização do Código Florestal ora objeto de discussão e alteração não fez, através de seus órgãos competentes, a devida fiscalização. Isso significa que se instaurou no país o desrespeito à legislação existente. E agora é preciso verificar cautelosamente as diferentes situações durante o processo de reformulação.

Falando de modo estritamente jurídico, todos aqueles que não respeitaram a legislação do código desde sua assinatura na década de 60 não apenas cometeram crimes ambientais, como deveriam ir à justiça responder por eles. O que se está fazendo é uma coisa que do ponto de vista do direito, em minha modesta opinião, é um absurdo total.

Está se repetindo a mesma coisa vista na introdução dos transgênicos. Aqueles

que introduziram os transgênicos cometeram vários crimes. No entanto, a legislação veio em seu benefício e eles foram perdoados pelos crimes cometidos, já que antes os transgênicos eram proibidos por lei e foram introduzidos clandestinamente.

Agora é o mesmo com o Código Florestal. De tanto haver transgressão às leis, a transgressão pode vir a ser ‘perdoada’, num claro mau exemplo a toda a sociedade, que vai entender o recado: a lei foi feita, mas não para ser cumprida, pois, em outras palavras, o crime compensa.

Correio da Cidadania: Mas acredita que todas estas medidas serão aprovadas ao final?

Ariovaldo Umbelino: Quando analisamos a composição atual do Congresso, acredito que lá se votará e aprovará qualquer tipo de proposta que passe pelo beneplácito do governo atual. Foi o que aconteceu no ano passado com a MP 458 e no ano anterior com a MP 422. Acredito que estamos prestes a ver mais um ato de insanidade, a ser tomado pelo nosso Congresso Nacional. E a postura deveria ser de mais juízo, fazendo-se o debate da questão, mas sem colocá-la em votação, levando a temática para a campanha eleitoral e, para o novo Congresso, a mudança da legislação. Neste caso, sim, com o beneplácito, ou não, da população brasileira que elegerá seus novos representantes.

Correio da Cidadania: Pelas propostas de mudança, haveria alguma possibilidade de benefício ao pequeno agricultor, segundo defendem os ideólogos da mudança?

Ariovaldo Umbelino: No Brasil sempre foi muito comum os pequenos produtores serem usados como bucha de canhão para que os médios e grandes proprietários atingissem seus objetivos. Sempre foi assim. Foi o que ocorreu na MP 458, quando a regularização dos posseiros da Amazônia era a justificativa para a regularização da área dos grileiros.

É bom esclarecer que os pequenos agricultores, a respeito da regularização de suas posses, já tinham uma legislação que lhes garantia a posse do terreno. Agora, com relação ao cumprimento do Código Florestal, é evidente que seria necessário verificar se o processo de destruição das APPs e o não registro da Reserva Legal, por exemplo, foram um ato deliberado desses agricultores durante o período de vigência da lei. Se foi este o caso, esses agricultores não deveriam ficar impunes, podendo-se pensar em atenuantes, períodos maiores que eles teriam para recompor a vegetação nativa das APPs e fazer a demarcação de recomposição da vegetação nativa, inclusive abrindo a possibilidade de obterem acesso ao apoio científico e tecnológico das universidades federais no processo de recomposição. Podemos discutir atenuantes, mas mesmo o setor que de maneira geral vem sendo penalizado na agricultura brasileira não deveria ser livrado da pena por infração ao Código Florestal.

Já os médios e grandes produtores poderiam ter um prazo muito mais restrito para tal recomposição, já que são capitalistas e se vangloriam de a agricultura brasileira ser a mais rentável do planeta. Portanto, devem agora usar esses recursos financeiros e tecnologia, de que se arrogam para ficar no Brasil, para recompor as vegetações urgentemente. E a eles deveriam ser infligidas não só as penas que a lei determina, como também o rigor e o prazo curto para a recomposição das APPs e Reservas Legais.

É evidente que o país e o INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Tecnológica) possuem um vasto arquivo de imagens de satélite, desde a década de 70, que permitiria verificar o momento histórico em que as derrubadas aconteceram. Seria possível saber quem devastou APPs e reservas antes, quando não havia legislação que protegesse essas duas formas de preservação da natureza. É preciso separar o que

ocorreu no passado do país, quando não havia lei voltada à conservação da natureza, de tudo o que aconteceu depois da existência da lei.

Nos comentários que leio e entrevistas que vejo de integrantes da bancada ruralista e do próprio Aldo Rebelo, parece que estão confundindo os que praticaram devastação antes da lei com aqueles que o fizeram depois. Estão tentando juntar não criminosos com criminosos, outro absurdo que deveria ser evitado nos debates e ações do Congresso.

Correio da Cidadania: De todo modo, nosso Código Florestal já tem mais de 40 anos. Haveria mudanças ou atualizações pertinentes a serem feitas?

Ariovaldo Umbelino: A alteração da Reserva Legal, por exemplo, foi objeto da MP que deu origem a esse debate no Congresso que até hoje se arrasta. É evidente que nenhuma lei tem efeito retroativo. O que se pode fazer é criar uma série de fatores que permitam recomposição.

Cito como exemplo as APPs. Para aqueles que cometeram a imprudência de devastá-la antes da lei, devem ser dados prazos para a recomposição, compatíveis com suas rendas. Para os pequenos, uma determinada medida; para médios e grandes, outra.

Mas para aqueles que destruíram depois da lei, há dois crimes cometidos. Primeiro, a infração da lei. Depois, o perdão do crime se o Congresso aprovar a mudança.

É preciso uma atitude serena no sentido de que o descumprimento da lei só deseduca a população brasileira, o que tem acontecido no país há muito tempo. Nem sempre as pessoas cumprem as leis e ainda por cima são premiadas. Isso cria na sociedade uma visão profundamente equivocada de que a lei não foi feita para ser cumprida, com todas as conseqüências.

No caso da Amazônia brasileira, antes dessa MP objeto de debate, o Código Florestal previa a demarcação de 50% da área como Reserva Legal. Eram 50%, mas, com a alteração por MP, elevou-se para 80%. Inclusive - eu que estudei os processos de colonização e desenvolvimento da Amazônia brasileira nos governos militares posso lembrar -, havia um prazo para fazer as derrubadas e ocupação econômica da área, senão perdia-se direito aos lotes entregues.

É preciso ter cautela, mas já naquela época nenhum desmatamento era feito acima dos coeficientes do Código Florestal, e tal argumento está sendo utilizado para encobrir o desmatamento acima de 50% da Amazônia brasileira.

Todo cuidado é pouco, pois, propositalmente, a bancada ruralista mistura desmatamentos anteriores e posteriores ao código, no sentido de confundir a população e fazer valer esse argumento esdrúxulo de que conservação da natureza se opõe ao desenvolvimento econômico.

Correio da Cidadania: Ainda que eventualmente viéssemos a ter um Código Florestal elogiável em seu texto, em que medida ele esbarraria na grande lacuna da regularização fundiária do país?

Ariovaldo Umbelino: Eu penso que a legislação ambiental brasileira é bastante positiva e coerente com as legislações do mundo inteiro, com uma diferença: não se podem comparar os biomas e ecossistemas das áreas temperadas com os das áreas tropicais, pois estes são muito mais sensíveis, tendo em vista que as ações da natureza, sobretudo do ponto de vista climatológico, são muito mais destruidoras nas faixas tropicais que nas temperadas.

Inclusive uma parte de toda a umidade que o solo recebe deriva dos degelos de neve etc. Aqui não. Aqui, as chuvas em excesso e em falta destroem. Vivemos em uma área do planeta em que é preciso ter muito cuidado com a natureza, sob o risco

de legarmos às gerações futuras processos irreversíveis de destruição ambiental.

É preciso ter em mente esses conceitos básicos que formam o conhecimento da humanidade, trazidos pela ciência e pela tecnologia, permitindo que a análise de congressistas no que se refere à legislação esteja amparada por especialistas.

Voltando de forma direta à pergunta, é preciso dizer que a legislação brasileira é de qualidade, e que nosso problema não é fazer uma legislação melhor ainda, o que seria um ato altamente positivo por parte do Congresso. Mas o problema é que o debate instaura uma oposição entre conservar e preservar a natureza e os processos de destruição que o agronegócio tem trazido ao meio ambiente deste país.

O governo atual, em seu segundo mandato, adotou uma postura completamente absurda e tresloucada por conta do apoio incondicional ao agronegócio do país. E estamos agora assistindo ao mesmo que aconteceu com relação às MPs 422 e 458 e com relação aos 67 milhões hectares de terras do INCRA na Amazônia legal que serão transferidos de forma praticamente gratuita aos grileiros.

Correio da Cidadania: Considera, portanto, sofrível a política ambiental do atual governo? Em que medida a sua condução ajudou a que se confluísse para o atual estado de embate em torno do Código Florestal?

Ariovaldo Umbelino: O governo, em seu segundo mandato, não teve planejamento algum, do ponto de vista nacional, para a área. E é evidente que um governo sem plano faz aquilo que sua base parlamentar solicita, pois ele não tem horizonte, não tem rumo. E essa ausência de rumo se dá simultaneamente ao apoio incondicional ao agronegócio e à bancada ruralista.

Um dos últimos atos do órgão competente do Ministério do Desenvolvimento Agrário foi definir o preço que os grileiros terão de pagar. E vimos o absurdo que se propôs: que eles paguem R\$ 2,99 por hectare. Quando li a notícia até pensei que os dirigentes desse setor do MDA tinham se equivocado. Talvez estivessem pensando naquela forma de comércio de produtos importados sem nenhuma utilidade vendidos a R\$ 1,99. Achei que era nisso que eles pensavam quando anunciaram os preços das terras do INCRA na Amazônia legal.

Mas depois vi que era outra coisa! Ou seja, mais uma vez o crime compensa. É melhor cometer o crime, pois depois virá o perdão. E junto do perdão, os preços baixos e insignificantes que o governo impõe ao patrimônio público para que seja repassado a esses criminosos grileiros de terra. A mesma atitude está sendo tomada com o Código Florestal.

A saída da ministra Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente já teve esse componente. É bom lembrar que, depois da sua saída, o desmatamento aumentou e o descumprimento da legislação ambiental continuou. E o que o governo fez foi alterar o decreto que previa o cumprimento do Código Florestal. O governo atual baixou um decreto que adiava as multas que o IBAMA já estava aplicando àqueles que cometeram crimes contra a legislação ambiental.

O governo atual já mostra, com exemplos cabais, desrespeito à legislação existente, o que obviamente abre caminho político para que a alteração da legislação se faça dentro daquilo que deseja a bancada ruralista.

Toda essa composição faz com que, no Brasil, o governo não apenas legisle perdoando os crimes contra as leis, como ainda não apóie a defesa de legislação que proteja a natureza e permita legarmos às gerações futuras um meio ambiente do qual possam se orgulhar de herdar.

Código Florestal – Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto
– 21/06/2010

Se você não leu, recomendo a leitura da apresentação do parecer do deputado federal Aldo Rebelo (PC do B-SP) ao Projeto de Lei n.º 1.876/99, relativo ao Código Florestal. Além de um texto muito bem escrito, você poderá ficar vacinado contra as hipocrisias que têm sido ditas a propósito dele. O deputado insere-se na melhor tradição brasileira de defesa da soberania nacional. O parecer não é favorável ao “desmatamento”, como tem sido veiculado, mas a favor do desenvolvimento sustentável baseado numa agricultura pujante, seja ela de assentados, agricultores familiares, pequenos, médios e grandes. Hoje, é como se as palavras agricultura e pecuária estivessem ganhando sentido pejorativo. Faltaria somente explicar como os brasileiros - e os habitantes do planeta - vão comer, salvo se a opção for destinar à miséria os cidadãos do País.

O Código Florestal de 1965, elaborado durante o regime militar, obedeceu a um ritual próprio da democracia, pô meio de um projeto de lei e de discussões no Congresso Nacional. Desde então, no entanto, ele foi objeto, no dizer do deputado, de “absurdas alterações” que o desfiguraram completamente: “É paradoxal que em plena democracia ele tenha sido completamente alterado por decretos, portarias, resoluções, instruções normativas e até por uma medida provisória que virou lei sem nunca ter sido votada.” Em regime autoritário, procedimentos democráticos, legislativos, foram observados, enquanto em regime democrático se aprofundou a tendência, de cunho autoritário, de impor regulamentações por atos administrativos emanados do Poder Executivo. A pauta ambientalista avançou por atos administrativos graças a uma legislação infralegal que deformou a lei existente.

Nesta perspectiva, os modernos ambientalistas preferem não seguir os ritos democráticos, advogando por legislar via atos administrativos, à revelia do Poder Legislativo. Por causa dessas medidas, a “legislação põe na ilegalidade mais de 90% do universo de 5,2 milhões de propriedades rurais no país”. A situação é tanto mais Grave do ponto de vista constitucional em razão de esses atos administrativos terem efeito retroativo. Nunca é demais lembrar que só no nazismo as leis tiveram efeito retroativo. Quem plantou, no passado, de acordo com legislação vigente, legalmente, portanto, torna-se, por um ato administrativo, ilegal! Potencialmente, se não efetivamente, um “criminoso”. “Homens do campo, cumpridores da lei, que nunca haviam freqüentado os tribunais ou as delegacias de polícia, viram-se, de repente, arrastados em processos, acusações e delitos que não sabiam ter praticado. Houve casos de suicídio, de abandono das propriedades por aqueles que não suportaram a situação em que foram colhidos.”

O País tem sido objeto de espetáculos midiáticos globais, protagonizados por diretores de cinema, atores e atrizes, que tornam a natureza brasileira, em especial a Amazônia, objeto de seu maior apreço. Cabe aqui a pergunta, suscitada pelo deputado, citando o padre Antônio Vieira: “Estão aqui em busca do nosso bem ou dos nossos bens?” Se fossem minimamente coerentes, deveriam lutar pela recomposição das florestas nativas em seus respectivos países. O diagnóstico do parecer é preciso. Os EUA destruíram “quase completamente” as suas florestas nativas, enquanto na Europa a destruição foi completa. O Brasil, por sua vez, responde por quase 30% do que restou de toda a cobertura vegetal original do planeta. Logo, os ambientalistas deveriam lutar pela recomposição das florestas nativas nos EUA, no Reino Unido, na Holanda, na França, na Alemanha, na Itália. Por que não o fazem?

Será por que os interesses da agricultura desses países seriam contrariados? Poderiam retirar os subsídios agrícolas da pecuária européia e americana e, portanto, diminuir a produção de gases produzidos pelos rebanhos. Por que se imiscuem na pecuária brasileira, deixando a européia e a americana intactas? Poderiam não produzir mais tanta uva, com incentivos para a produção de vinhos. Diminuiriam o problema das encostas e poderiam ver florescer florestas nativas, com sua flora e sua fauna originárias. Não deveria valer a criação de “florestas” que são verdadeiros bosques e parques para os cidadãos fazerem piqueniques nos fins de semana! Vamos tomar a sério a reconstituição das florestas nativas! O resto é mero exercício de hipocrisia.

Ademais, no Brasil, vieram a ser de uso corrente conceitos como os de “reserva legal” – (áreas que deveriam ser preservadas, nas propriedades, para a conservação da natureza, de 20% no Sul e Sudeste, 35% no Centro-Oeste e 80% na Amazônia – e áreas de preservação permanente (APPs), como encostas de morros e margens de rios.

A norma da “reserva legal” não existe em nenhum outro país, muito menos nos desenvolvidos, que financiam, “paradoxalmente”, as ONGs internacionais. A legislação das APPs deles é muito menos rigorosa do que a nossa. Cabe novamente a pergunta: por que essas ONGs que tanto dizem prezar a natureza não fazem os mesmos movimentos nos EUA e nos países europeus, lutando pela criação da reserva legal e por uma aplicação muito mais ampla e rigorosa das APPs? Vale aqui e não vale lá? A que interesses respondem? No Brasil, se toda a legislação atual for aplicada, como querem essas ONGs nacionais e internacionais, várias áreas de cultivo, como as de banana e café no Sudeste, arroz, uva e tabaco no Sul, a pecuária no Pantanal e na Amazônia Legal, soja no cerrado, as florestas plantadas e a cana-de-açúcar, entre outras, ficarão inviabilizadas. Áreas já consolidadas há décadas, se não séculos, deverão ser desativadas, com reflexos evidentes na mesa dos brasileiros e na economia nacional. A comida ficará mais cara e o País, de exportador, tornar-se-á importador de Alimentos e produtos agrícolas. Os países patrocinadores dessas ONGs ficarão muito agradecidos. E os “ambientalistas” gritarão vitória. Vitória de quem?

Código Florestal: a comida ficará mais cara – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 21/06/2010

Se você não leu, recomendo a leitura da apresentação do parecer do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao projeto de lei nº 1.876/99, relativo ao Código Florestal. Além de um texto muito bem escrito, você poderá ficar vacinado contra as hipocrisias, que têm sido ditas a propósito dele. O deputado se insere na melhor tradição brasileira de defesa da soberania nacional.

O parecer não é favorável ao “desmatamento” como tem sido veiculado, mas a favor de um desenvolvimento sustentável, baseado numa agricultura pujante, seja ela de assentados, agricultores familiares, pequenos, médios e grandes. Hoje, é como se as palavras agricultura e pecuária estivessem ganhando um sentido pejorativo. Faltaria somente explicar como os brasileiros — e os habitantes do planeta — vão comer, salvo se a opção for destinar à miséria os cidadãos do país.

O Código Florestal de 1965, elaborado durante o regime militar, obedeceu a um ritual próprio da democracia, através de um projeto de lei e de discussões no Congresso Nacional. No entanto, desde então, ele foi objeto, no dizer do deputado, de “absurdas alterações”, que o desfiguraram completamente. “É paradoxal que em plena

democracia ele tenha sido completamente alterado por decretos, portarias, resoluções, instruções normativas e até por uma medida provisória que virou lei sem nunca ter sido votada.” Em regime autoritário, procedimentos democráticos, legislativos, foram observados, enquanto em regime democrático aprofundou-se a tendência, de cunho autoritário, de impor regulamentações através de atos administrativos emanados do Poder Executivo. A pauta ambientalista avançou por atos administrativos, graças a uma legislação infralegal que deformou a lei existente.

Nesta perspectiva, os modernos ambientalistas preferem não seguir os ritos democráticos, advogando por legislar através de atos administrativos, à revelia do Poder Legislativo.

Graças a essas medidas, a “legislação põe na ilegalidade mais de 90% do universo de 5,2 milhões de propriedades rurais no país”. A situação é tanto mais grave do ponto de vista constitucional devido ao fato de esses atos administrativos terem efeito retroativo. Nunca está demais lembrar que só no nazismo as leis tiveram efeito retroativo. Quem plantou no passado, de acordo com legislação vigente, legalmente portanto, torna-se, por um ato administrativo, ilegal! Potencialmente, senão efetivamente, um “criminoso”. “Homens do campo, cumpridores da lei, que nunca haviam frequentado os tribunais ou as delegacias de polícia, viram-se, de repente, arrastados em processos, acusações e delitos que não sabiam ter praticado.

Houve casos de suicídio, de abandono das propriedades por aqueles que não suportaram a situação em que foram colhidos.” O país tem sido objeto de espetáculos midiáticos globais, protagonizados por diretores de cinema, atores e atrizes, que tornam a natureza brasileira, em especial a Amazônia, objeto de seu maior apreço. Cabe aqui a pergunta, suscitada pelo deputado, citando o padre Antônio Vieira: “Estão aqui em busca do nosso bem ou dos nossos bens?” Se fossem minimamente coerentes, deveriam lutar pela recomposição das florestas nativas em seus respectivos países. O diagnóstico do parecer é preciso.

Os EUA destruíram “quase completamente” as suas florestas nativas, enquanto na Europa a destruição foi completa. O Brasil, por sua vez, responde por quase 30% do que restou de toda a cobertura vegetal original do planeta.

Logo, os ambientalistas deveriam lutar pela recomposição das florestas nativas nos EUA, no Reino Unido, na Holanda, na França, na Alemanha, na Itália. Por que não o fazem? Será por que os interesses da agricultura desses países seriam contrariados? Poderiam retirar os subsídios agrícolas das pecuárias europeia e americana e, portanto, diminuir a produção de gases produzidos pelos rebanhos. Por que se imiscuem na pecuária brasileira, deixando as europeia e americana intactas? Poderiam não produzir mais tanta uva, com incentivos para a produção de vinhos. Diminuiriam o problema das encostas e poderiam ver florescer florestas nativas, com a sua flora e a fauna originárias. Não deveria valer a criação de “florestas”, que são verdadeiros bosques e parques para os cidadãos fazerem piqueniques nos finais de semana! Vamos tomar a sério a reconstituição das florestas nativas! O resto é mero exercício de hipocrisia.

Ademais, no Brasil, vieram a ser de uso corrente conceitos como os de “reserva legal” (áreas que deveriam ser preservadas, nas propriedades, para a conservação da natureza, de 20% no Sul e Sudeste, 35% no Centro-Oeste e 80% na Amazônia) e APPs (áreas de preservação permanente como encostas de morros e margens de rios). A norma da “reserva legal” não existe em nenhum outro país, principalmente os desenvolvidos, que financiam, “paradoxalmente”, as ONGs internacionais. A legislação das APPs deles é muito menos rigorosa do que a nossa. Cabe novamente a pergunta: por que essas ONGs que tanto dizem prezar a natureza

não fazem os mesmos movimentos nos EUA e nos países europeus, lutando pela criação da reserva legal e por uma aplicação muito mais ampla e rigorosa das APPs? Vale aqui e não vale lá? A quais interesses respondem? No país, se toda a legislação atual for aplicada, como querem essas ONGs nacionais e internacionais, várias áreas de cultivo como a banana e o café no Sudeste, o arroz, a uva e o tabaco no Sul, a pecuária no Pantanal e na Amazônia Legal, a soja no Cerrado, as florestas plantadas e a cana de açúcar, entre outras, ficarão inviabilizadas.

Áreas já consolidadas, há décadas, senão séculos, deverão ser desativadas, com reflexos evidentes na mesa dos brasileiros e na economia nacional. A comida ficará mais cara e o país, de exportador, se tornará importador de alimentos e produtos agrícolas. Os países patrocinadores dessas ONGs ficarão muito agradecidos. E os “ambientalistas” gritarão vitória. Vitória de quem

"Novo Código pode abrir guerra ambiental", diz ministra do Meio Ambiente –
Sítio eletrônico do MST – 22/06/2010

22 de junho de 2010

De O Estado de S. Paulo

A possibilidade de uma guerra ambiental entre Estados, que poderiam disputar investimentos em troca de mais liberdade a desmatadores, é uma das consequências do projeto de mudança no Código Florestal, proposto pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) e em debate na Câmara. A advertência é da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Há chance de o Código Florestal ser mantido do jeito que está?

Acho que a lei atual tem problemas. E defendo o aperfeiçoamento do código, sim, mas com uma visão de natureza estratégica, e não só trabalhando passivos ambientais associados à agricultura.

A sra. crê ser possível recuperar a vegetação nativa do que foi desmatado de reserva legal e áreas de proteção permanente?

A primeira versão do código é de 1965. O que havia antes deve ser entendido como situação consolidada. Claro que, num debate como esse, vou ter perdas. Há déficit de reserva legal pela lei atual, e terei de aceitar esse déficit, porque não é viável economicamente nem ambientalmente eu remover de topo de morro áreas consolidadas, por exemplo. É um fato, vamos lidar com isso. Senão eu também teria de remover as 350 mil pessoas que moram na favela da **Rocinha** e plantar vegetação nativa. É tão simples quanto isso.

Quanto desse passivo deve ser tratado não mais como passivo?

Há plantações de café de mais de cem anos, claro que isso tem de ser considerado como situação consolidada. É diferente de uma pessoa que desmatou em dezembro de 2007 de forma ilegal. A proposta em debate coloca todos no mesmo patamar. Mas, se vamos ter um corte, então por que não adotar 2001, que foi a última mudança do código? Por que 2008, como propõe o deputado? Quem desmatou com a autorização do Estado não pode ser comparado com aquele que podia desmatar 20% e desmatou 100%. Esse, intencionalmente, feriu a lei.

O projeto como foi apresentado anistiará desmatadores?

Ele sugere anistia. A estratégia do ministério é tentar romper essa polarização entre ambientalistas e ruralistas radicais.

Qual a consequência de desobrigar propriedades de até 4 módulos fiscais de preservar uma parcela dos imóveis, uma das principais propostas de Rebelo?

Vejo insuficiências técnicas na proposta do relator. O dano pode ser muito maior no médio prazo. Temos de dar tratamento diferenciado a propriedades menores e reconhecer que o que acontece na Amazônia é diferente da situação do Sul e do Sudeste, onde a grande concentração fundiária faz com que a área de imóveis abaixo de 4 módulos seja pequena, mas geograficamente concentrada no norte do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, sul de Minas Gerais, agreste e sertão nordestinos. Se o projeto extinguir reserva legal nessas áreas, vão se formar grandes polígonos sem proteção, exatamente nas áreas que foram expostas a sucessivos desmatamentos, comprometendo as reservas de recursos hídricos.

A moratória de cinco anos no desmatamento prevista pelo projeto é suficiente para o País cumprir as metas de redução das emissões de gases do aquecimento global?

Temos milhões de hectares de áreas degradadas. É possível continuar trabalhando com desenvolvimento tecnológico e aumento de produtividade. Mas quem paga essa conta? Ela tem de ser discutida. E não é só com mercado de carbono que se equaciona isso. Na transição para o baixo carbono, o governo tem papel importante. A agricultura brasileira não pode ficar refém de barreiras que serão tratadas no futuro como barreiras não tarifárias. Temos muita gente boa, competente, produzindo de maneira sustentável e de acordo com a lei. E devemos fazer com que aqueles que estão fora da lei sejam colocados dentro da lei. A regularização ambiental é estratégica.

O relatório do deputado aponta as ONGs como peças de um movimento protecionista contra a agropecuária brasileira. O que a sra. diz sobre a atuação delas?

Eu trabalho com ONGs sérias, quer do movimento ambiental quer do movimento social, e não opino sobre questões ideológicas. Acho importante que o deputado possa levantar questões ideológicas. Mas nós temos parcerias sólidas, acho que é preciso separar o joio do trigo. Eu converso com todos, ambientalistas e ruralistas, é minha obrigação. Isso não é briga de dois grupos. Eu não admito a simplificação, eu não admito simplificar o Código Florestal à questão das pererecas e minhocas. Isso é inaceitável.

O que significa transferir para os Estados o poder de dizer o que é área consolidada do agronegócio e qual deve ser a área de proteção às margens dos rios, podendo ser reduzida a 7,5 m?

O projeto veio sem estudos técnicos; é como se os rios nascessem todos com 30, 40, 50 m. Todo rio nasce pequeno e daí a importância de você preservar e proteger as matas ciliares onde você tem as nascentes. Não digo que não pode mexer, mas que não dá para fazer arbitrariamente. Os Estados têm competência de averbar reserva legal desde 98. E não chegam a 20% as propriedades averbadas no País. É competência dos Estados fazer zoneamento econômico ecológico. Outro aspecto: qual é a escala que trabalhamos, qual o custo disso, qual a tecnologia a ser usada, qual a base de informação comum? É um debate que não fica em menos de cinco anos.

Pode significar um "liberou geral"?

Depende. Acho que a descentralização é importante, mas tem de ser acompanhada de condições para que isso aconteça, para evitar que se transforme em critério de competição entre os Estados. "Vem pra cá com seu investimento que sou menos rígido na legislação ambiental, vem pra cá que vou flexibilizar tal coisa." Isso está na mesa.

A ideia é caminhar para um substitutivo?

O caminho mais razoável não é empurrar com a barriga. O ministério é o primeiro a desejar uma lei de **Código Florestal** que possa ser cumprida. Mas não é no grito que você faz acordos dentro do Congresso.

‘Código pode abrir guerra ambiental’ – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 22/06/2010

A possibilidade de uma Guerra ambiental entre Estados, que poderiam disputar investimentos em troca de mais liberdade a desmatadores, é uma das conseqüências do projeto de mudança no Código Florestal, proposto pelo deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) e em debate na Câmara. A advertência é da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

- Há chance de o Código Florestal ser mantido do jeito que está?

Acho que a lei atual tem problemas. E defendo o aperfeiçoamento do código, sim, mas com uma visão de natureza estratégica, e não só trabalhando passivos ambientais associados à agricultura.

- A Sra. crê ser possível recuperar a vegetação nativa do que foi desmatado de reserva legal e áreas de proteção permanente?

A primeira versão do código é de 1965. O que havia antes deve ser entendido como situação consolidada. Claro que, num debate como esse, vou ter perdas. Há déficit de reserva legal pela lei atual, e terei de aceitar esse déficit, porque não é viável economicamente nem ambientalmente eu remover de topo de morro áreas consolidadas, por exemplo. É um fato, vamos lidar com isso. Senão eu também teria de remover as 350 mil pessoas que moram na favela da Rocinha e plantar vegetação nativa. É tão simples quanto isso.

- Quanto desse passivo deve ser tratado não mais como passivo?

Há plantações de café de mais de cem anos, claro que isso tem de ser considerado como situação consolidada. É diferente de uma pessoa que desmatou em dezembro de 2007 de forma ilegal. A proposta em debate coloca todos no mesmo patamar. Mas, se vamos ter um corte, então por que não adotar 2001, que foi a última mudança do código? Por que 2008, como propõe o deputado? Quem desmatou com a autorização do Estado não pode ser comparado com aquele que podia desmatar 20% e desmatou 100%. Esse, intencionalmente, feriu a lei.

- O projeto como foi apresentado anistiará desmatadores?

Ele sugere anistia. A estratégia do ministério é tentar romper essa polarização entre ambientalistas e ruralistas radicais.

- Qual a conseqüência de desobrigar propriedades de até 4 módulos fiscais de preservar uma parcela dos imóveis, uma das principais propostas de Rebelo?

Vejo insuficiências técnicas na proposta do relator. O dano pode ser muito maior no médio prazo. Temos de dar tratamento diferenciado a propriedades menores e reconhecer que o que acontece na Amazônia é diferente da situação do Sul e do Sudeste, onde a grande concentração fundiária faz com que a área de imóveis abaixo de 4 módulos seja pequena, mas geograficamente concentrada no norte do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, sul de Minas Gerais, agreste e sertão nordestinos. Se o projeto extinguir reserva legal nessas áreas, vão se formar grandes

polígonos sem proteção, exatamente nas áreas que foram expostas a sucessivos desmatamentos, comprometendo as reservas de recursos hídricos.

- A moratória de cinco anos no desmatamento prevista pelo projeto é suficiente para o País cumprir as metas de redução das emissões de gases do aquecimento global?

Temos milhões de hectares de áreas degradadas. É possível continuar trabalhando com desenvolvimento tecnológico e aumento de produtividade. Mas quem paga essa conta? Ela tem de ser discutida. E não é só com mercado de carbono que se equaciona isso. Na transição para o baixo carbono, o governo tem papel importante. A agricultura brasileira não pode ficar refém de barreiras que serão tratadas no futuro como barreiras não tarifárias. Temos muita gente boa, competente, produzindo de maneira sustentável e de acordo com a lei. E devemos fazer com que aqueles que estão fora da lei sejam colocados dentro da lei. A regularização ambiental é estratégica.

- O relatório do deputado aponta as ONGs como peças de um movimento protecionista contra a agropecuária brasileira. O que a Sra. diz sobre a atuação delas?

Eu trabalho com ONGs sérias, quer do movimento ambiental quer do movimento social, e não opino sobre questões ideológicas. Acho importante que o deputado possa levantar questões ideológicas. Mas nós temos parcerias sólidas, acho que é preciso separar o joio do trigo. Eu converso com todos, ambientalistas e ruralistas, é minha obrigação. Isso não é briga de dois grupos. Eu não admito a simplificação, eu não admito simplificar o Código Florestal à questão das pererecas e minhocas. Isso é inaceitável.

- O que significa transferir para os Estados o poder de dizer o que é área consolidada do agronegócio e qual deve ser a área de proteção às margens dos rios, podendo ser reduzida a 7,5 m?

O projeto veio sem estudos técnicos; é como se os rios nascessem todos com 30, 40, 50 m. Todo rio nasce pequeno e daí a importância de você preservar e proteger as matas ciliares onde você tem as nascentes. Não digo que não pode mexer, mas que não dá para fazer arbitrariamente. Os Estados têm competência de averbar reserva legal desde 98. E não chegam a 20% as propriedades averbadas no País. É competência dos Estados fazer zoneamento econômico ecológico. Outro aspecto: qual é a escala que trabalhamos, qual o custo disso, qual a tecnologia a ser usada, qual a base de informação comum? É um debate que não fica em menos de cinco anos.

- Pode significar um “liberou geral”?

Depende. Acho que a descentralização é importante, mas tem de ser acompanhada de condições para que isso aconteça, para evitar que se transforme em critério de competição entre os Estados. “Vem pra cá com seu investimento que sou menos rígido na legislação ambiental, vem pra cá que vou flexibilizar tal coisa.” Isso está na mesa.

- A idéia é caminhar para um substitutivo?

O caminho mais razoável não é empurrar com a barriga. O ministério é o primeiro a desejar uma lei de Código Florestal que possa ser cumprida. Mas não é no grito que você faz acordos dentro do Congresso.

O Código Florestal é uma questão que deve ser tratada com racionalidade e apoio da ciência, e não como dogma, religião ou reserva de mercado. A manifestação é da presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, que subiu ontem (22/6) à noite na Tribuna do Senado para falar sobre o tema. Em seu pronunciamento, ela fez duras críticas aos defensores radicais da manutenção do atual texto do Código. Na sua avaliação, são pessoas que fogem do debate no Congresso Nacional e se consideram os únicos defensores da questão ambiental, mas não apresentam, de fato, os seus argumentos na defesa dos seus interesses, mas acusam os produtores rurais de promoverem a devastação do meio ambiente.

“Tem um pequeno grupo de pessoas que estabeleceu uma norma. Apenas eles podem discutir meio ambiente, apenas eles podem discutir Código Florestal como se fossem os únicos interessados e os únicos guardiões da questão ambiental no País. Gostaria que pudessem vir a público debater comigo, contraditar nas comissões do Senado, ponto por ponto. Quem cavalga a razão não precisa usar esporas. E nós produtores procuramos todos os dias cavalgar a razão, porque nós somos donos da verdade”, disse a senadora.

Kátia Abreu reforçou que os produtores rurais estão entre os maiores interessados na preservação do meio ambiente para continuar produzindo, para ter lucro e fornecer alimentos seguros à população. “Humildemente, os produtores rurais do País estão procurando aprender sobre meio ambiente. Nós queremos produzir sim, continuar ajudando o País, mas com a consciência tranquila de que não estamos destruindo o bem natural, aquele que nos favorece. Os produtores não conseguem produzir satisfatoriamente sem água, os produtores não conseguem produzir satisfatoriamente sem o equilíbrio da biodiversidade, porque, senão, as pragas e as doenças tomarão conta da nossa produção. Nós não podemos produzir em áreas degradadas, porque isso diminui a nossa produtividade e dá prejuízo ao nosso bolso”, completou a presidente da CNA.

Um dos pontos mencionados pela senadora nas discussões sobre um novo Código Florestal, cuja proposta tramita na Câmara dos Deputados, é a questão da reserva legal, área que deve ser preservada dentro da propriedade com vegetação original. Para Kátia Abreu, a ciência é que deve decidir esta questão. No entanto, ela fez questão de ressaltar que esta parte da reserva legal é uma norma existente apenas no Brasil. Atualmente, os percentuais que devem ser mantidos são de 80% no bioma amazônico, 35% no cerrado e 20% nas outras regiões e biomas.

“Se um produtor estiver lá na Amazônia, e tiver 10 hectares, em 8 hectares ele não pode produzir nada. Só sobram 2 hectares. Se ele estiver lá no Cerrado do meu Estado do Tocantins com 10 hectares, tem que deixar de reserva legal, 35%, ou seja, em 3 hectares e meio ele não pode produzir nada. É pouco? É muito? Nós temos que perguntar a esses produtores e também perguntar ao governo brasileiro com relação à quantidade de produção de alimentos deste País”, frisou a senadora.

Ainda sobre este ponto, ela fez um alerta em relação ao futuro da produção de alimentos no País. “Será que é justo um produtor brasileiro, que está produzindo arroz e feijão, ser penalizado porque não tem reserva legal e ser proibido de produzir nessa área e o Brasil comprar arroz das Filipinas, da China, da Índia, que nunca ouviram

falar sobre o que é reserva legal, que nunca tiveram uma legislação ambiental decente? Se o Brasil quiser que reduza a produção de alimentos, nós só temos que baixar a cabeça e obedecer, mas primeiro os brasileiros precisam saber da verdade, que nós vamos diminuir a produção aqui, que vamos ter de comprar de outro País”.

Metade da África reduz pobreza no ritmo certo – Folha de São Paulo – Mercado – 23/06/2010

Onze países africanos, três latino-americanos e seis asiáticos são os que mais reduziram as taxas de mortalidade infantil, de grávidas sem atendimento médico e de pobreza extrema, segundo estudo do "think tank" Overseas Development Institute. A pesquisa levantou as melhorias desses três Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-um programa das Nações Unidas com metas até 2015 para "preservar a dignidade humana".

Os 11 países africanos são Benin, Mali, Etiópia, Gâmbia, Maláui, Uganda, Mauritânia, Gana, Burkina Fasso, Ruanda e Togo. Os latinos são Nicarágua, Guatemala e Honduras. Na Ásia, Vietnã, Nepal, Índia, Camboja, Bangladesh e China. Segundo o instituto, metade dos países africanos diminuem a pobreza a no mínimo 2% ao ano, o que os coloca a caminho da meta de reduzir pela metade a proporção de pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia até 2015. Etiópia, Egito, Angola e outros sete atingiram a meta.

Se a África avançou em termos absolutos, os americanos e caribenhos dominam o grupo dos 20 mais próximos de alcançarem os três objetivos. Entre eles: Equador, Brasil, Honduras, Belize, Cuba, México, El Salvador, Chile e Guatemala. O estudo lançado ontem pretende alertar os países do G20, que se reúnem na sexta-feira no Canadá, de que investir nos objetivos do milênio dá resultado. "O fato de que muitos países estejam no caminho para alcançar um número significativo de objetivos vai transformar a qualidade de vida de milhões de pessoas, e deve ser um sinal de esperança", diz o instituto. Além da redução da pobreza e da fome, da mortalidade infantil e da melhoria de saúde das mães, há outros cinco objetivos: educação básica de qualidade para todos, igualdade entre os sexos e valorização da mulher, combate à Aids e a outras doenças, qualidade de vida e meio ambiente e todos trabalhando pelo desenvolvimento.

Ruralistas anunciam acordo para votar Código Florestal – Sítio Eletrônico do MST – 24/06/2010

24 de junho de 2010

Do Valor Econômico

A bancada ruralista anunciou ontem ter fechado acordo com os líderes dos principais partidos da Câmara dos Deputados para discutir e votar o relatório final do novo Código Florestal Brasileiro nos dias 5 e 6 de julho.

"Já temos consenso para votar. Nosso líder já fechou questão", disse o presidente da comissão especial de reforma do código, Moacir Micheletto (PMDB-PR), em referência ao líder do partido, Henrique Alves (RN). Mesmo contrário a aprovar o

texto no plenário da Câmara neste ano, o PT avalizou o acordo:

"O PT também concorda em votar", afirmou o vice-presidente da comissão, Anselmo de Jesus (PT-RO). "Há um esforço para votar. Não há atritos dentro do partido. Temos maioria", garante o vice-líder do PSDB, Duarte Nogueira (SP). Mas o líder do PV, Edson Duarte (BA), rejeita qualquer acordo. "Conosco não tem acordo com esse relatório. Não queremos que seja votado agora. Deixar para 2011 seria melhor. Não tem necessidade de votar", diz.

Os deputados correm para aprovar o texto de Aldo Rebelo (PCdoB-SP) antes do recesso parlamentar e do início da campanha eleitoral. "Houve tempo suficiente para conhecer o relatório e fazer emendas. Agora, é votar o texto e os substitutivos que forem apresentados em plenário", diz Micheletto.

A bancada ambientalista insiste em deixar o tema para 2011, mas os ruralistas já começaram uma mobilização de produtores rurais para pressionar o Congresso a votar o relatório no início de julho. A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) trabalham em sintonia com a bancada ruralista para iniciar uma ampla campanha nacional de "esclarecimento" da população sobre as alterações propostas pelo relatório de Aldo Rebelo.

Em conversas com parlamentares e dirigentes de ministérios, o relator Aldo Rebelo (PCdoB-SP) já recebeu várias propostas de alteração no texto. Mesmo contrário à votação do relatório neste ano, o Ministério do Meio Ambiente pediu, entre outros pontos, a retirada da "anistia" a desmatamentos feitos até junho de 2008 e a "moratória" de cinco anos para multas por crimes ambientais.

Os ruralistas também fizeram um arrazoado de argumentos para tentar modificar alguns pontos do texto considerados "pouco claros" no relatório de Aldo Rebelo. O relator receberá novas propostas até segunda-feira.

Vice de associação ruralista está em lista suja do Ibama – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 24/06/2010

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da CNA (Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil), tem uma fazenda embargada pelo Ibama por desmate irregular em Tocantins. Segundo dados do processo, o pecuarista Assuero Doca Veronez foi multado por desmatar sem licença uma área de 969 hectares no município de Campos Lindos. Na época, foi lavrada uma multa de cerca de R\$ 90 mil, que não foi paga. O fazendeiro recorreu, e o processo ainda tramita no Ibama. A área, uma fazenda de soja, foi listada pelo órgão em 2006 entre as áreas embargadas da Amazônia Legal. Isso significa que todo grão produzido ali é considerado "pirata" e pode ser apreendido. Veronez diz que vendeu a área em 2002. Segundo ele, não houve crime ambiental, mas multa administrativa. Ou seja, a reserva legal e as áreas de preservação permanente (APPs) não teriam sido desmatadas. No entanto, o corte raso foi feito antes do licenciamento ambiental. "Havia pressão de tempo, o licenciamento demorou e quase todas as pessoas [da região] desmataram", disse Veronez à **Folha**. "Era uma vegetação de campo, nem floresta era", afirmou. "Nunca cheguei nem a plantar ali", prosseguiu.

HERANÇA

O pecuarista, que é um dos vice-presidentes da CNA, foi um dos quase 50 beneficiários de um decreto do então governador de Tocantins, Siqueira Campos (PSDB).

Em 1997, ele desapropriou uma área de 105 mil hectares para a implementação de um polo produtor de grãos. Três outros fazendeiros beneficiados pelo decreto tiveram áreas embargadas. A presidente da CNA, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), esteve entre os produtores instalados na região pelo decreto, mas não está na lista suja do Ibama no município. Veronez diz não saber por que a fazenda entrou na lista. "O Ibama jogou tudo que tinha multa como área embargada", afirma. Procurada pela **Folha** anteontem e ontem, a assessoria de imprensa do Ibama afirmou que não conseguiu localizar ninguém no órgão para comentar o caso.

PASSIVO

A CNA tem sido uma das principais defensoras de reforma no Código Florestal, a lei de proteção às florestas. Os produtores argumentam que a lei criminaliza a maior parte dos agricultores do país e que é impossível recompor toda a vegetação nativa que precisaria ser replantada caso a lei fosse ser aplicada à risca. A CNA tem defendido a moratória a novos desmatamentos, mas a anistia a desmates já feitos em áreas agrícolas "consolidadas". É nessa direção que vai um projeto de mudanças no código, de autoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que tramita numa comissão especial da câmara e tem recebido críticas de ONGs e do Ministério do Meio Ambiente. Ele anistia de multa todos os desmatamentos feitos até julho de 2008. Os ruralistas querem aprovar a mudança na lei no plenário da Câmara este ano. Ontem, sua votação na comissão especial foi marcada para o próximo dia 5.

Justiça susta multa a senadora por desmatamento irregular – Folha de São Paulo – Ciência – 25/06/2010

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) conseguiu uma nova liminar na Justiça, notificada ao Ibama em Brasília na terça-feira, que suspende provisoriamente a multa de R\$ 120 mil contra ela por desmatamento cometido no Tocantins sem autorização. Reportagem da **Folha** do dia 18 revelou que a presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) será uma das beneficiadas pelas alterações no Código Florestal caso o projeto, que tramita no Congresso, seja aprovado como está. A proposta, de autoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), anistia todos os produtores rurais com irregularidades flagradas até o dia 22 de julho de 2008 nos crimes contra reservas legais, áreas de preservação permanente e desmatamentos sem autorização.

Em carta enviada à **Folha**, a senadora questionou a reportagem afirmando que a multa tinha sido liminarmente suspensa. Segundo Kátia Abreu, a multa aplicada pelo Ibama refere-se a uma área em Tocantins que ela já teria vendido. A congressista afirmou que, quando foi notificada, não se tratava de "crime ambiental", mas "infração administrativa". A multa contestada não é

transferível.

Ao se defender no processo em trâmite no instituto, a senadora admitiu ter praticado desmatamento. Ela disse que, em razão da demora das autoridades ambientais em dar a autorização, e com o final do "período chuvoso" na região, começou a desmatar. Quando procurada antes da publicação da reportagem, a senadora havia dito, em entrevista gravada, que fora multada e respondia à autuação. Não citou que havia obtido nova liminar, por estar, segundo sua assessoria de imprensa, "com mil coisas na cabeça".

A liminar citada pela senadora na carta só foi recebida pelo Ibama na última terça. O órgão informou que vai recorrer novamente.

Empresas e governo descumprem promessas de reflorestamento – Gabriela Moreira e Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida – 28/06/2010

O chamado marketing verde prolifera no País. Sob a bandeira da compensação ambiental, empresas e governos anunciam o plantio de milhões de árvores. Cumprir o prometido é outra história. O caso da prefeitura do Rio, que se comprometeu a reflorestar 40 hectares nos Jogos Pan-Americanos e não plantou uma semente sequer, é um exemplo de como essas iniciativas podem nascer e morrer no papel. Anunciado pela prefeitura do Rio, o plantio de 100 mil mudas de Mata Atlântica tinha o objetivo de compensar as emissões de CO₂ geradas pela realização do Pan. Segundo inventário da Coppe/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a plantação ocorreria entre o Parque da Pedra Branca e a Floresta Nacional da Tijuca. O projeto – orçado em R\$ 2 milhões – consta no site do governo do Rio para a promoção da Olimpíada de 2016 como iniciativa de sucesso. “Fizemos o estudo, entregamos nossa parte, mas as mudas não foram plantadas”, diz o pesquisador Luciano Bastos, membro da Coppe responsável pelo projeto. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente diz que o plantio não ocorreu porque a Petrobrás, que seria parceira no projeto, “declinou”. Ao ver que a plantação não vingaria, a Coppe, responsável por centralizar os recursos, devolveu à Petrobrás R\$ 491 mil. A Petrobrás afirma que “aguarda a definição da prefeitura e do governo de um novo cronograma para realizar a ação”.

Em 2009, quando a cidade do Rio foi escolhida sede da Olimpíada, a secretária estadual do Ambiente, Marilene Ramos, anunciou: “Até 2016 vamos neutralizar a emissão de gases com a plantação de 24 milhões de mudas.” Nove meses depois, o projeto não andou. O governo diz que precisa mapear áreas aptas para reflorestamento e fazer levantamento dos viveiros. “Todos fazem esse blá-blá-blá verde, mas não existem mudas nem sementes no mercado para isso tudo”, afirma Telmo Borges, engenheiro florestal da superintendência de Biodiversidade da secretaria. Queixas. Há ainda casos em que a propaganda ambiental é interpretada como enganosa, como ocorreu com a Rede Ipiranga, que teve recomendação para alterar um filme publicitário após queixa de consumidores. A Ipiranga prometia “neutralizar todo o gás carbônico que o combustível de seu carro lança na atmosfera”. Ao Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária, consumidores alegaram que a propaganda era “Enganosa e deseducativa, ao alimentar a idéia de que é

possível queimar petróleo sem emitir CO2”. Em nota, a Ipiranga informou que plantou 130 mil mudas de caroba, ipê-amarelo, pitangueira e seringueira. O número reduzido de espécies foi alvo de críticas. “Não há projeto sério de compensação com monocultura. Para atingir a compensação deve-se ter no mínimo 80 espécies diferentes”, afirma o engenheiro Francisco Maciel. Segunda maior mineradora do mundo, a Vale anunciou em 2007 o plantio de 346 milhões de árvores até 2010. Na ocasião, informou que se tratava do “maior projeto de revegetação e preservação ambiental da América Latina”. Após alguns meses, o prazo foi revisto para 2015. Até agora, 25 milhões de mudas foram plantadas (7% do total). Segundo a Vale, a meta para 2015 está mantida.

Faltam mudas para tornar campanhas viáveis

Projetos de reflorestamento já anunciados para os próximos cinco anos vão demandar 20 bilhões de mudas em todo o País. A estimativa é do Ministério da Agricultura. Coordenador de Sementes e Mudas da pasta, José Neumar Francelino reconhece que hoje não existe uma estrutura para que os projetos sejam atendidos. Porém, ele diz que a Embrapa prepara um diagnóstico e que o Sistema Nacional de Sementes e Mudas está “caminhando para organização”.

Segundo recente levantamento encomendado pelo governo do Rio, foi verificada no Estado uma capacidade instalada de produção de até 10 milhões de mudas por ano – isso na melhor das hipóteses. Para o maior produtor do Rio, o engenheiro florestal Marcelo de Carvalho, muitos projetos “ficam só no marketing”. “Ninguém sabe nada. Ninguém audita nada. O que ganhamos com isso? Se uma empresa começa a mostrar que deu certo, outras vão no rastro. Mas é mais barato gastar R\$ 200 milhões em publicidade do que R\$ 1 bilhão em ações efetivas de recuperação. E o governo é omissivo.”

Serviço Florestal apresenta sistema de monitoramento das concessões florestais – Sítio Eletrônico do MMA – 29/06/2010

As concessões de áreas para manejo florestal serão monitoradas conjuntamente pelo Serviço Florestal Brasileiro, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O modelo de monitoramento a ser aplicado quando iniciar o manejo nas florestas sob regime de concessão foi apresentado no dia 23 de junho para representantes da sociedade civil.

"A sociedade tem grande expectativa sobre como funcionarão as concessões florestais na Amazônia. É constante o questionamento sobre as condições do Brasil de monitorar essas áreas, sendo fundamental a transparência nesse processo, para demonstrar nossa capacidade", explica o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Na avaliação do diretor, o monitoramento das concessões se baseia em cinco pilares: a consistente base legal brasileira para o manejo florestal; a estrutura funcional e

organizacional dos órgãos ambientais; as ferramentas de controle e monitoramento; a transparência e acessibilidade das instruções processuais; e abertura à participação dos diversos segmentos interessados.

Para Hummel, as dificuldades relacionadas às concessões florestais em outros países ocorreram em função da fragilidade de instituições, da falta de controle social e transparência e, principalmente, por causa da falta de fiscalização dos contratos. "No Brasil, temos estrutura necessária para monitorar as concessões", completa.

Cada órgão ambiental federal cumprirá um papel específico em relação ao monitoramento das concessões. Ao Serviço Florestal cabe monitorar os contratos - tanto os aspectos jurídicos quanto o cumprimento das cláusulas sobre preço e questões técnicas (investimentos socioeconômicos, redução de danos ambientais etc.).

Já o ICMBio - gestor das Unidades de Conservação (UCs) - atua, principalmente, nas ações prévias às concessões, como a elaboração dos planos de manejo das UCs. O órgão também é responsável por apoiar a criação e funcionamento dos conselhos consultivos das Unidades, que constituem o espaço local de controle social das áreas sob concessão florestal.

Por sua vez, o Ibama tem a função de aprovar os Planos de Manejo Florestal apresentados pelos concessionários e fiscalizar se os planos estão sendo executados de acordo com a legislação vigente. O órgão possui mecanismos para monitorar as fases pré-exploratória (abertura de picadas, inventário florestal), exploratória (corte de árvores, arraste) e pós-exploratória (proteção florestal, manutenção da infraestrutura).

Monitoramento - O Ibama e o Serviço Florestal informaram como funcionará o monitoramento durante a exploração das áreas sob concessão. Para verificar se as empresas estão respeitando os parâmetros legais do manejo florestal, o Ibama realizará vistorias nas áreas a serem exploradas.

A vistoria observará 140 itens que estão definidos na Norma de Execução nº 1/2006. Serão verificados aspectos como a dimensão das estradas e dos pátios de estocagem das toras, o respeito às Áreas de Proteção Permanente e a manutenção de um número mínimo de árvores por espécies de maneira que a biodiversidade na área seja preservada.

A gerente-executiva de Monitoramento e Auditorias do Serviço Florestal, Anna Fanzeres, apresentou as ferramentas que serão utilizadas para monitorar as obrigatoriedades contratuais. Foram elaborados quatro documentos para garantir o controle e a transparência das atividades durante o período de exploração. Dois deles detalham os procedimentos do monitoramento, um reúne as referências técnicas e legais que balizam o controle e o outro é um manual que orienta os concessionários a cumprir as obrigações contratuais.

"Além de registrar os procedimentos, nos preocupamos em construir sistemas informatizados para facilitar o monitoramento dessas áreas", explicou Anna. O Serviço Florestal desenvolveu um sistema de Monitoramento e Rastreamento de Veículos de Transporte de Produtos Florestais e um sistema de Cadeia de Custódia, que rastreará a saída das toras até o primeiro local de processamento.

"Para as organizações da sociedade civil que fazem parte dos conselhos consultivos é muito importante ter acesso aos dados obtidos nesse monitoramento", apontou a representante da WWF-Brasil, Elektra Rocha.

O representante do The Nature Conservancy (TNC), Reinaldo Lourival, sugeriu - como forma de publicidade e reflexão sobre os dados do monitoramento - que os centros de pesquisa e ensino sejam envolvidos nesse processo.

Essa articulação com os pesquisadores já foi iniciada. Em abril, um seminário em Porto Velho (RO) reuniu concessionários, pesquisadores e órgãos ambientais para discutir pesquisas sobre o monitoramento dos impactos das concessões sobre a biodiversidade.

Para o bom desempenho do monitoramento das concessões florestais, o diretor do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor), Jorge Yared, destacou que os órgãos federais também devem apoiar as concessões florestais realizadas pelos governos estaduais.

"Os esforços conjuntos do ICMBio, Ibama e Serviço Florestal permitirão que se tenha o controle das concessões de forma integrada ao controle pelos órgãos dos estados e pela sociedade civil", destacou o diretor de Unidades de Conservação de Uso Sustentável do ICMBio, Paulo Maier.

O diretor Hummel reforçou que a atuação dos órgãos ambientais nas Unidades de Conservação de uso sustentável e nas áreas sob concessão é imprescindível para que o monitoramento funcione e para que as essas áreas cumpram sua missão.

Comissão do Código Florestal se reúne nesta terça-feira - Sítio Eletrônico do MST – 29/06/2010

29 de junho de 2010

A reunião da comissão especial que analisa a reforma do Código Florestal acontece nesta terça-feira (29/6), às 9h, para a discussão do parecer do deputado Aldo Rebelo, no plenário 11 da Câmara dos Deputados.

A bancada ruralista anunciou ter fechado acordo com os líderes dos principais partidos para votar o relatório final do novo Código Florestal Brasileiro nos dias 5 e 6 de julho.

A intenção inicial era votar o parecer na semana passada. Um pedido de vista conjunto já havia adiado a votação na semana anterior.

Entre outros pontos, o texto apresentado por Aldo Rebelo atribui mais autonomia aos estados para legislar sobre meio ambiente, retira a obrigatoriedade de reserva legal para pequenas propriedades e prevê que as áreas atualmente em uso para produção rural serão consideradas espaço consolidado da atividade agrícola.

Voto em separado

O deputado federal Ivan Valente protocolou na quinta-feira (24/6), em Brasília e

apresentará na reunião dessa terça-feira um voto em separado ao relatório oficial, redigido pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP).

O documento defende a manutenção da atual legislação, além de criticar a descentralização da legislação para estados e municípios e rebater algumas premissas que teriam orientado a proposta do relator .

Na avaliação de Ivan Valente, o relatório final da Comissão Especial parte de premissas equivocadas e se apropria de forma distorcida de conceitos e fatos históricos para defender mudanças na legislação ambiental brasileira que, caso aprovadas, levarão o país a cometer um enorme retrocesso em termos de proteção do meio ambiente e da biodiversidade brasileira.

“Por trás da retórica empregada no relatório está a resposta, há tanto tempo solicitada pela bancada ruralista desta Casa, para as exigências de flexibilização das leis feitas pelo agronegócio exportador de commodities. Uma bancada que, financiada ou ela própria integrada por grandes proprietários de terra, promove ataques sistemáticos ao Código Florestal e a qualquer iniciativa de alteração no modelo de desenvolvimento brasileiro. E que conseguiu, com o relatório final apresentado à Comissão, ver parte significativa de seus pleitos atendida, colocando o Brasil no rumo do atraso e da devastação”, afirmou Valente.

A primeira premissa equivocada é a existência de uma ameaça internacional que, via o financiamento de organizações não governamentais ambientalistas, pretenderia impedir o Brasil de ampliar suas fronteiras agrícolas e, assim, manter sua competitividade no mercado exterior.

“Não é a primeira vez que o deputado Aldo Rebelo se utiliza de um fantasma da invasão estrangeira e, em nome de um suposto nacionalismo, se coloca como guardião dos interesses dos grandes produtores agrícolas”, disse o deputado.

Para ele, "o texto é fantasioso ao criar uma luta imperialista contra moinhos de vento para justificar as alterações no Código Florestal. Não somos nós que nos ajoelhamos durante tanto tempo ao comércio internacional via cartilha da OMC. Pelo contrário. Esta sempre foi a política dos partidos que, agora, defendem o relatório da Comissão Especial"

A segunda premissa equivocada do relator é a de que seria necessário ocupar todas as áreas agricultáveis do território nacional – inclusive as de Reserva Legal e de Proteção Permanente (APPs) – para garantir a competição agrícola e a produção de alimentos para todos os brasileiros. Inúmeras pesquisas demonstram que há terras disponíveis suficientes para se elevar a produção agrícola sem que seja necessário devastar a Amazônia. Ou seja, não é preciso enfraquecer a atual lei ambiental para garantir o desenvolvimento da agricultura no nacional.

Segundo o professor do departamento de solos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, Gerd Sparovek, mesmo com a aplicação de todas as regras instituídas pelo atual Código Florestal ainda sobriariam 104 milhões de hectares de florestas nativas que poderiam ser desmatadas. A área equivale a quatro vezes o estado de São Paulo. Somente nas áreas de pasto – terrenos que já foram modificados -, há terra fértil suficiente para dobrar a atual produção de grãos no Brasil: 60 Mha. Ou seja, o país tem a possibilidade de duplicar sua área de agricultura e pecuária sem mudar a lei.

Outro projeto de desenvolvimento

Na avaliação do deputado Ivan Valente, o Brasil precisa de outro projeto de desenvolvimento, diferente do defendido por aqueles que invadem terras indígenas, que reprimem movimentos em defesa da reforma agrária, que submetem trabalhadores a condições análogas à da escravidão e que praticam desmatamentos

criminosos.

“Nossas florestas não são balcões de negócio; são bens de interesse comum a todos os habitantes do país. O fato de um terreno ser particular não exime seu proprietário de responsabilidades com o coletivo, como a preservação ambiental. Sobretudo no meio ambiente, há um interesse coletivo maior que não pode ser subjugado por interesses particulares. Os impactos do desmatamento da floresta tropical e de outros biomas do território brasileiro são conhecidos e altamente negativos em âmbito regional e nacional”, afirmou.

De acordo com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), na Amazônia, por exemplo, a derrubada das árvores e a conversão do solo em plantação ou pasto alteram a dinâmica das chuvas na região e reduzem o volume de umidade essencial para a existência do Pantanal e para a agricultura no sudeste. Esta é uma situação que só se agrava com o efeito estufa, cuja redução está entre os compromissos internacionais do Brasil. Para atingir a meta do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC) de controlar o acréscimo da temperatura até o fim do século em 2°C, é fundamental que o Brasil alcance o desflorestamento zero em 2015.

“Mudar o Código Florestal não vai ajudar a atingir esta meta. Pelo contrário. Em vez de dilacerá-lo, o Estado Brasileiro precisa aperfeiçoá-lo e garantir seu pleno cumprimento”, declarou Ivan Valente.

Mesmo com a legislação atual, segundo o professor Gerd Sparovek, foram devastados 870 mil km² de vegetação nativa nas Áreas de Proteção Permanente. Nas regiões de expansão agrícola em estados da Amazônia Legal, são raros os municípios que respeitam o percentual de 80% de Reserva Legal.

“Toda essa vegetação foi derrubada pela sanha de um setor que há tempos abandonou sua consciência social e ambiental e que agora será anistiado caso o relatório final do deputado Aldo Rebelo seja aprovado”, concluiu.

(com informações da Agência Câmara e da página do deputado Ivan Valente)

Deputado recua em projeto de lei de florestas – Nancy Dutra – Folha de São Paulo – Ciência – 30/06/2010

Um dos pontos mais criticados por entidades ambientalistas no parecer do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) sobre o novo Código Florestal sofrerá modificações. A versão final do relatório será votada na próxima semana, na comissão da Câmara que debate as alterações na lei. Pelo texto do relator, as propriedades rurais com até quatro módulos fiscais estarão desobrigadas da necessidade de manter reserva legal. Essas áreas representam as florestas protegidas. Os ambientalistas enxergaram na medida uma carta branca para o desmatamento. Na Amazônia, por exemplo, um módulo fiscal pode passar de 100 hectares. Sob pressão, Rebelo recuou e afirmou ontem que mudará o texto para impedir novos desmates. "Os pequenos produtores não estarão autorizados a se desfazer da vegetação nativa, só não serão obrigados a recompor a reserva legal", defendeu. A proposta de alteração foi vista com ressalvas por Rafael Cruz, do Greenpeace. "É bom que o relator tenha recuado, esclarecido o que não está claro, mas precisamos ler o novo texto para saber de fato o que mudará." A versão final deverá ser apresentada pelo deputado nos dias 5 ou 6 de julho, segunda e terça-feira.

Rebello afirmou que não irá alterar outros pontos polêmicos, como a transferência de poder aos Estados para que legislem sobre temas ambientais, a anistia de multa para os produtores que desmataram até julho de 2008 e a flexibilização nas regras das APPs (áreas de preservação permanente). Sobre esse último ponto, o deputado negou que seu relatório aumente as áreas de risco em caso de enchentes e desastres naturais, como os que ocorreram em Alagoas e Pernambuco nas últimas semanas. A crítica foi feita pelo Ministério Público Federal, em nota técnica encaminhada ontem ao Congresso. "As pessoas foram vítimas porque são pobres, não porque moram em APPs", disse Rebello. Tais áreas garantem a estabilidade das encostas. Mesmo que seja aprovado na comissão especial -que conta com maioria de deputados ruralistas-, o texto não deverá ser analisado pela Câmara antes das eleições.

ONG propõe frear "escalada de consumo" com imposto – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 30/06/2010

O mundo deveria reduzir impostos sobre renda e serviços e taxar o consumo excessivo da população dos países ricos -e da parcela rica dos países emergentes. Essa é a solução proposta pelo ambientalista Christopher Flavin, presidente do Worldwatch Institute, para reduzir a "escalada de consumismo" que impede que a humanidade se "equilibre com a natureza". A ONG lança hoje o "Estado do Mundo", publicação anual que já foi considerada a Bíblia do ambientalismo. Publicada desde 1984, a série tem se notabilizado por antecipar o debate ambiental -já em 2001, por exemplo, falava em "descarbonização da economia", bem antes que o termo virasse moda. Na edição deste ano, o "Estado do Mundo" trata de como transformar a cultura e o consumo, abordando desde a publicidade até a mídia. De seu escritório em Washington, Flavin falou à Folha. O livro pode ser baixado gratuitamente na internet (www.worldwatch.org.br).

Folha - Toda vez que os ambientalistas abordam o tema cultura, eles não conseguem ir além do clichê do consumo insustentável. Como vocês esperam fazer diferente?
Christopher Flavin - A chave não está apenas em identificar isso como um fator, mas sim em mudar a cultura de uma forma que faça diferença. E o que é empolgante neste livro este ano é que nós identificamos uma série de iniciativas de sucesso. Um exemplo é a Interface, uma empresa produtora de tapetes e carpetes nos EUA, que há 15 ou 20 anos realmente abraçou a sustentabilidade na cultura corporativa e mudou o seu sistema de valores. Ela acabou tendo muito sucesso economicamente.

Como o sr. espera entregar uma mensagem de menos consumo em sociedades como o Brasil, que tem 20 milhões de pessoas que acabam de sair da pobreza?
Embora haja uma quantidade enorme de pessoas no Brasil que compreensivelmente querem aumentar seu consumo, há também muitas pessoas que vivem tão bem quanto ou melhor que muita gente na Europa e nos EUA. Vocês têm a oportunidade de pular alguns dos padrões mais destrutivos de consumo que atravessamos nos EUA nas últimas décadas.

É possível produzir mudanças culturais apenas com incentivos positivos? Até agora, impostos ainda parecem ser a melhor solução...

É claro que você precisa de impostos para financiar operações do governo e, sendo este o caso, acho que faz sentido mudar alguns desses impostos sobre coisas como renda e serviços e redirecioná-los para consumo ou emissões de carbono. Precisamos ter uma certa quantidade de impostos para ter uma sociedade que funcione, a questão é o que taxar. E podemos ajudar esse processo ao direcionar impostos de forma a desencorajar o consumo material que causa a maioria desses problemas.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

oppa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do Desenvolvimento Agrário

